

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Relatório e Contas Individual 2009

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	5
--	----------

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	7
--------------------------	----------

2. PRINCIPAIS COMITÉS	9
------------------------------	----------

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	11
----------------------------------	-----------

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
4.1. Economia Internacional	13
4.2. Economia da Zona Euro	15
4.3. Economia Portuguesa	17

5. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	23
--	-----------

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	30
6.1. Banca de Retalho	30
6.2. Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	35
6.3. Mercados Globais	38
6.4. Banca de Investimento	39
6.5. Risco	40

6.6. Recursos e Meios	51
7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO BANCO	55
<hr/>	
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	71
<hr/>	
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	73
<hr/>	
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	75
<ul style="list-style-type: none">• Informação sobre os accionistas• Relatório dos Auditores• Demonstrações Financeiras : Individuais• Certificação legal de Contas : Individuais• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal : Contas Individuais• Acta da Assembleia Geral• Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	

Síntese de Indicadores Relevantes

BBVA (Portugal) Contas Individuais	VARIACÃO
------------------------------------	----------

BALANÇO	(un. Milhares de €)	NCA		ABS	%
		2008	2009		
Activo Líquido Total		6.927.191	7.004.158	76.967	1,1%
Crédito a Clientes		5.534.406	5.730.024	195.618	3,5%
Depósitos de Clientes		3.103.410	3.050.512	-52.898	-1,7%
Capital		240.795	246.652	5.858	2,4%

CONTA DE RESULTADOS	(un. Milhares de €)	2008	2009	ABS	%
(+) Juros e rendimentos similares		450.314	242.174	-208.140	-46,2%
(-) Juros e encargos similares		369.266	160.839	-208.427	-56,4%
(=) Margem Financeira		81.048	81.335	287	0,4%
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)		366	495	129	35,2%
(+) Resultados de Serviços e Comissões		22.963	24.263	1.300	5,7%
(+) Outros Resultados de Exploração		10.480	11.391	911	8,7%
(=) Produto Bancário		114.857	117.484	2.627	2,3%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos		72.440	84.223	11.783	16,3%
(-) Amortizações		3.988	3.659	-329	-8,2%
(-) Provisões e Imparidade		7.318	2.227	-5.091	-69,6%
(-) Correções de Valor		10.477	23.127	12.650	120,7%
(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		20.634	4.248	-16.386	-79,4%
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros		3.314	-343	-3.657	-110,4%
(-) Provisões p/Impostos Correntes		359	1.232	873	243,2%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos		2.955	-1.575	-4.530	-153,3%
(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		17.320	4.591	-12.729	-73,5%
(-) Interesses minoritários		0	0	0	0,0%
(=) Resultado Consolidado do Exercício		17.320	4.591	-12.729	-73,5%

	2008	2009	Δ 2009/2008
Número de Agências Bancárias	104	95	-9
Número de Empregados	825	814	-11

1.

Orgãos Sociais

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente : José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: Alberto Manuel Charro Pastor

Vogais :

Álvaro Aresti Aldasoro

Gerardo Bergé Sobrevals

Javier Bernal Dionis

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro

Luís Filipe da Silva Figueiredo

Manuel Gonçalves Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente: Plácido Norberto dos Inocentes

Vogais: Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira
João Duarte Lopes Ribeiro

Vogal Suplente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Para Efeitos de Certificação Legal de Contas

ROC : Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC nº 1210

2.

Principaux Comités

2. Principais Comités

Comité de Direcção

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Negócios

Tem por missão o controlo e acompanhamento da evolução dos negócios realizados pelas Redes de Distribuição do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

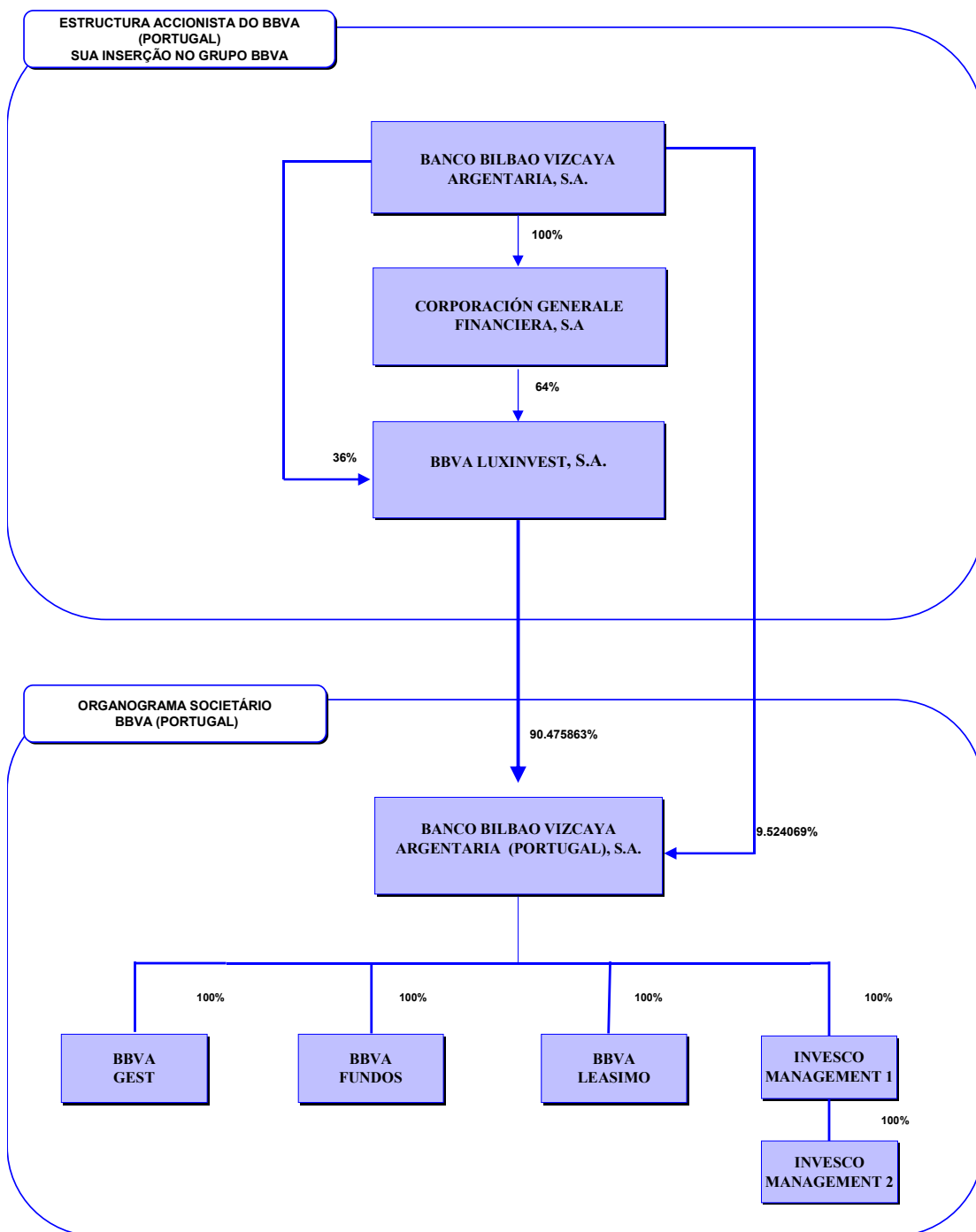
Comité Geral de Gestão de Risco

Este comité é um órgão independente que tem como objectivo a aplicação do Sistema de Gestão de Riscos, que se traduz no acompanhamento e avaliação da Função de Risco, no aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco e na elaboração de um relatório anual de Gestão de Risco. Tem a responsabilidade pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Compliance e Sistemas de Informação.

3.

Organograma Societário e Estrutura Accionista

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA ACCIONISTA



4.

Enquadramento Macroeconómico

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2009, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco, bem como as contas individuais, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

O enquadramento económico internacional em 2009 foi particularmente difícil, em especial até ao final do 1º trimestre. A partir dessa altura, a sensação de queda livre que se havia instalado desde finais de 2008 na maior parte das economias, deu lugar a uma situação de relativa estabilidade e, nalguns casos, de crescimento moderado.

A mudança de tendência operada desde essa altura obedece fundamentalmente às excepcionais medidas de estímulo público adoptadas pelas diferentes economias, tanto em termos fiscais como monetários. Não obstante, os fundamentais da economia mundial continuam frágeis e os riscos continuam a pressionar no sentido da baixa. O principal risco que enfrenta a recuperação global reside na retirada prematura dos planos de estímulos, sobretudo nas economias mais avançadas, e na incerteza sobre se o gasto privado poderá substituir o gasto público como principal vector de recuperação, uma vez retirados os estímulos.

A recuperação da economia mundial apresenta-se de uma forma heterogénea. As economias emergentes encontram-se numa trajectória de recuperação mais sólida do que as desenvolvidas e a economia americana parece melhor posicionada que a europeia para sair mais rapidamente da crise.

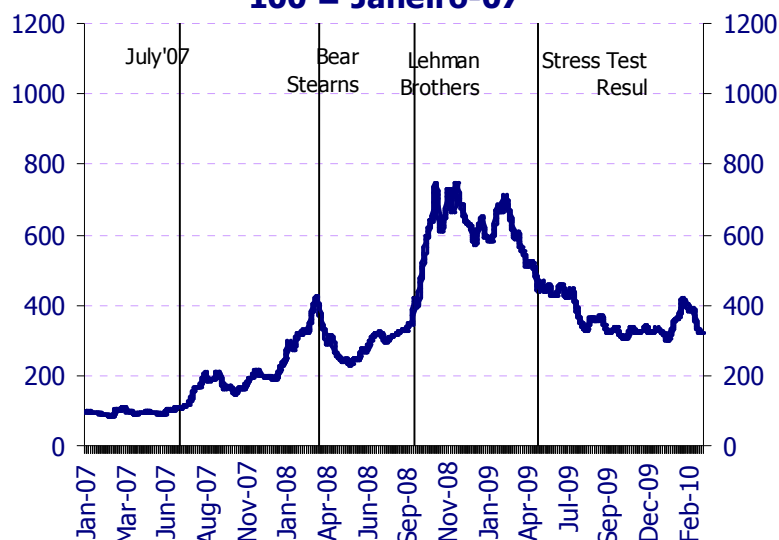
Crescimento do PIB por Regiões (em %)

	2008	2009E	2010P
EUA	0,4	-2,5	1,9
UEM	0,6	-3,9	0,6
América Latina	4,0	-2,4	4,0
Ásia Emergente	6,8	5,6	7,3
MUNDIAL	3,1	-0,7	3,3

Fonte: SEE BBVA, Comissão Europeia e FMI

As tensões nos mercados financeiros internacionais deverão continuar a reduzir-se progressivamente. Não obstante, a situação ainda estará longe de ser plenamente satisfatória, já que os níveis de tensão nos mercados se encontram ainda longe dos níveis pré-crise e que predomina uma aversão ao risco historicamente elevada.

**UEM: Indicador de tensões Financeiras
100 = Janeiro-07**



Fonte: BBVA SEE

Nos EUA onde o impulso fiscal foi relativamente maior, é de esperar que o crescimento em 2010 atinja os 1,9%. No entanto, os riscos de recaída ainda existem e as preocupações no que respeita ao desemprego e às contas públicas permanecem.

A inflação continuará a manter-se moderada ao longo de 2010. A capacidade inutilizada na economia é muito elevada e os níveis de procura ainda se encontram debilitados. É de prever que, com uma inflação sob controlo, não se assista a subidas de taxas de juro durante grande parte do ano.

Em termos gerais, a manutenção de um padrão de crescimento a longo prazo dependerá, em grande medida, de um reequilíbrio de forças à escala global, que permita a alteração de padrões de poupança e investimento observados até ao momento entre economias avançadas e emergentes, e cujo resultado foi o aparecimento de fortes desequilíbrios macroeconómicos a nível mundial.

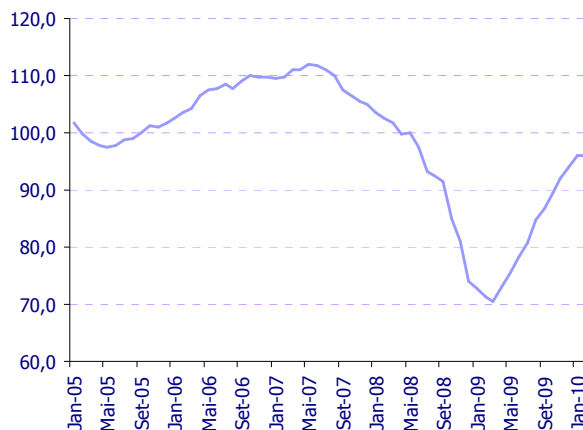
4.2 Economia da Zona Euro

Na Zona Euro a drástica queda das exportações durante boa parte do ano, que provocou um retrocesso na procura de investimentos e na produção industrial, e a crise de confiança, acompanhada da incerteza relativa ao rendimento e emprego, que afectaram o consumo, traduziram-se numa queda do PIB em 2009 que se estima de 3,9%. O PIB caiu muito mais na Alemanha e em Itália, dado que dependem mais da procura externa.

Depois de sete meses em queda a economia europeia começou a recuperar no 2º trimestre do ano. Essa recuperação permaneceu débil e o PIB só apresentou um crescimento positivo a partir do 3º trimestre. Graças à solidez das economias emergentes, foram as exportações que sustentaram esta tímida recuperação. Mas uma boa parte do crescimento também se deve aos estímulos fiscais implementados e a medidas de política monetária pouco convencionais, como injeções excepcionais de liquidez e compra de activos. No entanto, uma vez que estas políticas se vão retirando

progressivamente, existem incertezas sobre a capacidade da procura privada em liderar a recuperação.

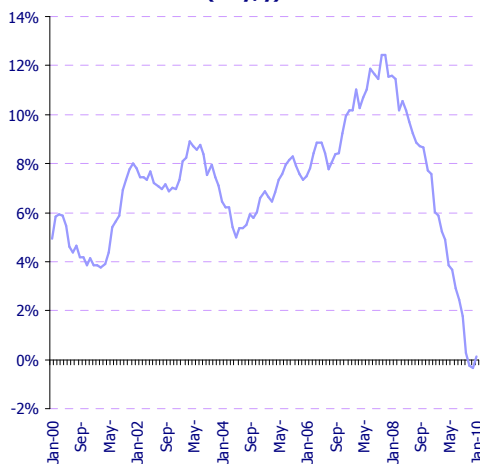
Indicador de Sentimento Económico



Fonte: Comissão Europeia

A política monetária manteve-se adequadamente expansiva. O BCE procedeu a cortes de taxa de juro e a injeções de liquidez nas instituições financeiras que conduziram a uma queda gradual de taxas no mercado interbancário. No final de 2009 a taxa de referência do BCE era de 1,0%. Considerando as fragilidades ainda existentes no sistema financeiro e a manutenção de uma baixa taxa de inflação, não se perspectiva uma estratégia de subida de taxas de juro de referência sem que uma recuperação sustentada ocorra.

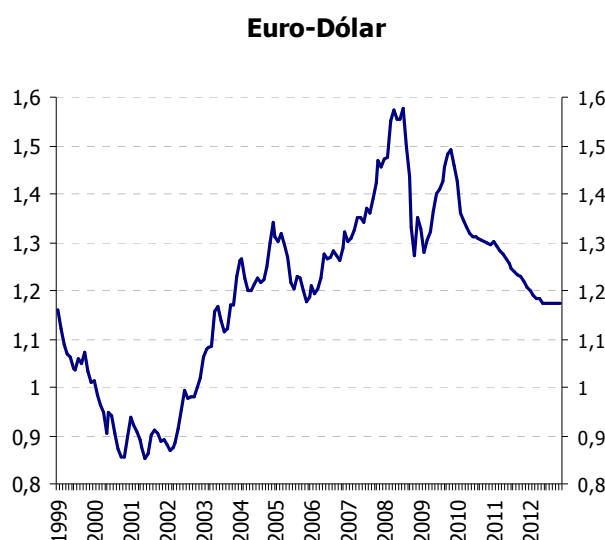
**Euro Área: M3
(% y/y)**



Fonte: ECB

Relativamente à política fiscal, o défice público e os rácios de dívida dispararam, nalguns casos para valores históricos, pelo que se tornou fundamental desenhar uma estratégia de saída para os próximos anos por forma a reduzir os défices públicos para níveis sustentáveis.

Assim, as perspectivas para 2010 são de uma recuperação lenta, com um crescimento do PIB que deverá rondar os 0,6%. A vulnerabilidade do sector financeiro e da recuperação dos mercados laborais, bem como a delicada situação fiscal, que limita a margem de manobra das políticas económicas, implicam um ritmo de crescimento mais lento do que nos EUA que, no mercado cambial, se traduzirá numa apreciação do dólar face ao euro ao longo de 2010.



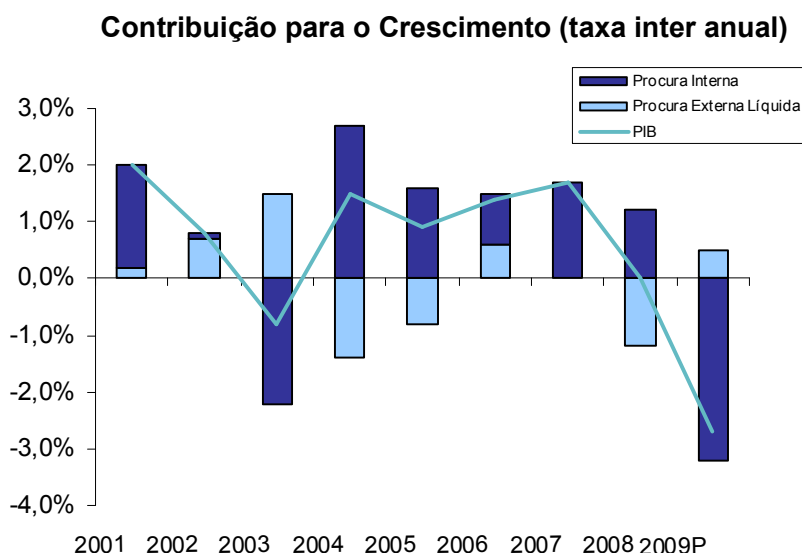
Fonte: Bloomberg e BBVA SEE

4.3 Economia Portuguesa

Em 2009 Portugal apresentou uma contracção do PIB de 2,7%, apesar de tudo um retrocesso inferior ao verificado na EUM. A deterioração da actividade económica moderou-se significativamente ao longo do ano, evidenciando uma recuperação gradual no segundo semestre.

Ao nível da procura interna assistiu-se a uma contracção significativa do investimento, condicionado pela queda da actividade na construção, pelo elevado nível de incerteza e pela capacidade das empresas de financiarem novos projectos de investimento, e a

uma queda do consumo privado, condicionado por um aumento preventivo da poupança associada à incerteza, por condições mais restritivas de crédito e por um mercado de trabalho em contracção.



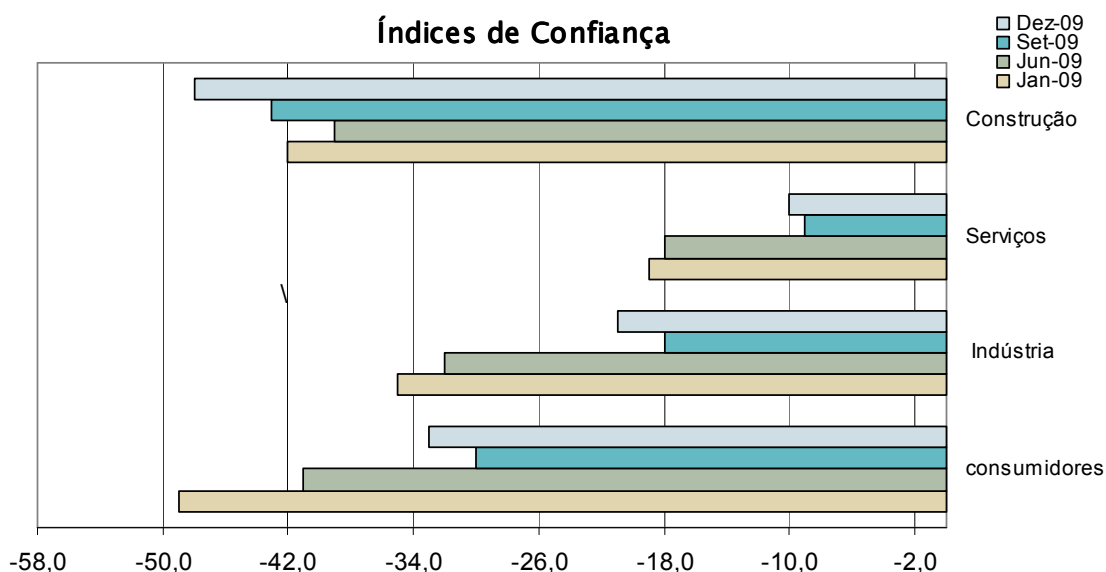
Fonte: INE e Banco de Portugal

A contribuição da procura externa líquida para o crescimento foi positiva. Numa economia como a portuguesa, com um elevado grau de abertura ao exterior e com cerca de 80% das suas exportações canalizadas para países desenvolvidos, a recessão significativa do comércio mundial implicou uma quebra assinalável desta componente da procura, estimada em -12,5%. Esta quebra foi compensada por uma significativa contracção das importações.

O investimento foi outra das componentes da procura que mais contribuiu para a contracção do PIB. A assinalável diminuição da formação bruta de capital, com uma variação anual negativa que se estima de cerca de 12%, foi determinante para a debilidade da procura interna. A trajectória de queda suavizou-se ao longo do ano, impulsionada por um contexto internacional um pouco mais favorável.

Embora em termos agregados se tenha assistido a uma progressiva melhoria da situação económica a partir de meados do ano, essa recuperação moderou-se no final

de 2009. Os indicadores de confiança, que apresentaram durante o ano uma evolução menos negativa, à excepção do relativo à construção, têm vindo paulatinamente a abrandar o ritmo de recuperação. A expectativa de redução do rendimento das famílias assente numa previsão de menores crescimentos salariais e aumento do desemprego, levaram o indicador de confiança dos consumidores a apresentar novos retrocessos.



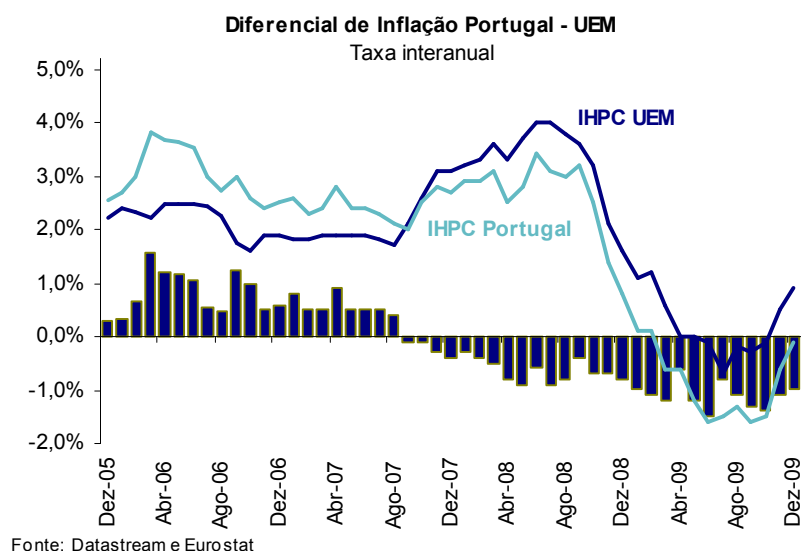
Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura

A necessidade de empreender uma política orçamental contra cíclica conjugada com a contracção económica conduziu a uma derrapagem das receitas e a um aumento significativo da despesa, que se traduziu num défice público de 9,3% e numa dívida pública de 76,6% do PIB em 2009. O esforço de consolidação orçamental será um processo longo e difícil que deverá conjugar a manutenção dos estímulos necessários para evitar uma nova recessão, com uma estratégia credível e transparente de redução do défice para 3% do PIB em 2013.

A diminuição acentuada do preço do petróleo e a redução das taxas de juro, contribuíram para que, em 2009, a necessidade de financiamento da economia tenha apresentado uma descida, prevendo-se que se fixe em 8,2% do PIB.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em - 0,9%. Ainda que parte da actual taxa negativa se deva a um efeito base relativo ao preço do petróleo, a debilidade

da procura e a redução das margens de lucro propiciaram uma queda significativa da inflação também na sua componente subjacente. Durante todo o ano de 2009 o diferencial de inflação foi favorável a Portugal, permitindo algum ganho de competitividade para o sector externo.



Depois da economia portuguesa ter apresentado em 2009 um retrocesso do seu PIB, ainda assim uma contracção inferior à da UEM, existem elementos que permitem prever a existência de uma retoma muito moderada que deverá prosseguir ao longo de 2010. Não obstante, não se perspectiva um período de recuperação sólida. A procura continuará débil durante todo o ano e o processo de recuperação dependerá da capacidade do sector privado para substituir os estímulos públicos.

As razões desta previsão são várias. Por um lado as perspectivas de crescimento dos nossos principais parceiros sociais conduzirão a valores muito baixos de crescimento das exportações. Por outro lado a evolução da procura interna continuará a contribuir negativamente para o PIB, já que o investimento, condicionado tanto pelos elevados graus de incerteza como pela capacidade das empresas financiarem novos projectos, persistirá em queda, embora a um ritmo mais suavizado. O consumo privado, apesar de uma recuperação que se estima modesta, permanecerá limitado pela redução da riqueza financeira e imobiliária, pela incerteza no mercado de trabalho, pela perspectiva de um crescimento inferior dos rendimentos futuros e pela expectativa da consolidação orçamental que se deverá reiniciar em 2010. Prevê-se assim um período de menor

recurso ao endividamento por parte das famílias e uma propensão maior para a poupança.

A necessidade de voltar a inscrever o valor do défice público dentro dos parâmetros definidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento é um dos principais desafios do Governo, o mais exigente e aquele que permitirá, se bem sucedido, assegurar um crescimento sustentado da economia.

Previsões Macroeconómicas	Banco de Portugal	
	2009(E)	2010(P)
PIB	-2,7	0,7
Consumo Privado	-0,9	1,0
Consumo Público	2,0	0,7
FBCF	-11,7	-3,4
Exportações	-12,5	1,7
Importações	-10,8	0,3
Balança Corrente e de Capital (em % do PIB)	-8,2	-9,8
Inflação (IHPC)	-0,9	0,7

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2009

5.

Estratégia e Modelo de Negócio

5. Estratégia e Modelo de Negócio

Em 2009, o mercado doméstico registou um comportamento assimétrico. Por um lado, a contracção da procura interna conduziu a uma desaceleração dos volumes de actividade creditícia, especialmente nos empréstimos ao consumo e no financiamento a empresas. Por outro lado, o progressivo aumento da taxa de poupança provocou um maior dinamismo na captação de recursos, sobretudo nas modalidades mais conservadoras (rendimento fixo, fundos de investimento de capital garantido, etc.) em detrimento dos depósitos a prazo.

Neste enquadramento, o BBVA Portugal manteve o seu modelo diferencial de gestão comercial: foco no cliente, elevado compromisso com a sociedade, contenção de custos e controle de risco, o que supôs, entre outras acções, apoiar especialmente famílias e pequenas empresas com o lançamento específico de diversas campanhas de activos e passivos adaptadas às suas necessidades.

Em suma, em 2009 o BBVA Portugal centrou os seus esforços em 4 eixos principais:

- Gestão do investimento irregular, de forma a reduzir as entradas em mora e aumentar as recuperações;
- Gestão dos preços, graças ao esforço de *repricing*;
- Contenção de gastos, com novos avanços de eficiência e produtividade;
- Crescimento rentável e aumento da vinculação de clientes.

Esta gestão engloba-se numa estratégia de médio e longo prazo, que permitirá afrontar e sair reforçado da crise, e que tem um objectivo claro de crescimento da clientela não só através da captação de novos clientes mas também do incremento da vinculação dos actuais, sem perder de vista o objectivo de melhorar a eficiência.

O BBVA Portugal, prosseguindo um posicionamento estratégico orientado para oferecer o melhor serviço ao cliente, obteve assim resultados positivos, alicerçados numa prudente gestão financeira.

Para o crescimento do **Crédito Total**, 3,5%, num ano de contracção da economia, e de redução de posições em sectores e produtos de maior risco, desenvolveram-se novas soluções adaptáveis e competitivas.

- Ao nível do **Crédito a Particulares** apresentaram-se novas solução de crédito à habitação que procuram reforçar a adaptabilidade e flexibilidade de um dos principais vectores estratégicos da actividade do BBVA Portugal. As inovadoras e competitivas campanhas “Adaptamo-nos”, e “Adapte o seu Crédito”, permitiram uma evolução do crédito à habitação de 15,3%, o que demonstra o continuado empenho do Banco no suporte a este tipo de crédito. Apresentou-se igualmente uma nova solução de crédito ao consumo, o “Programa 59+” que propõe oferecer condições financeiras especiais para o segmento de clientes sénior. Empreenderam-se também um novo conjunto de acções que visam promover e reforçar o relacionamento creditício com os clientes, e de que são exemplo a criação de Conta Ordenado Domiciliação BBVA e a comercialização de dois novos cartões de crédito para particulares, o “Cartão de Crédito Revolving” e o “Cartão de Crédito Fácil BBVA”. Disponibilizou-se igualmente um “Crédito Liquidez BBVA” a todos os clientes particulares que detivessem aplicações financeiras de capital garantido pelo BBVA.
- No **Crédito a Empresas** o BBVA Comercializou dois novos cartões de crédito, o “Cartão de Crédito Business Classic BBVA” e o “Cartão de Crédito Business Gold BBVA”. De forma a incrementar a venda de seguros para as empresas, o BBVA lançou, em parceria com a Companhia de Seguros CESCE, um seguro de crédito. Igualmente ao nível da actividade de Seguros o BBVA, em parceria com a AXA-Vitaplan Corporate, lançou seguros de saúde destinados a clientes empresas.

- Na área de **Investment Banking** saliente-se o papel do BBVA em operações de Project Finance para os financiamentos estruturados da Auto-Estrada Transmontana, da Auto-Estrada do Douro Litoral e para o futuro Hospital de Loures. Igualmente de destacar é o papel do BBVA como banco participante nas operações de Empréstimo Sindicado com a EDP, com a Galp e com a Jerónimo Martins, bem como a operação de Leveraged Finance para o financiamento da aquisição da Cintra Aparcamiento por parte da Emparque, e uma operação de empréstimo obrigacionista com a Portucel. Estas operações reflectem uma política comercial direccionada para a qualidade e diferenciação das propostas financeiras oferecidas.

No que respeita aos **Recursos Geridos**, assistiu-se a um ligeiro decréscimo, -1,7%. A aplicação em produtos de poupança alternativos, como os fundos de investimento, tornou-se mais atractiva e o BBVA procurou promover uma abordagem especializada e adequada às necessidades específicas dos seus clientes.

- No âmbito dos **Produtos de Passivo**, o BBVA apresentou uma gama abrangente de soluções distintivas e adequadas a diferentes perfis de risco dos clientes. Disponibilizaram-se produtos com uma remuneração pré-definida e um pagamento periódico de juros. Apresentaram-se igualmente produtos com garantia de capital, remuneração mínima e com um potencial de valorização, bem como produtos para clientes com um perfil de risco mais agressivo, sem garantia de remuneração mínima. O BBVA continua assim a promover um conjunto de produtos concorrenciais e competitivos que permitem, num contexto de concorrência agressiva, captar e fidelizar clientes.
- Reforçou-se a aposta do BBVA nos **Fundos de Investimento**. No âmbito das soluções que assentem na diferenciação e na criação de valor, o BBVA lançou um fundo de obrigações de dívida pública, o “Fundo BBVA Obrigações Governo ou Equiparados” e um fundo de obrigações de dívida privada de elevado rating e solvência, o “Fundo BBVA Obrigações”. A qualidade e a segurança dos produtos dos Fundos de Investimento do BBVA foi reconhecida pelo mercado. A Morninstgtar Inc. classificou a BBVA Gest como a melhor gestora nacional de Fundos de Investimento.

- O BBVA reforçando a sua política de **Responsabilidade Social**, apoiou, conjuntamente com a Mapfre Seguros, o projecto “Ir mais Além” da Instituição “Assistência Paroquial de Santos-o-Velho”, e que pretende criar uma sala de fisioterapia que permita colmatar necessidades de saúde e bem-estar para os mais idosos. Construiu-se um projecto de solidariedade/ RSC (“Realizamos Sonhos/ Iluminamos Sorrisos”). Este projecto envolveu cerca de meia centena de meninos e meninas muito especiais e foi realizado com quatro Instituições: Terra dos Sonhos; Make a Wish; Casa Pia/ CE Aurélio da Costa Ferreira e a Casa Sol.
Pretendendo também contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, reflectindo sobre variáveis que condicionam a evolução da economia europeia e, em particular, da economia portuguesa, o BBVA promoveu duas conferências sob os temas “Situação Económica Europeia – Perspectivas 2009/2010” e “Recuperação Económica”. No mesmo âmbito o BBVA participou no “Fórum Negócios Ibéricos”, promovido pelo Diário Económico, com o objectivo de criar um debate amplo e positivo sobre as ligações económicas entre os dois países e no 1.º INFOVALOR - Fórum da Poupança e Investimento, que visou fomentar a educação financeira, promovendo o contacto directo entre o aforrador/investidor particular e as instituições que actuam na área financeira e de valores mobiliários.
- No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA procedeu à assinatura de um protocolo de colaboração com a “Decisões e Soluções – Consultores Financeiros, Lda.”, parceria que pretende otimizar a apresentação dos produtos/soluções do Banco às empresas clientes da “Decisões e Soluções”. Foi igualmente assinado um convénio de colaboração financeira com a UDIFAR II – Distribuição Farmacêutica, S.A.” contemplando a criação de um conjunto de produtos e serviços financeiros com condições preferenciais, dos quais se realça o Selfconfirming, quer para as farmácias aderentes da Udifar, quer para os colaboradores dessas mesmas farmácias.
- Para promover a aproximação com os seus clientes, criou-se a Gestão **Multicanal**, que tem por objectivo gerir e desenvolver os actuais e novos canais alternativos. Em 2009 foi criada a Newsletter para empresas -Radar-, cujo objectivo é dar a conhecer às empresas, a oferta BBVA bem como artigos de interesse económico. Na sua

primeira edição esta Newsletter teve 2.000 subscritores. Implementou-se igualmente a BBVA TV. Este novo canal de comunicação permite uma forma de contacto mais dinâmica e apelativa da marca BBVA como complemento à tradicional comunicação estática. Essencialmente no seu alinhamento poderemos encontrar informação de carácter nacional, internacional, desporto e lazer, bem como publicidade institucional e campanhas BBVA.

- De forma a reforçar a aposta no serviço a prestar aos Clientes com um tipo de exigência diferenciado que o BBVA reconhece ser de alto valor, criou-se um novo Segmento de **Banca Privada** constituído pelas unidades de BBVA Patrimónios e Banca Pessoal. A gama de produtos existentes foi renovada e está a ser alargada com soluções diferenciadas e exclusivas para os Clientes deste segmento. De referir ainda o bom desempenho dos principais produtos financeiros de Banca Privada, nomeadamente a Gestão Discricionária onde se conseguiram excelentes rendibilidades.

Perante o cenário que se desenha para 2010 o BBVA aposta:

No que se refere à captação de clientes:

- numa gestão sistemática de colectivos e convénios, aproveitando a elevada quota de penetração em grandes empresas;
- num plano de sinergias entre redes comerciais e numa oferta competitiva de produtos e serviços adaptados à necessidade dos clientes, que fortaleça e amplie o âmbito do negócio.

No que se refere à vinculação de clientes:

- no apoio em potentes ferramentas comerciais que permitam avanços adicionais em eficácia comercial;
- em novas formas de marketing;
- num melhor conhecimento do cliente.

Esta estratégia de crescimento complementa-se com uma série de planos de transformação associados ao modelo de distribuição e à qualidade de serviço. O Banco

está assim a trabalhar na morfologia da rede de modo a ser, cada vez mais, um distribuidor próximo, acessível e ágil para o cliente. Está igualmente a avançar na melhoria das capacidades comerciais, na gestão remota dos clientes e na redefinição de processos.

Em suma, os princípios que norteiam a relação entre o BBVA Portugal e os seus clientes são: a ética, a transparência e a prudência.

6.

Actividade das Principais Áreas do Banco

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

6.1 Banca de Retalho

Crédito Habitação

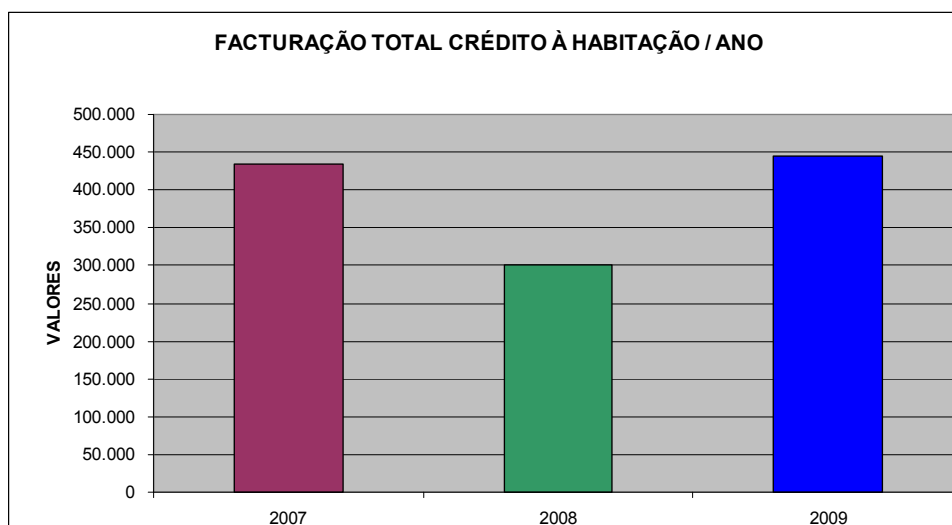
Em 2009 o BBVA continuou a potenciar o seu produto estrela do crédito à habitação “Fácil Plus BBVA”, cujas características o mantêm como um dos melhores do mercado.

Em Abril e associado a este produto, o BBVA lançou no mercado a campanha “Adaptamo-nos”, em que oferecia 200€ mensais durante um ano aos clientes particulares que formalizassem um empréstimo de valor mínimo igual a 120.000€. Devido ao seu sucesso, os prazos da campanha foram sucessivamente prorrogados ao longo do ano em curso.

Em paralelo com a campanha “Adaptamo-nos”, foi efectuada uma outra com a designação “Adapte o seu Crédito”. Esta campanha teve como objectivo fundamental facilitar a um universo de clientes BBVA previamente seleccionados a redução da sua prestação actual mediante o alargamento do prazo ou a introdução da figura da quota final.

O BBVA criou igualmente para o crédito habitação a solução “Prestação à Medida”. Esta solução possibilita ao cliente com dificuldades e em sintonia com análise de risco, uma maior flexibilidade.

O BBVA conseguiu distinguir-se na oferta de crédito à habitação, apresentando produtos com características de topo ao nível do mercado português, acompanhado com spread's atractivos. Este bom desempenho é visível na análise da facturação quando comparada com anos anteriores.



Crédito ao Consumo

O ano de 2009 ficou marcado pela alteração do enquadramento legal do produto Crédito ao Consumo com publicação do Decreto-Lei 133/2009 com entrada em vigor a 01-07-2009 e que veio introduzir alterações significativas, tendo o BBVA efectuado as diligências necessárias para a correcta implementação e adaptação da sua actividade ao novo regime jurídico, nomeadamente ao nível das minutas contratuais e desenvolvimentos informáticos.

Em termos de novos produtos, no âmbito do Programa 59+ iniciado em Setembro foi lançado o Crédito Instantâneo 59+ BBVA, que oferece aos seus clientes particulares com 59 anos ou mais e titulares da Conta 59+ BBVA a possibilidade de beneficiarem de um crédito ao consumo até três vezes o valor da pensão/ordenado até um máximo de 5.000€ por um prazo até 10 meses, com prestações mensais e a taxa de juro de 0%, caso domiciliem o ordenado/pensão, ou 7% caso não o façam.

À semelhança de anos anteriores, foi lançada a Campanha Oferta e Revolving – Dezembro 2009. Com base em parâmetros e critérios previamente definidos, foi atribuído a diversos clientes um montante pré-decidiado em Crédito ao Consumo.

Cartões de Crédito

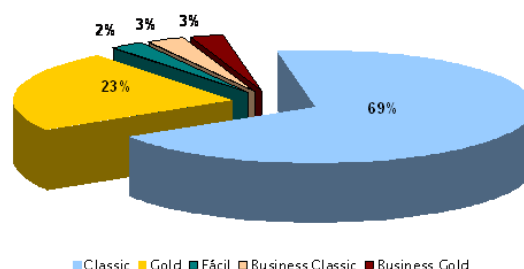
Durante o ano de 2009, o negócio de Cartões de Crédito conjugou as suas actividades regulares de manutenção do negócio existente com o desenvolvimento de um conjunto de acções, tendo em vista alcançar o objectivo estratégico de crescimento.

Ao longo do ano decorreram diversas acções de captação de novos clientes, essencialmente pelo recurso à comercialização de novos produtos de Cartões de Crédito:

- Cartão de Crédito Fácil BBVA (cartão revolving)
- Cartões de Crédito Business Classic / Gold BBVA

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CARTÕES EM CARTEIRA

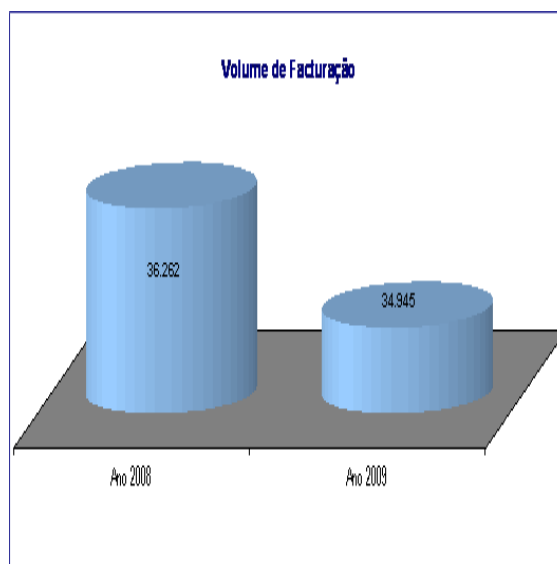
	Final Ano 2008	ANO 2009
Classic	15.001	15.900
Gold	5.601	5.372
Fácil	N/A	574
Total Particulares	20.602	21.846
Business Classic	N/A	635
Business Gold	N/A	589
Total Empresas	0	1.224
Total	20.602	23.070
Incremento %	N/A	10,70%
Incram. Mês	N/A	2.468



Em 2009 houve um crescimento de 6% no número de Cartões de Crédito (+1.244 que em Dez.08), sem contar com a migração dos cartões empresa (Unicre) para Business BBVA.

Foram igualmente realizadas acções para estimular o aumento da facturação, nomeadamente, campanhas de incentivo à utilização (Campanhas de Pontos).

No ano de 2009 verificou-se uma descida de 3,6% na facturação, apesar dos esforços desenvolvidos para manutenção da mesma em níveis elevados.



As principais linhas de actuação para desenvolvimento do negócio em 2009 consistiram no reforço do portfólio de cartões, na optimização da relação com o Cliente e no desenvolvimento de várias acções de incentivo à utilização.

Recursos

Ao longo de 2009, e no que respeita a Depósitos a Prazo, deu-se continuidade à estratégia do ano anterior, com o lançamento de produtos inovadores e de valor acrescentado, de forma a permitir uma maior diversificação de investimento e satisfazer as necessidades dos nossos clientes alvo.

Dos produtos comercializados em 2009, destacam-se:

- os Depósitos Crescentes: aplicações com capital garantido na maturidade, que permitem a obtenção de uma taxa de juro predefinida e crescente;
- o Depósito Fortaleza e Multidepósitos, aplicações destinadas essencialmente à captação de novos recursos;
- o Depósito Dual Investimento BBVA, Depósito Dupla Garantia BBVA; o Depósito Dual Acções BBVA; o Depósito Cabaz Europa BBVA; o Depósito Dual Selecção

Europa; o Depósito Adaptamo-nos BBVA e o Depósito Evolução Euribor BBVA: aplicações a médio prazo, ligadas ao comportamento de índices, Acções e da Euribor, com capital garantido na maturidade.

Em relação a Depósitos à Ordem, a estratégia esteve especialmente direccionada para as contas ordenado, com o intuito de captação da Domiciliação de Ordenados e pensões. Durante o ano de 2009 foram comercializadas a Conta Ordenado Domiciliação BBVA e a conta 59+, que estiveram inseridas na Campanha ADAPTAMONOS.

Negócios e Empresas

No que respeita às PME's, o produto **Pack Negócios** revelou-se uma oferta interessante para o segmento, tendo sido abertas cerca de 850 novas contas, para além de ter integrado a mega campanha "Adaptamo-nos" onde o Banco oferecia uma contribuição simbólica na constituição do PPR ou Fundo de Pensões do empresário em nome individual, com vista a fomentar os hábitos de poupança a longo prazo.

Igualmente para empresas, destaca-se o BBVA Confirma com 20 novos contratos de adesão, ultrapassando assim os 1300 contratos permanentes de desconto, com um total de financiamento superior a 57M€. O produto de **confirming** registou um forte crescimento da sua margem operativa, mais 64% do que em 2008 e conseguiu-se colmatar a saída de importantes contratos do sector da construção, por motivos de gestão prudencial, com a entrada em novos sectores de actividade. Estimamos que o Banco neste produto tenha uma quota de mercado, com base nos dados da Associação do sector, de 5%.

No **Factoring**, verificou-se um forte crescimento tanto a nível de novos contratos como a nível da margem operativa. Assim, registou-se neste ano, um incremento de 23 contratos, à semelhança do que aconteceu o ano transacto, enquanto o crescimento da margem operativa foi bastante significativo, situando-se um pouco acima dos 116%. O BBVA surge com uma quota de 1% do mercado quando em 2008 apresentava 0,2%.

No que respeita ao **Comércio Exterior**, a actividade centrou-se nos seguintes pontos:

- Divulgação e apresentação externa dos produtos, aproveitando a participação na conferência da Eurofinance;
- Divulgação dos produtos, através de artigo publicado na Radar;
- Crescente interesse e maior pró-actividade dos gestores na captação de negócio, resultante dos contactos directos e formação personalizados;
- Participação no projecto applicacional EE-Comex;

Apesar do cenário económico adverso e desfavorável ao negócio de Comércio Internacional (Importações/Exportações) em 2009, captaram-se novos clientes e atingiu-se, no financiamento às exportações e importações, um nível de produção superior aos 80 milhões de euros.

No produto de **Leasing**, num ano em que a queda verificada na Formação Bruta de Capital Fixo foi quase de 12%, o BBVA registou um ano globalmente positivo com a facturação a crescer cerca de 15%. No sector mobiliário a produção caiu 15% face a 2008, quando o mercado decresceu 36% sendo a quota de mercado de 1,2%. No leasing imobiliário o Banco registou um forte crescimento na produção, 148%, enquanto o mercado apresentava uma queda de 40%, reforçando assim a sua quota para 2,6%.

Relativamente ao negócio de **Prescrição**, a actividade registou um crescimento positivo de 38%, passando de um total de facturação de 113.883 M€, relativo ao Ano de 2008, para um volume total de facturação de 183.685 M€. Nas condições adversas da actual crise económico-financeira, o BBVA desenvolveu novas parcerias, designadamente com formalização de diversas operações, perfazendo um total de 390 Parcerias Activas em 2009. No âmbito do segmento de empresas, desde Outubro de 2009, foram estabelecidos 9 convénios e assinados 21 protocolos com parceiros BBVA. O volume total de facturação efectuada foi de 5.527 M€, correspondendo a 28 operações realizadas.

6.2 Banca Empresas, Corporativa e Institucional

A actividade de empresas desenvolveu-se numa conjuntura extremamente difícil, onde os Bancos restringiram a sua actividade creditícia e incrementaram os spreads de crédito, o que conseqüentemente fez com que as empresas reduzissem substancialmente os seus investimentos. Paralelamente a falta de liquidez aumentou a concorrência para captação de passivos provocando no BBVA uma redução substancial de passivos captados a clientes.

O ano de 2009 marcou para a Banca de Empresas e Corporações (BEC) um ponto de viragem. A estrutura diminuiu significativamente e passou a estar totalmente focada nos clientes, servindo-se das áreas de produto e de apoio como pilares essenciais para o crescimento do negócio. Foi criada uma nova área, a área de Desenvolvimento de Negócio, que contribui fortemente para o grande impulso comercial da BEC, através definição de estratégias de actuação comercial.

Actualmente, o negócio de Empresas do BBVA está organizado em 3 Direcções específicas:

- . BEC Corporativa
- . BEC Norte
- . BEC Sul

A estrutura de BEC Corporativa passou a integrar a área de clientes Corporativos e Institucionais e de Grandes clientes.

Em Banca Corporativa e Institucional a gestão tornou-se uniforme possibilitando assim melhor e mais cross selling, bem como a aplicação de metodologias de gestão comuns a todo o universo de clientes. Melhorando o serviço prestado, foi possível a reactivação e elaboração de vários protocolos, criando sinergias com outras áreas do Banco.

Na área de Grandes Clientes continuou-se a desenvolver o trabalho de colocar o BBVA como um Banco de referência para as maiores empresas em Portugal.

As sinergias criadas com as diferentes áreas do banco, nomeadamente Banca de Investimentos, Mercados Globais e Direcção de Produtos e Serviços Especializados, foram um dos factores chave para o alcance destes resultados, contribuindo para a realização de operações bastante significativas, quer em termos de volume e margem,

quer em termos de reposicionamento do BBVA como Banco de referência nos clientes. Seguindo esta linha de actuação, o BBVA participou em várias operações de Project Finance e emissão de dívida através de obrigações e de programas de papel comercial. Na área de confirming incrementámos substancialmente o montante dos contratos sob gestão.

Das operações realizadas no ano de 2009 destacam-se as seguintes:

- Duplicação das linhas de confirming com a abertura de novos contratos e incremento substancial de contratos já existentes;
- Empréstimos obrigacionistas a grandes Grupos Nacionais tais como Portucel, Galp Energia e Jerónimo Martins;
- Financiamentos estruturados a importantes;
- Operações de forfaiting cross border com o BBVA Paris com importantes Grupos Nacionais.

O grande enfoque da área continua a ser o Cross Selling junto da base de clientes, dando especial destaque aos serviços bancários o que permitem reforçar os laços de fidelização do cliente ao Banco.

Durante o ano 2009, no negócio de Empresas, o BBVA apostou no aumento da rede de agências, reposicionado o Banco neste segmento. A aposta no crescimento orgânico levou o BBVA a duplicar a sua rede de agências de empresas, aumentando assim a sua abrangência geográfica.

Neste segmento de actividade, o Banco conseguiu reforçar a sua quota de mercado, aumentado a sua base de clientes e reforçando o posicionamento nas empresas com quem trabalha. A estratégia adoptada nesta área de actividade passou ainda pela aposta na autonomização dos clientes e respectivo aumento da sua vinculação, potenciando sinergias com algumas áreas de actividade.

No ano de 2009 o BBVA continuou a apostar nas parcerias com os Organismos Públicos. Aderiu à PME Investe III e PME Investe IV, produtos estratégicos para a sustentabilidade do seu crescimento. Paralelamente a este produto, o Banco manteve a sua oferta de duplicação de crédito por um ano, a comissões e taxa zero. No referido

ano, o Banco apostou ainda na oferta diversificada de produtos aos seus clientes, sendo que o comércio internacional ocupou um lugar destaque na panóplia de produtos empresas do BBVA.

O grande objectivo desta área de actividade, que acompanha as empresas que facturam entre 2 MM€ e 50 MM€, continua a ser o crescimento orgânico e sustentado da base de clientes do BBVA, trabalhando activamente para o aumento da sua fidelização.

6.3 Mercados Globais

O ano de 2009 foi marcado por dois períodos totalmente distintos. Durante o primeiro trimestre a crise financeira atingiu o seu auge verificando-se um total desequilíbrio dos mercados financeiros. A partir do segundo trimestre a crise económica prosseguiu o seu normal desenvolvimento mas os piores cenários de depressão foram afastados e criaram-se condições para uma grande recuperação dos spreads de crédito e dos mercados accionistas.

Neste enquadramento, o ano de 2009 foi o melhor de sempre em termos de actividade de mercados do BBVA Portugal.

No mercado de obrigações verificou-se a confluência de vários efeitos positivos muito significativos. Por um lado, registou-se um crescimento expressivo de novas emissões de obrigações e, simultaneamente, o enquadramento de rentabilidade na organização destas operações melhorou substancialmente. Por outro lado, verificou-se uma transferência do negócio dos bancos de investimento para bancos de perfil universal e, majorando esta tendência, o BBVA aumentou de forma muito significativa a sua presença neste mercado. O volume de actividade com investidores portugueses registou um crescimento superior a 40%.

Na actividade com investidores manteve-se a tendência de simplificação das operações e de atribuição clara de valor à liquidez, pelo que a actividade em produtos estruturados complexos registou níveis bastante reduzidos e com uma clara mudança de uma

perspectiva de procura de rendimento adicional para um ênfase na construção de soluções muito específicas na gestão de determinados riscos financeiros.

No negócio com empresas o ano de 2009 foi muito favorável. O volume de operações cresceu mais de 60% tendo o enquadramento de mercado valorizado de forma substancial o perfil do BBVA como fornecedor e parceiro preferencial de soluções de gestão de risco para as empresas portuguesas. Este cenário materializou-se em todo o espectro de dimensão das empresas portuguesas e as perspectivas futuras continuam bastante auspiciosas pois parecem criar-se condições favoráveis a que o banco ascenda a um perfil de liderança neste tipo de actividade.

6.4 Banca de Investimento

A área de banca de investimento compreende três segmentos de actividade: financiamento estruturado, mercado de capitais e corporate finance.

Durante o ano de 2009, o BBVA Portugal foi particularmente activo no segmento de project finance tendo participado em importantes financiamentos, tanto no sector das energias renováveis como no sector das infra-estruturas de transportes.

No sector da energia destaca-se o financiamento de EUR 1.062 milhões à Pebble, a sociedade detentora do maior conjunto de parques eólicos em Portugal com uma capacidade global de 659 Mw. A operação, na qual o BBVA actuou como Mandated Lead Arranger, destinou-se a refinarçar a carteira de parques já em exploração e a financiar a construção de 4 parques adicionais, e teve a particularidade de ser realizada através da primeira emissão nacional de Project Finance bonds. No final do ano, o BBVA entrou também, via sindicacão, no financiamento da RA Parque Solar, uma central fotovoltaica de 30 Mw localizada em Espanha.

Na vertente de infra-estruturas, o BBVA apoiou o plano de desenvolvimento nacional de infra-estruturas rodoviárias, tendo actuado como MLA no financiamento de três novas concessões: Concessão Transmontana no total EUR 408 milhões liderada pelo Grupo Soares da Costa e Globalvia, Concessão Baixo Alentejo no total de EUR 390 milhões

liderada pelo Grupos Edifer e Dragados e Concessão Douro Interior no total de EUR 777 milhões liderada pelo grupo Mota-Engil.

Na área de “acquisition finance” o BBVA integrou o sindicato bancário que apoiou o Grupo nacional Emparque na aquisição da Cintra Aparcamientos, a maior empresa espanhola de parques de estacionamento. A operação envolveu um financiamento total de aproximadamente EUR 400 milhões.

O ano de 2009 na área de Debt Capital Markets foi um dos mais importantes dos últimos anos no que respeita a resultados. Para isso contribuíram a participação como Bookrunner em 3 emissões de Obrigações Domésticas, nomeadamente para o grupo Jerónimo Martins, para a Galp Energia e para a Portucel (esta última apenas foi liquidada já em Fevereiro de 2010).

No segmento do Papel Comercial foram formalizados 5 novos contratos donde se destaca o programa de EUR 50 milhões para a Brisa.

Em empréstimos sindicados, o BBVA participou numa Credit Facility para EDP de montante global de EUR 1.600 milhões, a única operação realizada no mercado português.

No segmento de mercado de capitais, destaca-se a participação como co-lead no aumento de capital do BES.

6.5 Risco

A política e os princípios de gestão de riscos seguidos pelo BBVA (Portugal) têm por objectivo essencial, gerir e controlar activamente a exposição à incerteza para otimizar os rendimentos da Instituição, numa perspectiva constante de manter um equilibrado grau de solvência.

Para alcançar tal objectivo, a Função de Riscos deve assegurar que todos os riscos são devidamente identificados, medidos e valorados. Desta forma garante-se que a variável

risco está presente em todas as decisões, contribuindo para configurar o perfil de risco desejado pela Instituição e alinhado com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Nas actividades financeiras assumem-se riscos continuamente, pelo que a gestão integral de todos eles é essencial para alcançar um conhecimento profundo dos níveis de exposição e assim manter a solvência do Grupo e procurar o equilíbrio da relação risco/rentabilidade.

Elaborou-se um decálogo da Função de Riscos que agrupa os dez princípios básicos da visão do risco do Grupo BBVA e que sustenta o seu modelo de gestão de riscos:

1. Função de riscos independente e global que assegure uma adequada informação para a tomada de decisões a todos os níveis;
2. Objectividade na tomada de decisões, incorporando todos os factores de risco relevantes (quantitativos e qualitativos);
3. Gestão activa do ciclo de vida do risco vivo, desde a análise prévia, à autorização até ao seu cancelamento (gestão do continuum de risco);
4. Processos e procedimentos claros, revistos periodicamente em função de novas necessidades, e com linhas de responsabilidade bem definidas;
5. Gestão integrada de todos os riscos através da sua identificação e quantificação (mercado, crédito e operacional), e gestão homogénea com base numa medida comum (capital económico);
6. Diferenciação do tratamento do risco, circuitos e procedimentos, de acordo com as características do mesmo;
7. Geração, implantação e difusão de ferramentas avançadas de apoio à decisão que, com um uso eficaz das novas tecnologias, facilitem a gestão dos riscos;
8. Descentralização da tomada de decisões em função das metodologias e ferramentas disponíveis;
9. Inclusão da variável risco, nas decisões de negócio em todos os âmbitos, estratégico, tático e operativo;
10. Alinhamento dos objectivos da função de riscos e dos indivíduos que a compõem com os do Grupo, com o objectivo de maximizar a criação de valor.

Para facilitar a construção de uma Função de Riscos que sirva estes objectivos, o Grupo BBVA tem-se centrado em desenvolver aspectos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) necessários.

O Grupo BBVA dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

Os aspectos qualitativos têm sido desenvolvidos de acordo com os seguintes objectivos chave da função de riscos: a independência da gestão do risco, que assegure uma adequada informação para a tomada de decisões; a uniformidade de estruturas e sistemas que facilitem, a admissão de riscos segundo do perfil desejado, o seguimento da carteira e a qualidade da exposição ao risco.

Em 2009, a função gestão de riscos do BBVA (Portugal) foi reestruturada de acordo com os requisitos do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. O Conselho de Administração do Banco nomeou uma Pessoa Singular, Responsável pela função gestão de riscos (FGRiscos) e manteve o Comité Geral de Gestão de Riscos na qualidade de órgão colegial, com funções de apoio e consulta à FGRiscos para a missão de assegurar a adequação eficaz e o funcionamento efectivo do Sistema de Gestão de Riscos.

Também durante o ano de 2009 procederam-se às seguintes reestruturações da Área de Risco: incorporação Risco Operacional na Unidade de Controlo Interno e Risco Operacional; reorganização da Unidade de Risco de Crédito através da criação de um novo Departamento de Reestruturações e posteriormente, a sua incorporação no Departamento de Seguimento.

Desta forma, a estrutura organizacional fortaleceu a responsabilidade orgânica e funcional dos distintos órgãos institucionais e executivos do BBVA (Portugal), de acordo com as melhores práticas e recomendações das autoridades normativas e supervisoras.

Atendendo aos aspectos estritamente quantitativos, o BBVA (Portugal) no decorrer do ano de 2009 completou o mapa de ferramentas utilizadas em riscos de crédito, calibrando os ratings para empresas e os scorings de particulares. Estas ferramentas são essenciais para o processo de admissão de risco, para o seu seguimento e classificação das carteiras. O objectivo é quantificar, ex-ante, os níveis de provisões necessários em função do nível de risco implícito em cada carteira.

Capital económico

É importante destacar que num mundo financeiro tão complexo e globalizado como o actual, o risco não pode dividir-se em compartimentos estanques. De facto, o entendimento do risco Global, o seu controlo eficaz e a sua gestão para alcançar uma relação risco/rentabilidade óptima só se pode alcançar através de uma gestão integrada do mesmo.

Nesta linha, o Grupo desenvolveu metodologias corporativas consistentes de medição do risco, para todos os negócios e tipos de risco, que incorporando os efeitos da diversificação, convergem numa medida comum: o capital económico.

O conceito de “capital económico” ou “capital em risco”, baseia-se no vínculo estreito que existe entre o volume de capital necessário a uma entidade financeira e os riscos em que esta incorre. Dados os demais elementos que integram a percepção de solvência de uma entidade, um maior nível de risco deve associar-se a médio prazo a um maior volume de capital, desejando manter o mesmo grau de solvência (que se materializa na sua classificação creditícia ou rating).

O cálculo do “capital económico” permite entender esta relação entre o risco e a necessidade de capital a qualquer nível no Grupo. Desta forma, quanto maiores forem os riscos assumidos numa área de negócio, maior será o capital económico imputado e maior deverá ser o benefício necessário para rentabilizar tal capital.

A valoração da exposição ao risco em termos de “capital económico” permite melhorar o conhecimento do perfil global dos riscos incorridos, bem como conhecer com maior precisão a rentabilidade económica dos negócios e a sua contribuição, ajustada ao risco

e aos resultados da entidade. Deste modo, permite introduzir a rentabilidade do capital, um dos fundamentos essenciais da criação de valor, na gestão diária dos negócios.

No âmbito do Pilar II de Basileia II (Processo de Supervisão) durante 2009 desenvolveu - se um sistema para o cálculo do consumo de capital económico por áreas, em conformidade com a estrutura do Grupo. Destacamos que o BBVA (Portugal) elaborou o primeiro relatório detalhado (ICAAP), destinado ao Banco de Portugal, relativo à determinação das necessidades de capital numa perspectiva interna, i.e., no quadro do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno.

Estas primeiras estimativas de capital económico actualizam-se periodicamente, através da análise da evolução do perfil de riscos das distintas áreas. Em simultâneo, decorre o processo de implementação das ferramentas e sistemas corporativos que permitirão à Instituição conhecer, a qualquer nível (cliente, produto, segmento, etc.), desde o nível mínimo de agregação, o consumo de capital económico e a rentabilidade ajustada ao risco.

Em termos consolidados e das sociedades que compõem o Grupo, os modelos internos de medições de “capital económico” complementam-se com as “Normas Reguladoras de Capital” e são validados pelas respectivas Autoridades Supervisoras.

Também importa referir que através da medição do “capital económico” e da rentabilidade ajustada ao risco, tanto no âmbito corporativo, como no âmbito competitivo das unidades de negócio, dispõem-se de novos elementos que irão facilitar a tomada de decisões orientadas para a consecução do objectivo: a criação sustentada de valor para os seus accionistas.

Concluindo, o desenvolvimento quantitativo da Área de Riscos visa dois objectivos: a homogeneidade dos sistemas de medição dos diferentes tipos de riscos, seja qual for a sua natureza; a globalidade na gestão dos riscos, em mercados cada vez mais interdependentes como é caso dos mercados em que opera o conglomerado financeiro multinacional que é o BBVA.

Risco de Crédito

O risco de Crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir) ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações.

A gestão do risco de Crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do seu ciclo de vida (análise, autorização, seguimento e classificação e, se for o caso, a recuperação). É suportada por uma organização matricial que está integrada na estrutura geral de controlo do Grupo, envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Com o objectivo de assegurar uma adequada gestão de risco de crédito o BBVA (Portugal) tem por missão garantir uma equilibrada carteira de crédito, através do seguimento dos limites, das políticas e dos objectivos estabelecidos pelo Grupo, que estão em consonância com a estratégia e o perfil de riscos definido.

Durante o ano 2009, foram efectuados vários desenvolvimentos no âmbito de reforçar os processos utilizados na gestão do risco de Crédito: a recalibração dos ratings para empresas e dos scorings de particulares, a implementação de um novo Modelo de Delegações e a actualização dos parâmetros de cálculo da exposição ao risco das diferentes carteiras.

A perda esperada para as diferentes áreas de negócio é estimada e actualizada periodicamente, a par dos cálculos de capital económico. Para esta estimativa utilizam-se os cálculos de probabilidade de insolvência e severidade por carteiras de risco homogéneas, explorando as bases de dados do Banco.

Na sequência das políticas definidas e dos processos de gestão desenvolvidos, os resultados obtidos em 2009 estão em linha com os objectivos estabelecidos para este tipo de risco, de relevância crucial no que se refere à materialidade na exposição global

ao risco do Grupo, assim o rácio de crédito vencido sobre crédito total passou de 0,61% para 0,91%, respectivamente nos finais de 2008 e 2009.

Risco de Mercado

Entende-se pelo conceito de risco de Mercado, o risco que o valor de um investimento/carteira possa sofrer em consequência das alterações das condições gerais de mercado, manifestadas por alterações das taxas de juro, das taxas de câmbio e preços de acções. Os factores de risco que afectam os preços de mercado são: Taxa de juro; Taxa de câmbio; Preço das acções; Vega, Gamma e correlação em opções; Commodities.

A gestão do risco de Mercado visa limitar estas perdas potenciais e otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados, de acordo com os objectivos fixados pelo Grupo.

A forma de medir o risco de Mercado é através do VaR (Value at Risk ou Valor em Risco). Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de co-variâncias, estima a perda máxima de um investimento/carteira que pode produzir-se face às alterações das condições gerais dos mercados financeiros, com um nível de confiança de 99%, para um horizonte temporal de um dia.

Pretende-se, com a medição deste risco, monitorizar as posições próprias do banco limitando as suas perdas, estabelecendo alertas, bem como otimizar rentabilidades ajustadas ao risco.

O risco de mercado da sala de tesouraria é identificado, avaliado e gerido desde a Matriz do Grupo BBVA. Todas as operações contratadas pelo banco e que estejam sujeitas a risco de mercado contribuem para o cálculo do VaR.

O cálculo do VaR e a sua análise são efectuados diariamente. De referir que, mensalmente, é feita uma análise mais em detalhe que permite obter informação mais precisa, de forma a ser discutida em comité próprio (o COAP).

10³ Euros

VAR	2009	2008
Máximo	354	453
Médio	202	168
Mínimo	72	57
31 Dez	165	289

A unidade de Planeamento e Gestão Financeira valida periodicamente os modelos de medição empregues através de backtesting. Comparando os resultados teóricos diários, no pressuposto de que a composição da carteira permanece inalterada, com as estimativas de perda máxima que oferece o VaR. É validado o modelo que assume que o comportamento futuro dos

preços de mercado obedece a uma distribuição estatística normal e que é função do passado recente. A aplicação destes testes é ajustada aos standards de validação normalmente aceites.

Adicionalmente, e como complemento das medições de risco efectuadas em condições normais de mercado, realizam-se estimativas periódicas das perdas em que se incorreria em situações de comportamento catastrófico.

Para tal, as posições mantidas são submetidas às condições de mercado que se verificaram em situações críticas no passado, bem como a outras situações anormais obtidas a partir de simulações. Estes testes de stress-testing constituem uma ferramenta suplementar de gestão do risco de mercado que ajuda a avaliar a capacidade do património do Grupo para absorver perdas significativas em cenários de fraca probabilidade.

Estes limites são aprovados pela Comissão Delegada Permanente, por um prazo de um ano, em condições normais, e são geridos pelas áreas de mercados que os distribuem internamente entre mesas, produtos, mercados e divisas, de acordo com um critério previamente acordado com a unidade de Gestão Global de Riscos de Mercado.

Risco de Taxa de Juro Estrutural

Define-se como risco de Taxa de Juro a alteração que se produz na margem financeira e/ou no valor patrimonial da Entidade devido a variações nas taxas de juro.

A exposição da Instituição a movimentos adversos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para a criação de valor económico. O risco de Taxa de Juro deve ser

gerido de modo a que não seja excessivo em relação aos Fundos Próprios da Instituição e mantenha uma relação razoável com o resultado esperado.

A gestão, controlo e seguimento do risco de Taxa de Juro requer uma estrutura adequada desde o ponto de vista organizativo, com as áreas e comités necessários para desenvolver estas funções e evitar conflitos de interesses com uma adequada segregação de funções.

No BBVA analisa-se a exposição ao risco Taxa de Juro sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico. Na óptica dos resultados, a análise limita-se a um horizonte temporal de 12 meses, no qual se avalia a incidência de diferentes curvas de taxas de juro sobre a margem financeira anual.

Trabalham-se também hipóteses de comportamento das massas patrimoniais e estratégias de contratação que permitem projectar de forma dinâmica as posições de risco bem como as medidas de sensibilidade.

Na óptica do valor económico, o horizonte temporal de análise é o longo prazo. Através da avaliação do efeito de movimentos das curvas de mercado no valor actual dos activos, passivos e posições fora do balanço do Grupo. Calcula-se também “a duração” do activo, passivo e posições fora de balanço e conseqüentemente “a duração” do valor patrimonial.

A periodicidade destas análises é semestral, dada a realidade e dimensão da exposição ao risco de taxa de juro da Instituição e a ferramenta principal utilizada é a aprovada pelo Banco de Portugal, sendo os limites fixados em função dos resultados da análise de sensibilidade. No último stresstesting enviado ao Banco de Portugal, permitiu concluir que a sensibilidade dos Fundos Próprios do Banco é limitada, perante uma variação de + 300pb nas taxas de juro o impacto nos Fundos Próprios teria numa magnitude de + 3,28% dos mesmos.

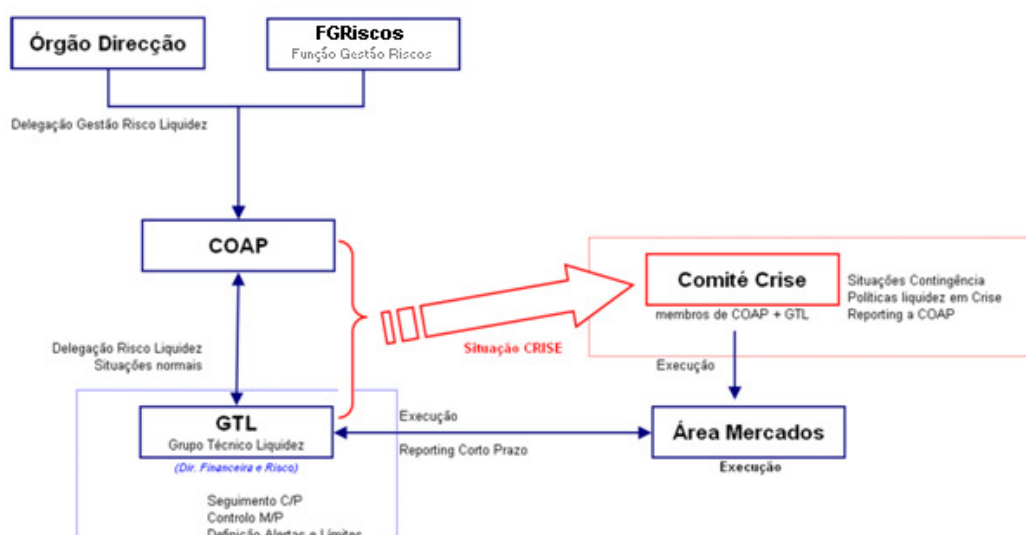
Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Em termos práticos define-se como a probabilidade de que a Instituição não tenha capacidade de fazer face aos seus compromisso de pagamento ou que, para conseguir fazê-lo, tenha que obter fundos em condições penalizadoras.

No BBVA (Portugal) compete ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de Liquidez: para que exista um adequado desfasamento entre rendimentos e pagamentos no tempo, existam activos disponíveis para vender que permitam fazer face a situações de insuficiência de fundos a curto prazo, sejam desenvolvidas políticas de captação de passivos nos mercados grossistas e capacidade de mobilizar activos para obter liquidez.

A Estrutura de gestão de liquidez é a seguinte:



A gestão de risco de Liquidez no Grupo é suportada por dois indicadores: o rácio de liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo.

Em relação ao rácio de Liquidez, a metodologia base de identificação é a usada para o cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de Liquidez, (Mapa de liquidez mensal) e recorre-se de informação da Base de Dados Financeira.

Para analisar as tomadas do Grupo é a área de mercados, quem fornece a informação para a Base de Dados Financeira. Aqui a identificação e análise da situação de liquidez relativamente à evolução do fluxo de financiamento desde o Grupo é realizada numa base diária. O BBVA (Portugal) cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer

através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

Risco Cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu atenuamento. No exercício de 2009, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

Risco Operacional

O risco Operacional, no Grupo BBVA, é objecto de uma definição própria corporativa: entende-se que é aquele risco que pode provocar perdas, em resultado de erros humanos, processos internos inadequados ou defeituosos, falhas nos sistemas e em consequência de acontecimentos externos.

Os objectivos da unidade de Gestão Global do Risco Operacional visam a implementação em toda a organização de uma referência de gestão que permita identificar, quantificar e seguir estes riscos, com o objectivo de minimizá-los. Para tal desenvolveram-se internamente ferramentas próprias aplicando técnicas de autoavaliação para identificar e quantificar os riscos operacionais. Obtêm-se desta forma mapas de riscos por categorias que permitem estabelecer políticas de mitigação.

Tem vindo a ser implementada uma estrutura organizacional interna de gestão do risco Operacional, desenvolvendo as políticas adequadas para gerir este risco em todos os produtos e actividades do Banco, bem como processos e sistemas. Em paralelo, os seus procedimentos e resultados, são sujeitos a avaliação pela Auditoria Interna nos trabalhos que realiza, para verificar o cumprimento dos procedimentos estabelecidos, as ferramentas utilizadas e avaliando a gestão do risco Operacional.

Para o seguimento posterior da evolução do risco utiliza-se outra ferramenta baseada no uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que constitui um mapa de gestão dinâmico que permite retratar a evolução dos riscos no tempo e consequentemente comprovar se as medidas de mitigação produziram os resultados desejados.

6.6 Recursos e Meios

Recursos Humanos

Em 2009 o BBVA Portugal proporcionou aos seus colaboradores mais de 49.000 horas de formação, valor que não só representa o mais alto registo de sempre, como é também um sinal inequívoco da estratégia de desenvolvimento contínuo que pauta a nossa actividade.

Foi igualmente o ano em que se arrancou com um ambicioso plano de formação destinado a estagiários, no qual, após uma criteriosa selecção, 20 universitários oriundos das melhores universidades de economia e gestão iniciaram um processo formativo que os levará a tomar contacto com todas as áreas do banco, facilitando assim a sua futura integração.

A proximidade com os Colaboradores continua a ser uma forte aposta, tendo-se realizado durante 2009 aproximadamente 150 entrevistas de gestão, nas quais os colaboradores são convidados a transmitirem os seus anseios, necessidades e expectativas.

Foi também um ano marcado pela grande actividade na área de Recrutamento e Selecção, o que é reflectido pelas mais de 800 entrevistas que foram efectuadas, que se traduziram no recrutamento de 56 colaboradores.

Por último, 2009 representou o ano de consolidação do Portal do Empregado, ferramenta que tem permitido agilizar e automatizar processos, tais como a marcação de férias, gestão de ausências, etc.

Operações

Este ano as prioridades centraram-se na actividade operativa e transaccional do Banco, formalização e administração de crédito, com especial atenção controlo operacional e mitigação do risco operacional. Foram efectuadas várias acções de reengenharia de processos de que resultaram na centralização de tarefas administrativas como Abertura

de Contas de Clientes e definição e optimização dos processos de crédito. Foi um ano de crescimento operativo e transaccional com excelente resposta e qualidade de serviço à correspondente evolução comercial do Banco.

Transformação e Qualidade

Esta unidade tem a responsabilidade de todos os projectos de Transformação dos modelos de direcção e gestão e estruturas dentro do BBVA Portugal assim como da Qualidade de serviço que é prestada aos clientes do Banco.

São de salientar, ao longo do ano 2009, as seguintes acções:

- **Centro de Banca Comercial** – Implementação de uma nova estrutura com o objectivo de baixar o centro de gravidade da decisão aproximando-a dos clientes. Foram criados Centros de Banca Comercial com um responsável, o Coordenador de CBC, o qual gere no dia-a-dia um agrupamento de agências. Por outro lado, foram criadas novas funções especializadas por segmentos a fim de oferecer aos clientes do banco um serviço profissional ajustado às suas necessidades.
- **Plano Um** – Criação de uma nova forma de relacionamento com os clientes identificando e medindo o seu grau de vinculação com o banco. Esta ferramenta única vai permitir dar um salto qualitativo em 2010 na oferta que se disponibilizam e na forma como são apoiados pelos seus gestores.

Sempre pugnando pela qualidade de serviço, o BBVA **Portugal foi considerado o 2º melhor banco em termos de atendimento e qualidade de serviço** durante o ano de 2009. Este ranking é atribuído pela Multimétrica, empresa que analisa todos os bancos através de visitas mistério às agências bancárias a operar em Portugal.

Tecnologia

Procurando capitalizar o uso da tecnologia para acelerar e melhorar os processos de negócio foi possível, durante o ano de 2009, empreender um conjunto de projectos de cariz tecnológico de que são exemplo:

- **Webex** – A implementação deste sistema tem-se mostrado crucial na montagem e consolidação do novo modelo organizacional das áreas de negócio,

proporcionando um ambiente de melhoria da eficiência e produtividade das equipas de trabalho.

- **Wi-Fi** – Foi concluída a implementação de uma rede sem fios no Edifício Sede, permitindo total mobilidade do posto de trabalho, bem como proporcionando uma mais fácil organização de grupos de trabalho sem necessidade de implantar meios físicos.
- **Comunicações** – No quadro de uma procura constante de eficiência através da optimização dos gastos e simultaneamente da melhoria das condições da infraestrutura (“mais por menos”), procedeu-se à implementação de uma nova rede de comunicações, com mudança de operador. Este processo permitiu reduzir em cerca de 29% a facturação na rubrica de comunicações, com efeitos a partir do segundo semestre e, adicionalmente, a melhoria das condições de infraestrutura, duplicando a largura de banda da rede de agências, permitindo não apenas melhorar a operacionalidade e rapidez dos processos e negócios, como também dar suporte a novas soluções, como por exemplo o conceito de mobilidade.
- **Canal TV** – Suportada na nova rede de comunicações, foi lançada a “BBVA TV”. Este canal permite fazer chegar aos Clientes as mensagens de marketing de um modo dinâmico, adaptável e até interactivo. O canal pode igualmente ser utilizado para outras finalidades, como seja o caso da formação interna.

O BBVA pode assim avançar e suportar as actividades cada vez mais exigentes e com um speed-to-market cada vez mais curto.

7.

Análise Económico-Financeira do Banco

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO BANCO

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA elabora as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Introdução - Condicionantes da actividade

Em 2009 mantiveram-se as perturbações causadas pela crise económica internacional, com contracções da actividade em diversos países, bem como do comércio internacional. No entanto, as políticas expansionistas das autoridades económicas e monetárias internacionais, por forma a aliviar as perturbações dos sectores real e financeiro, e as medidas adoptadas pelos Governos, para apoiar os sistemas financeiros e estimular a economia, permitiram atenuar os efeitos perversos da crise. Assistiu-se assim a uma gradual recuperação dos mercados bolsistas, a um estreitamento dos diferenciais de crédito e à valorização das principais matérias-primas a partir do segundo semestre do ano.

Os mercados interbancários, em virtude das medidas de suporte implementadas, apresentaram uma estabilidade acrescida. No entanto, persistem dificuldades no que concerne aos níveis de rendibilidade e de solvabilidade. Prevê-se que, num futuro próximo, existirão maiores requisitos regulatórios ao nível do capital, provisões, liquidez, níveis de alavancagem e protecção do consumidor, reforçando e reformulando os modelos de supervisão e regulação.

As fragilidades da economia portuguesa, condicionaram desfavoravelmente o sector bancário em Portugal, principalmente no que respeita à evolução da actividade e da rendibilidade, devido ao aumento das dotações de provisões e imparidade, mas continua a apresentar uma significativa competência para enfrentar as dificuldades da crise financeira e económica internacional. A crescente selectividade nas condições de financiamento, o aumento dos respectivos custos e a incerteza relativa à recuperação

económica, implicaram um acentuado abrandamento na procura de crédito ao longo de 2009. Assistiu-se paralelamente a um aumento da poupança, que se traduziu numa recuperação dos depósitos de clientes, embora a um ritmo mais lento do que no ano transacto. A diminuição da aversão ao risco a partir do segundo semestre e a procura de remunerações mais atractivas conduziram igualmente a uma maior expressividade dos recursos fora de balanço, como os fundos de investimento.

Em 2009 foi visível a forte desaceleração do crédito interno, principalmente a partir do segundo semestre. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 2,2% em Dezembro, valor que compara com 7,7% em Dezembro de 2008, reflectindo a moderação na procura de crédito derivada da queda do investimento e do consumo privado. O financiamento a particulares apresenta uma desaceleração (2,3% em Dezembro de 2008 face a 4,6% em Dezembro de 2007), quer na vertente habitação, que apresenta um crescimento de 2,6% em Dezembro de 2009, valor que compara com 4,3% em Dezembro de 2008, quer principalmente no crédito ao consumo e a outros fins que, segundo o Banco de Portugal, se manteve praticamente estagnado, apresentando um crescimento homólogo de 0,9% em Dezembro de 2009, face a um crescimento de 6,2% em Dezembro de 2008. No crédito a sociedades não financeiras também se verificou uma forte desaceleração, passando de um crescimento homólogo de 10,5% em Dezembro de 2008 para 1,9% em Dezembro de 2009.

Reflectindo a acentuada recessão da economia, aliada à deterioração profunda do mercado de trabalho, assistiu-se a um aumento dos níveis de incumprimento que se fixaram, para particulares e empresas não financeiras e segundo dados do Boletim Estatístico do Banco de Portugal relativos a Dezembro de 2009 em, respectivamente, 2,65 % (face a 2,17% em Dezembro de 2008), e 3,9% (que compara com 2,17% em Dezembro do ano anterior).

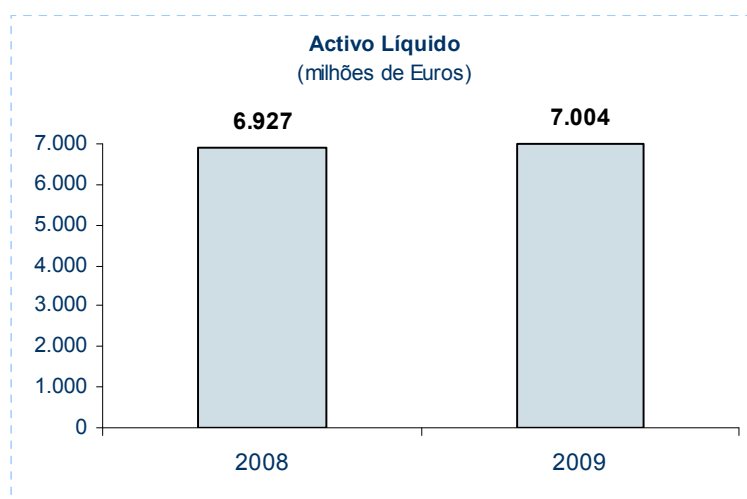
Assistiu-se a uma evolução positiva na captação de depósitos, embora menos pronunciada do que no ano anterior, crescendo em Junho e em termos anuais, 6,9%, face a um crescimento de 11,4% anual em Dezembro de 2008. Os particulares enveredaram por um perfil distinto de aplicação de poupanças, privilegiando, segundo o

Banco de Portugal, aplicações em títulos de dívida, seguros de vida e fundos de pensões e, numa fase posterior do ano, fundos de investimento.

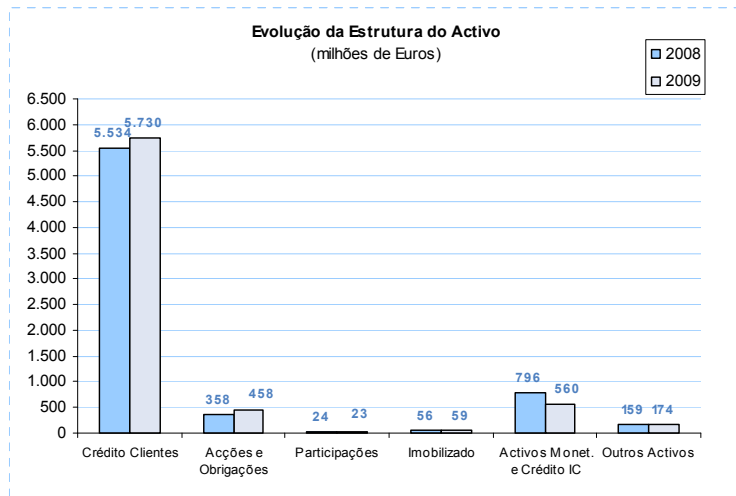
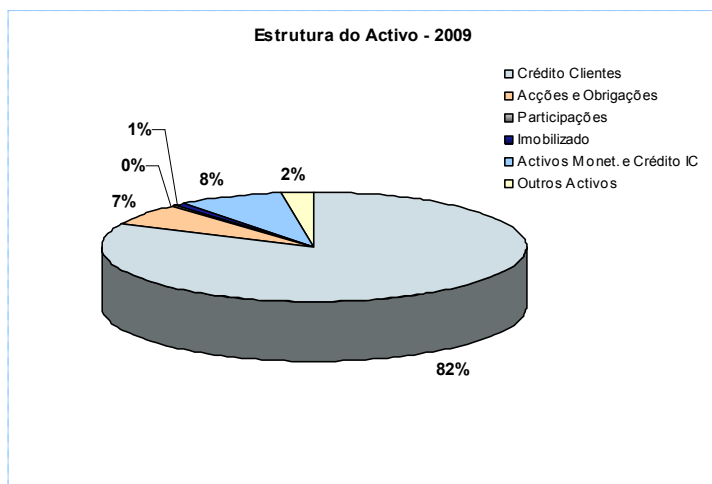
Actividade

Activo

No final de 2009 o Activo Líquido do BBVA ascendia a 7.004 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 1,1% face ao ano anterior, mais 77 milhões de euros.

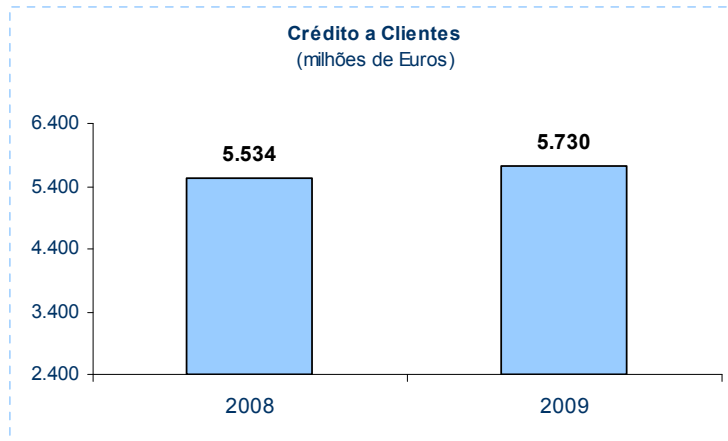


Este crescimento assenta essencialmente no comportamento da carteira de crédito, mais 196 M.€, da carteira de activos financeiros disponíveis para negociação, mais 57 M.€, e da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, mais 43 M.€. Ao analisarmos a estrutura do Activo, 82% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, o que traduz um aumento do seu peso relativo em cerca de 2 pontos percentuais (p.p.). As componentes de Acções e Obrigações, com mais 1,4 p.p., apresentaram uma evolução igualmente positiva. Evolução contrária sofreram as componentes Activos Monetários e Crédito a Instituições de Crédito, que passaram a apresentar um peso relativo de 8%, face aos 11% do ano transacto.



Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes atingiu 5.730 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, registando um crescimento de 3,5% face a idêntico período do ano anterior.



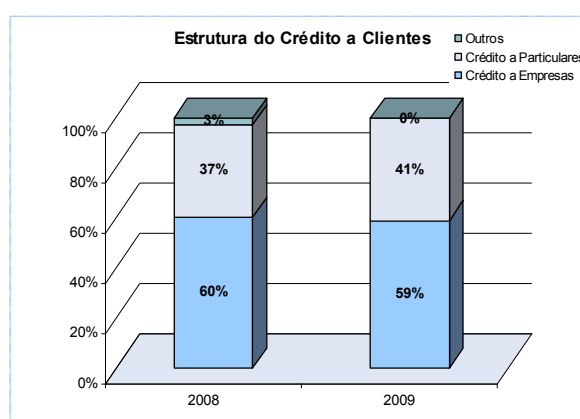
No quadro seguinte, que representa a repartição do crédito por segmentos, verifica-se que o Crédito a Empresas, que apresentou, em 2009, um crescimento de 1,9%, representa 59% do Crédito Total enquanto que o Crédito a Particulares, que contribui com 40,7% para a carteira de crédito, teve um expressivo aumento de 288M€, registando um acréscimo de 13,9%.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2009		2008		Var 09/08(%)
		%		%	
Crédito a Empresas	3.408.565	59,0	3.345.831	60,2	1,9
Crédito a Particulares	2.348.739	40,7	2.061.208	37,1	13,9
• Crédito Habitação	2.129.326	36,9	1.846.543	33,2	15,3
• Outro Crédito a Particul.	219.413	3,8	214.665	3,9	2,2
Outros Créditos	17.815	0,3	151.518	2,7	-88,2
Total do Crédito (bruto)	5.775.119	100,0	5.558.557	100,0	3,9

No crédito a particulares salienta-se, uma vez mais, o desempenho do crédito à habitação. Este segmento apresentou um aumento de 15,3% face a idêntico período do ano anterior, ascendendo a 2.129 milhões de euros em Dezembro de 2009 e representando 36,9% do crédito total concedido. Este significativo aumento é tanto mais relevante quanto se assistiu, ao longo de 2009, a um crescimento de apenas 2,6% no crédito à habitação no conjunto do sistema financeiro português. A capacidade de inovação, aliada a uma dinâmica comercial reforçada e a um empenho constante, permitiu que, num ano particularmente difícil, o BBVA Portugal obtivesse ganhos significativos de penetração de mercado num dos sectores considerados prioritários.

Por sua vez, o outro crédito a particulares evidenciou um crescimento de 2,2%.



O crescimento do Crédito, num contexto de desaceleração significativa de actividade e crescimento económico negativo, foi acompanhado por uma atenta política de controlo

e análise da qualidade da carteira de crédito e por uma política de acréscido rigor na sua avaliação, acompanhamento e recuperação. A estratégia de crescimento, assente em critérios de prudência e selectividade acréscidos, permitiram que, apesar de ser visível um aumento significativo da sinistralidade, o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, se continue a situar em níveis confortáveis quando comparado com o sector, atingindo 0,91% em 2009, valor que era de 0,61% em 2008.

O montante de crédito vencido atingiu 52.415 milhares de euros em Dezembro de 2009. Este valor compara com 34.184 milhares de euros em idêntico período do ano anterior e traduz um acréscimo de 53,3%. O grau de cobertura de crédito vencido evoluiu de 181,3% no ano de 2008 para 162,2% em Dezembro de 2009.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2009	2008	Var (%)
Crédito e juros vencidos	52.415	34.184	53,3%
Mais de 90 dias (a)	45.152	27.339	65,2%
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	8.671	10.140	-14,5%
Crédito em incumprimento(a+b)	53.823	37.479	43,6%
Crédito vencido/Crédito total	0,91%	0,61%	0,30%
Mais de 90 dias/Crédito total	0,78%	0,49%	0,29%
Crédito em incumprimento/Crédito total	0,93%	0,67%	0,26%
Cobertura do crédito vencido	162,2%	181,3%	-19,1%
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	188,3%	226,7%	-38,4%
Cobertura do crédito em incumprimento	158,0%	165,3%	-7,3%

Se considerarmos exclusivamente o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores passam, em 2009, para 0,78%, no que respeita ao rácio relativo ao crédito total e a 188,3% no que concerne ao rácio de cobertura.

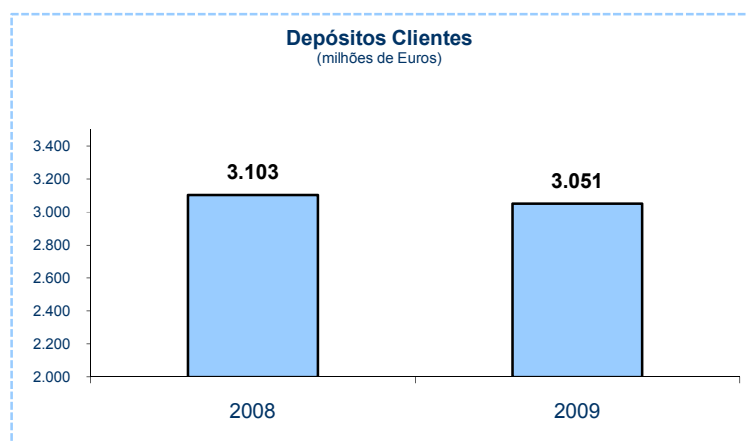
Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 28,9% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de 47,2%. A evolução verificada em 2009 face ao ano anterior traduz um aumento de concentração nos prazos mais longos, a que não é alheio o crescimento significativo do crédito à habitação. De referir igualmente que, no final de 2009, o crédito contratado a mais de um ano correspondia a 59,7% do total de crédito concedido.

Unidade: milhares de euros

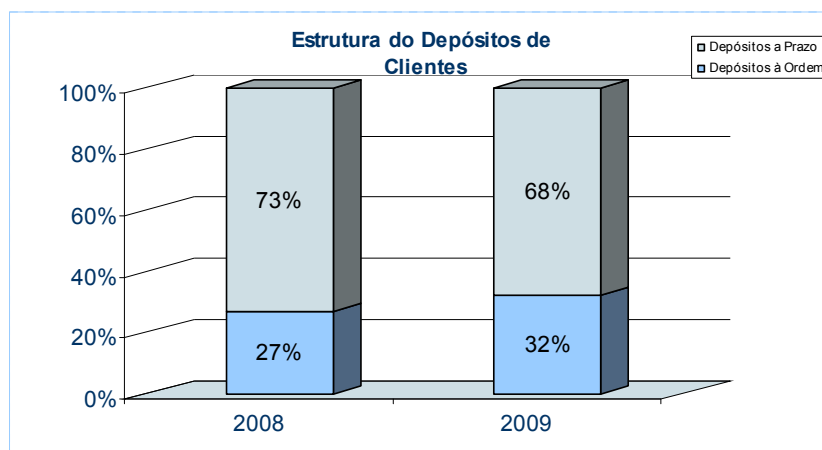
CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2009	%	2008	%	Var (%)
Até 3 meses	1.667.059	28,9	1.850.440	33,3	-9,9
De 3 meses a 1 ano	659.446	11,4	703.142	12,6	-6,2
De 1 a 5 anos	724.758	12,5	655.606	11,8	10,5
Mais de 5 anos	2.723.856	47,2	2.349.369	42,3	15,9
Total do Crédito (bruto)	5.775.119	100,0	5.558.557	100,0	3,9

Recursos de Clientes

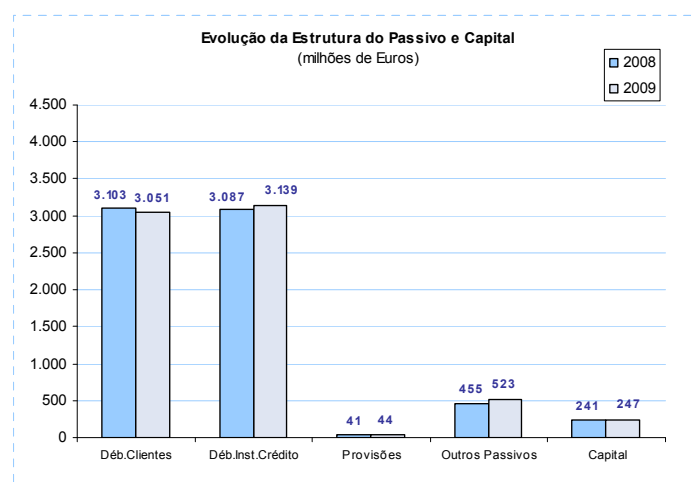
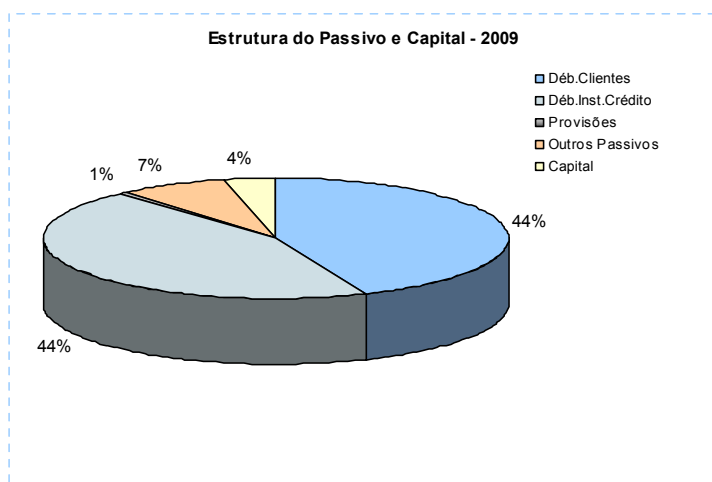
Os Débitos para com Clientes apresentaram um ligeiro decréscimo, 1,7%. Assim, em 31 de Dezembro de 2009, o valor dos Depósitos de Clientes, atingia 3.051 milhões de euros, menos 53 milhões do que em 2008.



Este comportamento traduz-se, quando se analisa a estrutura dos Depósitos, num aumento do peso relativo dos Depósitos à Ordem, que passaram a representar 32% no total dos Depósitos. Os Depósitos a Prazo sofreram um decréscimo de 9,0%.



Associado ao ligeiro decréscimo dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço, assistiu-se a um aumento do rácio de transformação desses recursos em Crédito, passando esse rácio a registar um valor de 188% em 2009.



Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 44% do total de recursos (peso relativo idêntico ao de 2008), e os recursos provenientes de Depósitos de Clientes 44% (45%

no período homólogo). O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 98%.

Análise da Conta de Resultados

O ano de 2009 caracterizou-se novamente por ser particularmente complexo, com um sector financeiro afectado por uma grave crise financeira e económica internacional. É neste contexto, marcado pela desaceleração da procura de crédito e por critérios mais restritivos de oferta, que o BBVA (Portugal) manteve um esforço de dinamização de negócio e manifestou um desempenho efectivo na gestão da sua actuação. O Resultado foi positivamente sustentado pela evolução da actividade, alicerçada em critérios de prudência e selectividade acrescidos, por uma correcta gestão de preços, num âmbito de reduzidas taxas de juro, e pelas contribuições das comissões e dos resultados de mercados. Foi igualmente necessário proceder à reorganização, redimensionamento e rejuvenescimento do quadro de pessoal. A evolução do Resultado Líquido, que se fixou em 4,6 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 73,5% face ao registado em idêntico período de 2008, reflecte, para além deste esforço de optimização de recursos, o reforço da dotação de provisões e de imparidade, em virtude da deterioração da conjuntura económica nacional e internacional e da expansão da carteira de crédito.

Conta de Resultados	31-Dez-09	31-Dez-08	Abs	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	242.174	450.314	-208.140	-46,2%
(-) Juros e encargos similares	160.839	369.266	-208.427	-56,4%
(=) Margem Financeira	81.335	81.048	287	0,4%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	495	366	129	35,2%
(+) Result.Serviços e Comissões	24.263	22.963	1.300	5,7%
(+) Outros Resultados Exploração	11.391	10.480	911	8,7%
(=)Produto Bancário	117.484	114.857	2.627	2,3%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	84.223	72.440	11.783	16,3%
(-) Amortizações	3.659	3.988	-329	-8,2%
(-) Provisões,Imparidade e Correc.de Valor	25.354	17.795	7.559	42,5%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	4.248	20.634	-16.386	-79,4%
(-) Impostos s/lucros	-343	3.314	-3.657	-110,4%
(-) Impostos correntes	1.232	359	873	243,2%
(-) Impostos diferidos	-1.575	2.955	-4.530	-153,3%
(=)Resultado Líquido	4.591	17.320	-12.729	-73,5%

Margem Financeira

Em 2009, o efeito negativo de condições mais adversas de obtenção de funding e de maior concorrência na captação de depósitos, bem como o efeito desfavorável da taxa de juro, acompanhando o movimento de descida contínua das taxas de referência do mercado, conduziu a uma estagnação da Margem Financeira que alcançou os 81,3 milhões de euros.

Apesar de constituir a principal componente de obtenção de resultados, o seu peso relativo foi inferior ao do ano transacto.

Comissões

As comissões, que ascenderam a 24,3 Milhões de euros, apresentaram um valor superior ao do ano anterior, mais 5,7%. Esta evolução deveu-se principalmente ao bom comportamento das comissões associadas à Gestão de Activos, a principal componente das comissões, que beneficiaram de uma recuperação dos mercados financeiros e de uma maior apetência por produtos de poupança alternativos, como os fundos de investimento.

Unidade: milhares de euros

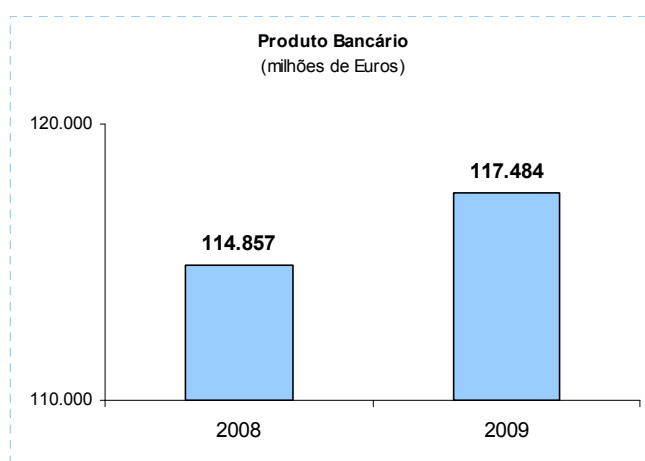
COMISSÕES LÍQUIDAS	2009	%	2008	%	Var (%)
De Operações de Crédito	2.938	12,1	3.022	13,2	-2,8
De Garantias e Avais	-665	-2,7	-381	-1,7	74,5
De Cobrança e Pagamento	5.863	24,1	6.514	28,4	-10,0
De Gestão de Activos	8.231	33,9	6.967	30,3	18,1
De Seguros	2.446	10,1	1.963	8,5	24,6
De Manutenção de Contas	2.617	10,8	3.622	15,8	-27,7
Outras	2.833	11,7	1.256	5,5	125,6
Total	24.263	100,0	22.963	100,0	5,7

Ao analisar a composição das comissões salienta-se igualmente o bom comportamento das Outras Comissões que, representando 11,7 % do total das comissões, mais do que duplicaram, reflectindo o impacto do aumento de comissões por serviços bancários, e a

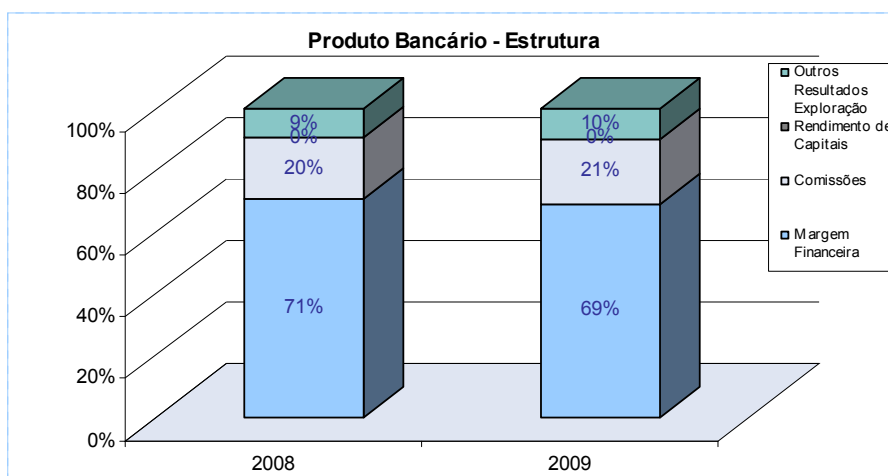
progressão das Comissões de Seguros, que aumentaram 24,6% e representam 10,1% das comissões totais.

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 117.483 milhares de euros, valor que representa uma evolução positiva de 2,3% face a 2008.



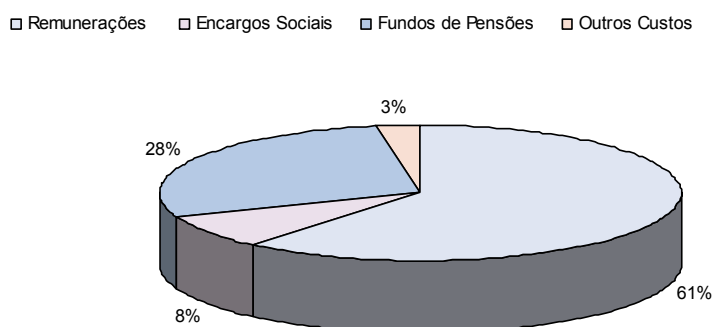
Para esta evolução contribuiu positivamente o comportamento já referido das Comissões e a da componente Outros Resultados de Exploração, que englobam os resultados em operações financeiras e outros proveitos de exploração. Com um crescimento de 8,7% face ao período homólogo, reflectem o desempenho favorável dos mercados accionistas e o estreitamento dos spreads nos últimos meses do ano.



Custos de Estrutura

Os Custos de estrutura elevaram-se a 87,9 Milhões de euros, mais 15% do que em 2008. O processo de reorganização e rejuvenescimento do quadro de colaboradores, ocorrido no corrente ano, implicou reformas e indemnizações bem como novas admissões, mais 56 colaboradores. Em consequência, os custos com pessoal aumentaram 10,3 milhões de euros, ascendendo a 56,9 milhões de euros, valor que compara com 46,6 milhões de euros dispendidos em 2008.

Custos com Pessoal 2009



A parte correspondente a remunerações continuou a ser a componente mais significativa, representando 61% do total dos custos de pessoal no final de 2009. Assistiu-se no entanto, pelas razões atrás descritas, a um aumento significativo dos custos associados a fundo de pensões, que passaram a corresponder a 28% do total dos custos com pessoal, valor que compara com 12% no ano anterior.

Prosseguindo uma política de racionalização e transformação de estruturas, foi visível a contenção dos Outros Custos Administrativos em quase todas as suas componentes, com excepção dos Custos com Publicidade e Publicações, que traduz a aposta do banco na divulgação dos seus produtos e soluções diferenciadas, e dos Trabalhos Especializados, em virtude da necessidade de desenvolvimento de novas aplicações informáticas. Assim, os Outros Custos Administrativos totalizaram 27,3 milhões de euros, mais 5,9% do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2009	%	2008	%	Var (%)
Fornecimento de Terceiros	1.699	6,2	1.875	7,3	-9,4
Rendas e Alugueres	3.133	11,5	3.442	13,4	-9,0
Comunicações, Despesas Expedição	3.335	12,2	3.714	14,4	-3,1
Desloc.Estrangeiro e Representação	1.040	3,8	1.271	4,9	-18,2
Publicidade e Publicações	2.780	10,2	1.452	5,7	91,4
Avenças e Honorários	697	2,5	965	3,7	-27,7
Conservação e Reparação	715	2,6	760	2,9	-5,9
Seguros	381	1,4	388	1,5	-1,8
Judiciais, Contencioso, Notariado	331	1,2	335	1,3	-1,2
Trabalhos Especializados	6.311	23,1	4.214	16,3	49,8
Outros serviços de Terceiros	6.923	25,3	7.394	28,6	-6,4
Total	27.345	100,0	25.810	100,0	5,9

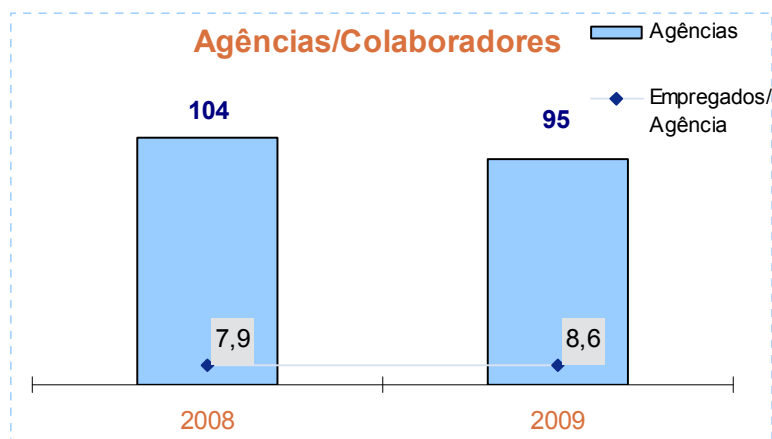
O aumento dos Custos de Estrutura reflectiu-se negativamente no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos, que se fixou em 74,8%. Não considerando os gastos com Amortizações, este rácio seria de 71,7%.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTRUTURA	2009	%	2008	%	Var (%)
Custos com Pessoal (a)	56.878	64,7	46.630	61,0	22,0
Outros Custos Administrativos (b)	27.345	31,1	25.810	33,8	5,9
Custos de Funcionamento (a+b)	84.223	95,8	72.440	94,8	16,3
Amortizações (c)	3.659	4,2	3.988	5,2	-8,2
Custos de Estrutura (a+b+c)	87.882	100,0	76.428	100,0	15,0
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	48,4		40,6		7,8
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	71,7		63,1		8,6
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	74,8		66,5		8,3

(*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

O número de funcionários do Banco apresentou um ligeiro decréscimo, fixando-se o seu número, no final de 2009, em 814.



O Resultado Líquido em 2009 ascende a 4,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 12,7 milhões de euros face a 2008.

A rentabilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 1,74%, valor que compara com 8,09% no período homólogo. Por sua vez, a Rentabilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de 0,06% em 2009 face a 0,35% em 2008.

Seguindo a Instrução N° 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2009 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

	%	
RENDIBILIDADE	2009	2008
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	1,74	8,09
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	1,69	2,12
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	0,06	0,35

O exercício de 2009 beneficiou do modelo de negócio centrado numa visão de longo prazo, do desenvolvimento de relações de confiança mutuamente proveitosas com os clientes e da gestão prudente do balanço do banco, dedicando uma especial atenção à necessidade de melhorar a eficiência.

Este percurso continuará em 2010, focalizado ainda mais na melhoria de posicionamento nos diferentes segmentos, na captação e vinculação dos clientes, com especial atenção à qualidade de serviço e à adaptabilidade das soluções apresentadas. Em suma, o BBVA procurará uma diferenciação positiva e sustentável no tempo, apoiada no conhecimento do cliente, na segmentação e num novo modelo de aproximação.

8.

Proposta de Aplicação de Resultados

8. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido apurado no exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2009, foi de € 4.591.134,01 (quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil, cento e trinta e quatro euros e um cêntimo).

O Conselho de Administração do Banco, ao Abrigo da alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do ponto 2 do Artigo 20º dos Estatutos e em consonância com a estratégia definida pelo grupo BBVA para Portugal, propõe, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte distribuição de resultados do exercício:

- Para reserva legal: € 459.113,40 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e treze euros e quarenta cêntimos);

- Para resultados transitados: € 4.132.020,61 (quatro milhões, cento e trinta e dois mil, vinte euros e sessenta e um cêntimos).

9.

Reconhecimento Público

9. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração dispensada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2010

10.

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

10. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2009, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 199.046.899 acções, correspondendo a 90,47586% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 20.952.951 acções, correspondendo a 9,52407% do capital social da sociedade.

Adopção das Recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB, de 03 de Dezembro, do Banco de Portugal)

1. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio

O modelo de negócio encontra-se detalhadamente descrito no ponto 5. do Relatório de Gestão.

2. Estratégias e Objectivos

As estratégias e os objectivos estão igualmente contemplados no ponto 5. do Relatório de Gestão. Não existem, no BBVA, operações de titularização.

No Relatório de Gestão, no capítulo 7. é apresentada uma análise pormenorizada da actividade e resultados do BBVA em 2009.

3,4 e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 5., 6. e 7. do Relatório de Gestão, bem como na Nota 3. do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

2. Riscos e Gestão de Riscos

6 e 7. Descrição, natureza e práticas de gestão de risco

No ponto 6.5 do Relatório de Gestão, bem como na Nota 39. do Anexo às Demonstrações Financeiras, é apresentado um conjunto de informação que descreve as práticas de gestão de risco, sua monitorização e controlo.

3. Impacto do período de Turbulência Financeira nos Resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

O exercício de 2009 caracterizou-se por uma forte contracção da actividade económica durante os primeiros meses e por excepcionais medidas de estímulo público, tanto monetárias como fiscais. Estas medidas permitiram alguma

recuperação da economia a partir da segunda metade do ano e uma moderação das tensões financeiras.

O sector bancário em Portugal continuou a ser afectado por este difícil enquadramento, nomeadamente no que respeita ao aumento do incumprimento nos empréstimos que condicionou negativamente a evolução da rentabilidade. A concessão de crédito continuou a desacelerar, reflectindo a moderação da procura e critérios mais selectivos de oferta. No que respeita aos recursos em balanço, o sector bancário manteve a sua estratégia de captação de depósitos, apesar do relativo menor peso deste tipo de financiamento.

No BBVA, a crise financeira e económica internacional influenciou os resultados principalmente: ao nível da margem financeira, pressionada pela dificuldade de ajustar o aumento do custo de fundos à evolução das taxas activas; ao nível do aumento da imparidade de crédito, pela contracção da actividade económica.

No ponto 7. do Relatório de Gestão é feita uma análise qualitativa e quantitativa da evolução da actividade e dos resultados do Banco e do impacto do período de turbulência financeira.

9., 10., 11., 12., 13., 14., 15.

Não aplicável

4. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16., 17., 18., 19., 20., 21.

Não aplicável

5. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

22. Produtos Estruturados

A política de classificação destes produtos está desenvolvida na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

Não aplicável

24 e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota 2. do Anexo às Demonstrações Financeiras são descritas as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

6. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira do BBVA baseiam-se na transparência, obedecendo a todos os requisitos de natureza regulamentar.

De entre a informação disponibilizada salienta-se o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2009		2008			Notas	2009	2008
		Activo bruto	Amortizações, provisões e Imparidade	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	78,588	-	78,588	79,559	Passivos financeiros detidos para negociação	7	271,589	217,214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	51,710	-	51,710	42,014	Recursos de outras instituições de crédito	19	3,139,337	3,086,527
Activos financeiros detidos para negociação	6	293,686	-	293,686	236,336	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	3,050,512	3,103,410
Activos financeiros disponíveis para venda	9	165,305	(631)	164,674	121,718	Derivados de cobertura	7	31,898	36,287
Aplicações em instituições de crédito	10	429,240	(1)	429,239	674,072	Provisões	21	44,419	41,405
Crédito a clientes	11	5,775,119	(45,095)	5,730,024	5,534,406	Passivos por impostos correntes	16	3,489	282
Derivados de cobertura	7	25,681	-	25,681	30,542	Passivos por impostos diferidos	16	388	482
Activos não correntes detidos para venda	12	5	-	5	-	Outros passivos subordinados	22	170,019	170,046
Outros activos tangíveis	13	137,586	(81,840)	55,746	54,130	Outros passivos	23	45,855	30,743
Activos intangíveis	14	4,691	(1,151)	3,540	2,195	Total do Passivo		<u>6,757,506</u>	<u>6,686,396</u>
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	15	29,783	(6,355)	23,428	23,587	Capital	25	220,000	220,000
Activos por impostos correntes	16	408	-	408	367	Prémios de emissão	25	7,008	7,008
Activos por impostos diferidos	16	28,396	-	28,396	25,178	Reservas de reavaliação	26	1,617	(4,400)
Outros activos	17	125,122	(6,089)	119,033	103,087	Outras reservas e resultados transitados	26	13,436	867
						Resultado líquido do exercício	26	4,591	17,320
						Total do Capital próprio		<u>246,652</u>	<u>240,795</u>
Total do Activo		<u>7,145,320</u>	<u>(141,162)</u>	<u>7,004,158</u>	<u>6,927,191</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>7,004,158</u>	<u>6,927,191</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	27	242,174	450,314
Juros e encargos similares	28	(160,839)	(369,266)
Margem financeira		81,335	81,048
Rendimentos de instrumentos de capital	29	495	366
Rendimentos de serviços e comissões	30	32,695	31,302
Encargos com serviços e comissões	31	(8,432)	(8,339)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	3,778	(44)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	361	183
Resultados de reavaliação cambial	34	1,057	889
Resultados de alienação de outros activos	35	(322)	(1)
Outros resultados de exploração	36	6,517	9,453
Produto bancário		117,484	114,857
Custos com pessoal	37	(56,878)	(46,630)
Gastos gerais administrativos	38	(27,345)	(25,810)
Amortizações do exercício	13 e 14	(3,659)	(3,988)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	(3,138)	(3,897)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(23,127)	(10,477)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	911	(3,421)
Resultado antes de impostos		4,248	20,634
Impostos			
Correntes	16	(1,232)	(359)
Diferidos	16	1,575	(2,955)
Resultado líquido do exercício		4,591	17,320

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado individual do exercício	<u>4,591</u>	<u>17,320</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
. Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	8,283	(5,816)
. Impacto fiscal	(2,195)	(126)
Total	<u>6,088</u>	<u>(5,942)</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>10,679</u></u>	<u><u>11,378</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Lucro do exercício	Total	
				Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	220,000	7,008	1,841	10,315	12,486	(33,398)	(10,597)	20,809	239,061
Aplicação do lucro do exercício de 2008:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	2,083	-	18,726	20,809	(20,809)	-
Fundo de Pensões									
Valor bruto	18	-	-	-	-	(13,121)	(13,121)	-	(13,121)
Efeito fiscal	16	-	-	-	-	3,477	3,477	-	3,477
Rendimento integral de 2008			(5,942)	-	-	-	-	17,320	11,378
Outros			(299)	-	-	299	299	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	220,000	7,008	(4,400)	12,398	12,486	(24,017)	867	17,320	240,795
Aplicação do lucro do exercício de 2008:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	1,734	-	15,586	17,320	(17,320)	-
Fundo de Pensões									
Valor bruto	18	-	-	-	-	(6,561)	(6,561)	-	(6,561)
Efeito fiscal	16	-	-	-	-	1,739	1,739	-	1,739
Rendimento integral de 2009			6,088	-	-	-	-	4,591	10,679
Outros			(71)	-	-	71	71	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	220,000	7,008	1,617	14,132	12,486	(13,182)	13,436	4,591	246,652

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	291,373	475,036
Pagamentos de juros e comissões	(193,950)	(375,632)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores (Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(94,366)	(74,609)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	1,934	(382)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>16,861</u>	<u>9,344</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(57,350)	(161,414)
Activos financeiros disponíveis para venda	(37,134)	86,091
Aplicações em instituições de crédito	240,547	(86,628)
Crédito a clientes	(229,419)	(555,208)
Derivados de cobertura (justo valor positivo)	4,861	(12,348)
Outros activos	(11,602)	(16,435)
	<u>(90,097)</u>	<u>(745,942)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros de negociação	54,375	156,940
Derivados de cobertura (justo valor negativo)	(4,389)	12,133
Recursos de outras instituições de crédito	66,239	(830,169)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(47,367)	1,383,200
Outros passivos	13,178	(8,555)
	<u>82,036</u>	<u>713,549</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>13,791</u>	<u>1,364</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(5,561)	(2,730)
Recebimentos de dividendos	495	366
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(5,066)</u>	<u>(2,364)</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	8,725	(1,000)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	121,573	122,573
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	130,298	121,573

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários.

Conforme indicado na Nota 25, o Banco é detido pelo Grupo BBVA. O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 95 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;
- ii) Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações subsequentes (Nota 2.3. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.
- iv) Benefícios a empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da Norma IAS 19 – Benefícios aos empregados.

De acordo com os Avisos nº 4/2005, de 21 de Fevereiro e nº 12/2005, de 30 de Dezembro, do Banco de Portugal, o reconhecimento em Resultados Transitados do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 31 de Dezembro de 2011. De acordo com o Aviso nº7/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte que, a 30 de Junho de 2008, ainda se encontrasse por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no anterior aviso, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração anteriormente prevista.

O acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade em data posterior a 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao “Corredor”. O montante acrescido ao “Corredor” resulta da aplicação das seguintes percentagens ao acréscimo de responsabilidades acima referido:

- Até 30 de Dezembro de 2006 - 100%;
- De 31 de Dezembro de 2006 a 30 de Dezembro de 2007 - 95%;
- De 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Dezembro de 2008 - 85%;
- De 31 de Dezembro de 2008 a 30 de Dezembro de 2009 - 70%;
- De 31 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro de 2010 - 55%;
- De 31 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2011 - 40%;
- De 31 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2012 - 20%; e
- A partir de 31 de Dezembro de 2012 - 0%.

As demonstrações financeiras referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta igualmente contas consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2009 consistem numa redução do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) nos montantes de 63.110 mEuros, 60.334 mEuros e 5.514 mEuros, respectivamente, e no aumento do resultado do exercício em 2.738 mEuros.

As demonstrações financeiras individuais da Sede foram combinadas com as das Sucursais, representando a actividade global do Banco. Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados neste processo.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido das seguintes provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho com as alterações subsequentes emitidas pelo Banco de Portugal:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de:
 - . Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - . Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - . Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

O Banco regista ainda provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos, não sendo esse excesso face aos níveis mínimos de provisionamento aceite fiscalmente. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante de provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa ascendia a 2.132 mEuros e 1.677 mEuros, respectivamente.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

b) Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Estes activos são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Aplicações em instituições de crédito

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A..

São fornecidos por esse órgão preços (*bid prices*) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2009 o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, as Aplicações em instituições de crédito.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade; e
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente a estes critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Banco considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Outras situações

De acordo com as NCA, certas comissões e outros custos e proveitos, pagos e recebidos, relativos a operações de crédito e outros instrumentos financeiros são reconhecidos como custos ou proveitos ao longo da operação.

2.4. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.5. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica “Reservas de reavaliação”. O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

2.6. Locação financeira - Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.7. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.8. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

2.9. Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, as Sucursais Financeiras Exteriores da Madeira beneficiam, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais, diferimento de comissões, amortizações não aceites em resultado de reavaliações legais de activos tangíveis, valores associados às responsabilidades com pensões e reavaliações de instrumentos financeiros derivados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1..

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

As responsabilidades do Banco incluem também os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

A responsabilidade reconhecida em balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 18). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("Corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com o Aviso nº 12/2005, de 30 de Dezembro, o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade em data posterior a 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao “Corredor”. O montante acrescido ao “Corredor” resulta da aplicação das seguintes percentagens ao acréscimo de responsabilidades acima referido:

- Até 30 de Dezembro de 2006 - 100%;
- De 31 de Dezembro de 2006 a 30 de Dezembro de 2007 - 95%;
- De 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Dezembro de 2008 - 85%;
- De 31 de Dezembro de 2008 a 30 de Dezembro de 2009 - 70%;
- De 31 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro de 2010 - 55%;
- De 31 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2011 - 40%;
- De 31 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2012 - 20%; e
- A partir de 31 de Dezembro de 2012 - 0%.

Na data de transição, o Banco adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por “reset”).

De acordo com o Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, o aumento de responsabilidades decorrente da introdução da IAS 19 estava a ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2009. No entanto, em Outubro de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008 de acordo com o qual o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte que, a 30 de Junho de 2008, ainda se encontrasse por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no anterior aviso, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração anteriormente prevista, pelo que o Banco definiu um novo plano de amortizações uniformes a terminar em 31 de Dezembro de 2012.

O Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal determina ainda a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo, excepto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas nos termos previsto no parágrafo anterior.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e reformas antecipadas, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.15. Reclassificação de instrumentos financeiros

No exercício de 2008, o Banco analisou as alterações verificadas nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, endossadas pela União Europeia, sobre reclassificação de instrumentos financeiros, tendo efectuado a reclassificação das obrigações da Sonae Distribuição de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Crédito a clientes”. O montante reclassificado ascendeu a 61.022 mEuros, o qual incluía os respectivos juros a receber.

2.16. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação das responsabilidades por pensões

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação. Na Nota 40 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentada a fonte utilizada pelo Banco no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3.). No entanto, sempre que considerado necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito. No entanto, periodicamente de três em três anos, é efectuada a actualização das avaliações com base na localização e nos índices imobiliários disponíveis.

2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2009 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009, desde que aprovadas pela União Europeia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1/IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	01-Jan-09	Estas emendas abordam a mensuração do custo de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas na adopção inicial das IFRS e o reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe.
IAS 39 – Emendas (Reclassificação de activos financeiros)	01-Jul-09	Estas emendas vêm permitir, em condições limitadas, a reclassificação de instrumentos financeiros não derivados das categorias de justo valor por resultados e de disponíveis para venda para outras categorias.
IAS 32/IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação)	01-Jan-09	Estas emendas vieram alterar o critério de classificação de um instrumento financeiro entre instrumento de capital próprio e passivo financeiro, permitindo que alguns instrumentos financeiros que podem ser recomprados sejam classificados como instrumentos de capital próprio.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revista)	01-Jan-09	A revisão de 2007 da IAS 1 introduziu alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-Jan-09	A IFRS 8 consiste numa norma que trata exclusivamente de divulgações e que veio substituir a anterior IAS 14. A IFRS implicou uma redefinição dos segmentos relatáveis da entidade e da informação a relatar nos mesmos.
IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez)	01-Jan-09	Estas emendas à IFRS 7 vêm alargar as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo, salvo no que diz respeito às seguintes situações:

- “IFRS 8 – Segmentos operacionais”. Esta norma tornou-se aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009 para todas as entidades que tenham emitido títulos (obrigações ou acções) que se encontrem admitidos a cotação em mercados públicos, ou que tenham requerido a admissão destes títulos a cotação em mercados públicos. Apesar de não estar incluído no scope definido, o Banco optou por efectuar as divulgações de acordo com os requisitos da norma. O IFRS 8 estabelece que o Banco deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Banco dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Banco nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Banco são, entre outros, os seguintes:
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - . Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - . Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). O Banco adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de “other comprehensive income” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	01-Jul-09	Esta revisão é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo.
IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas vêm clarificar em que circunstâncias é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas nas demonstrações financeiras individuais do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

3. RELATO POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pela gestão do Banco:

- Retail: Refere-se essencialmente a operações canalizadas pela rede de balcões, nomeadamente operações de concessão de crédito e captação de recursos, e serviços disponibilizados por telefone e Internet de clientes particulares e empresas.
- Corporate: São consideradas neste segmento operações com empresas com facturação igual ou superior a 50 milhões de Euros, ou que pertençam a um grupo que reúna estas condições. Esta actividade é suportada pela rede de balcões e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento de projectos.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2009 e 2008, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2009				Total
	Retail	Corporate	Mercados	Outros	
Margem financeira	57.430	25.404	1.570	(3.069)	81.335
Rendimentos de instrumentos de capital	495	-	-	-	495
Resultados de serviços e comissões	8.181	5.029	10.670	383	24.263
Outros resultados de exploração e outros	5.976	689	2.879	1.847	11.391
Produto bancário	72.082	31.122	15.119	(839)	117.484
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(57.973)	(6.246)	(5.422)	(14.582)	(84.223)
Amortizações do exercício	(2.824)	(180)	(254)	(401)	(3.659)
Provisões e imparidade	(20.067)	(494)	-	(4.793)	(25.354)
Resultado antes de impostos	(8.782)	24.202	9.443	(20.615)	4.248
Impostos	2.458	(6.413)	(2.503)	6.801	343
Resultado líquido do exercício	(6.324)	17.789	6.940	(13.814)	4.591
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	293.686	-	293.686
Activos financeiros disponíveis para venda	-	141.443	-	23.231	164.674
Aplicações em instituições de crédito	23.610	164.911	218.798	21.920	429.239
Crédito a clientes	3.503.479	2.141.625	-	84.920	5.730.024
Recursos de outras instituições de crédito	2.217.932	1.981.811	512.484	(1.572.890)	3.139.337
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.309.157	466.168	-	1.275.187	3.050.512

	2008				Total
	Retail	Corporate	Mercados	Outros	
Margem financeira	63.301	17.863	1.235	(1.351)	81.048
Rendimentos de instrumentos de capital	366	-	-	-	366
Resultados de serviços e comissões	12.931	2.646	7.676	(290)	22.963
Outros resultados de exploração e outros	6.946	1.393	430	1.711	10.480
Produto bancário	83.544	21.902	9.341	70	114.857
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(54.211)	(11.377)	(5.763)	(1.089)	(72.440)
Amortizações do exercício	(2.999)	(556)	(199)	(234)	(3.988)
Provisões e imparidade	(11.194)	(2.360)	-	(4.241)	(17.795)
Resultado antes de impostos	15.140	7.609	3.379	(5.494)	20.634
Impostos	(4.012)	(2.016)	(895)	3.609	(3.314)
Resultado líquido do exercício	11.128	5.593	2.484	(1.885)	17.320
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	236.336	-	236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	-	97.449	-	24.269	121.718
Aplicações em instituições de crédito	31.291	117.513	479.700	45.568	674.072
Crédito a clientes	3.223.799	2.222.171	5.000	83.436	5.534.406
Recursos de outras instituições de crédito	1.871.663	1.910.638	721.036	(1.416.810)	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.383.427	526.494	-	1.193.489	3.103.410

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida em Portugal.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa	19.600	19.545
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	58.949	59.891
Juros a receber	39	123
	-----	-----
	78.588	79.559
	=====	=====

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Cheques a cobrar		
· No país	29.611	30.060
· No estrangeiro	9	23
Depósitos à ordem		
· No país	1.115	327
· No estrangeiro	20.975	11.604
	-----	-----
	51.710	42.014
	=====	=====

6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Títulos		
· Instrumentos de capital	5.488	3.927
· Instrumentos de dívida	14.932	20.775
· Instrumentos financeiros derivados (Nota 7)	273.266	211.634
	-----	-----
	293.686	236.336
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagração:

	2009							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 8)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 8)	Total
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
Operações cambiais a prazo								
. Compra	70.241	-	70.241	-	-	-	-	-
. Venda	(70.227)	-	(70.227)	-	-	-	-	-
Swaps								
Taxa de juro								
. Compra	2.072.993	286.590	2.359.583	241.803	(239.974)	17.502	(23.248)	(3.917)
. Venda	(2.072.993)	(286.590)	(2.359.583)	-	-	-	-	-
Cotações								
. Compra	3.706	81.659	85.365	149	(531)	8.179	(8.650)	(853)
. Venda	(3.706)	(81.659)	(85.365)	-	-	-	-	-
Opções								
Taxa de juro								
. Compra	18.203	-	18.203	1.399	(1.514)	-	-	(115)
. Venda	(17.658)	-	(17.658)	-	-	-	-	-
Cotações								
. Compra	83.204	-	83.204	26.371	(26.255)	-	-	116
. Venda	(74.097)	-	(74.097)	-	-	-	-	-
Contratos de garantia de taxa								
Caps	709.737	-	709.737	3.315	(3.315)	-	-	-
Floors	696.766	-	696.766	-	-	-	-	-
	<u>1.416.169</u>	<u>-</u>	<u>1.416.169</u>	<u>273.037</u>	<u>(271.589)</u>	<u>25.681</u>	<u>(31.898)</u>	<u>(4.769)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
Futuros								
Taxa de juro								
	1.939	-	1.939	-	-	-	-	-
Cotações								
	7.238	-	7.238	229	-	-	-	229
	9.177	-	9.177	229	-	-	-	229
	<u>1.425.346</u>	<u>-</u>	<u>1.425.346</u>	<u>273.266</u>	<u>(271.589)</u>	<u>25.681</u>	<u>(31.898)</u>	<u>(4.540)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2008							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 8)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 8)	Total
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
Operações cambiais a prazo								
. Compra	68.333	-	68.333	-	-	-	-	-
. Venda	(68.316)	-	(68.316)	-	-	-	-	-
Swaps								
Taxa de juro								
. Compra	2.482.321	134.359	2.616.680	168.316	(173.590)	19.524	(18.626)	(4.376)
. Venda	(2.482.321)	(134.359)	(2.616.680)	-	-	-	-	-
Cotações								
. Compra	3.706	116.581	120.287	650	(1.022)	11.018	(17.661)	(7.015)
. Venda	(3.706)	(115.875)	(119.581)	-	-	-	-	-
Opções								
Taxa de juro								
. Compra	19.880	-	19.880	2.819	(2.848)	-	-	(29)
. Venda	(19.090)	-	(19.090)	-	-	-	-	-
Cotações								
. Compra	118.406	-	118.406	39.589	(39.494)	-	-	95
. Venda	(107.854)	-	(107.854)	-	-	-	-	-
Contratos de garantia de taxa								
Caps	711.259	-	711.259	260	(260)	-	-	-
Floors	848.200	-	848.200	-	-	-	-	-
	<u>1.570.818</u>	<u>706</u>	<u>1.571.524</u>	<u>211.634</u>	<u>(217.214)</u>	<u>30.542</u>	<u>(36.287)</u>	<u>(11.325)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
Futuros								
Taxa de juro								
	4.098	-	4.098	-	-	-	-	-
Cotações								
	2.418	-	2.418	-	-	-	-	-
	6.516	-	6.516	-	-	-	-	-
	<u>1.577.334</u>	<u>706</u>	<u>1.578.040</u>	<u>211.634</u>	<u>(217.214)</u>	<u>30.542</u>	<u>(36.287)</u>	<u>(11.325)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante notional):

	2009					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
Operações cambiais a prazo						
. Compra	63.378	5.500	1.363	-	-	70.241
. Venda	(63.366)	(5.499)	(1.362)	-	-	(70.227)
Swaps						
Taxa de juro						
. Compra	4.003	11.474	569.233	1.288.229	486.644	2.359.583
. Venda	(4.003)	(11.474)	(569.233)	(1.288.229)	(486.644)	(2.359.583)
Cotações						
. Compra	983	7.484	23.552	53.346	-	85.365
. Venda	(983)	(7.484)	(23.552)	(53.346)	-	(85.365)
Opções						
Taxa de juro						
. Compra	3.203	-	10.000	5.000	-	18.203
. Venda	(3.144)	-	(9.519)	(4.995)	-	(17.658)
Cotações						
. Compra	1.333	7.473	23.552	50.846	-	83.204
. Venda	(983)	(7.382)	(22.691)	(43.041)	-	(74.097)
Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	883	36.000	662.440	10.414	709.737
Floors	-	-	36.000	660.766	-	696.766
	<u>421</u>	<u>975</u>	<u>73.343</u>	<u>1.331.016</u>	<u>10.414</u>	<u>1.416.169</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
Futuros						
Taxa de juro						
	1.939	-	-	-	-	1.939
Cotações						
	7.238	-	-	-	-	7.238
	<u>9.177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.177</u>
	<u>9.598</u>	<u>975</u>	<u>73.343</u>	<u>1.331.016</u>	<u>10.414</u>	<u>1.425.346</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2008					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
Operações cambiais a prazo						
. Compra	55.245	8.733	4.355	-	-	68.333
. Venda	(55.232)	(8.730)	(4.354)	-	-	(68.316)
Swaps						
Taxa de juro						
. Compra	389.236	172.063	98.579	1.506.846	449.956	2.616.680
. Venda	(389.236)	(172.063)	(98.579)	(1.506.846)	(449.956)	(2.616.680)
Cotações						
. Compra	24.445	23.738	9.406	62.698	-	120.287
. Venda	(24.445)	(23.738)	(9.406)	(61.992)	-	(119.581)
Opções						
Taxa de juro						
. Compra	4.515	12.163	-	3.202	-	19.880
. Venda	(4.360)	(11.558)	-	(3.172)	-	(19.090)
Cotações						
. Compra	22.226	23.738	9.406	63.036	-	118.406
. Venda	(20.061)	(22.242)	(8.903)	(56.648)	-	(107.854)
Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	628.134	83.125	711.259
Floors	-	150.000	-	625.200	73.000	848.200
	<u>2.333</u>	<u>152.104</u>	<u>504</u>	<u>1.260.458</u>	<u>156.125</u>	<u>1.571.524</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
Futuros						
Taxa de juro						
	4.098	-	-	-	-	4.098
Cotações						
	2.418	-	-	-	-	2.418
	<u>6.516</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.516</u>
	<u>8.849</u>	<u>152.104</u>	<u>504</u>	<u>1.260.458</u>	<u>156.125</u>	<u>1.578.040</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Operações cambiais a prazo - Compra		
. Instituições financeiras	34.946	34.483
. Clientes	35.295	33.850
Operações cambiais a prazo - Venda		
. Instituições financeiras	(35.249)	(33.845)
. Clientes	(34.978)	(34.471)
Swaps taxa de juro - Compra		
. Instituições financeiras	1.596.298	1.643.552
. Clientes	763.285	973.128
Swaps taxa de juro - Venda		
. Instituições financeiras	(763.285)	(973.128)
. Clientes	(1.596.298)	(1.643.552)
Swaps cotações - Compra		
. Instituições financeiras	85.365	120.287
Swaps cotações - Venda		
. Instituições financeiras	(85.365)	(119.581)
Opções taxa de juro - Compra		
. Instituições financeiras	18.203	19.880
Opções taxa de juro - Venda		
. Clientes	(17.658)	(19.090)
Opções cotações - Compra		
. Instituições financeiras	83.204	118.406
Opções cotações - Venda		
. Clientes	(74.097)	(107.854)
Contratos de garantia de taxa - Caps		
. Instituições financeiras	354.868	355.629
. Clientes	354.869	355.630
Contratos de garantia de taxa - Floors		
. Instituições financeiras	348.383	424.100
. Clientes	348.383	424.100
Futuros		
. Bolsa	9.177	6.516
	<u>1.425.346</u>	<u>1.578.040</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

2009									
Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nocional	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
	(Notas 11 e 20)				(Nota 7)				
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	73.860	178	6.957	80.995	95.530	(30)	-	(7.216)	(7.246)
Depósitos estruturados	246.571	(1.242)	(1.446)	243.883	272.719	561	253	215	1.029
	<u>320.431</u>	<u>(1.064)</u>	<u>5.511</u>	<u>324.878</u>	<u>368.249</u>	<u>531</u>	<u>253</u>	<u>(7.001)</u>	<u>(6.217)</u>
2008									
Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura				
	Montante nominal	Juros corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Montante nocional	Juros	Prémios	Reavaliação	Justo valor
	(Notas 11 e 20)				(Nota 7)				
<i>Cobertura de justo valor</i>									
Crédito a taxa fixa	105.286	771	6.982	113.039	97.763	85	-	(6.570)	(6.485)
Depósitos estruturados	133.460	(5.303)	2.967	131.124	149.421	4.263	(17)	(3.506)	740
	<u>238.746</u>	<u>(4.532)</u>	<u>9.949</u>	<u>244.163</u>	<u>247.184</u>	<u>4.348</u>	<u>(17)</u>	<u>(10.076)</u>	<u>(5.745)</u>

Durante os exercícios de 2009 e 2008, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2009	2008
<i>Cobertura de justo valor</i>		
Crédito a taxa fixa		
Elemento coberto	(24)	3.140
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	<u>(262)</u>	<u>(2.809)</u>
	<u>(286)</u>	<u>331</u>
Produtos Estruturados		
Elemento coberto	(4.430)	(2.797)
Instrumento de cobertura		
Swaps de taxa de juro	(798)	576
Equity swaps	4.034	2.270
	<u>(1.194)</u>	<u>49</u>
	<u>(1.480)</u>	<u>380</u>

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.911	15.899
De outros residentes		
· Outras obrigações	120.977	78.054
De não residentes		
· Outras obrigações	20.815	19.736
<u>Instrumentos de capital</u>		
· Valorizados ao custo histórico	4.845	4.845
· Valorizados ao justo valor	1.595	2.294
	-----	-----
	164.143	120.828
Juros a receber	1.242	1.556
Receitas com rendimento diferido	(80)	(35)
	-----	-----
	165.305	122.349
Imparidade (Nota 21)	(631)	(631)
	-----	-----
	164.674	121.718
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

Em 2008 o Banco reclassificou as obrigações da Sonae Distribuição de “Activos financeiros disponíveis para venda” para “Crédito a clientes”. O montante reclassificado ascendeu a 61.022 mEuros, o qual incluía os respectivos juros a receber.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui 1.595 mEuros e 2.294 mEuros, respectivamente, relativos a unidades de participação de fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos de capital valorizados ao custo histórico têm a seguinte composição:

	Participação efectiva (%)	2009		2008	
		Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço	Valor de balanço
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,83%	3.831	-	3.831	3.831
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,78%	305	-	305	305
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,09%	622	(544)	78	78
Outros		87	(87)	-	-
		-----	-----	-----	-----
		4.845	(631)	4.214	4.214
		=====	=====	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2009 e 2008 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empréstimos		
. no país	188.511	161.315
Depósitos		
. no estrangeiro	240.127	507.870
	-----	-----
	428.638	669.185
	-----	-----
Juros a receber:		
. no país	578	935
. no estrangeiro	27	3.952
Receitas com rendimento diferido	(3)	-
	----	-----
	602	4.887
	----	-----
Provisões para risco-país (Nota 21)	(1)	-
	-----	-----
	429.239	674.072
	=====	=====

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	326.111	596.909
De três meses a um ano	47.026	40.276
De um a cinco anos	55.501	32.000
	-----	-----
	428.638	669.185
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.376.794	1.440.954
Créditos em conta corrente	664.243	702.756
Operações de locação financeira	127.132	101.925
Créditos tomados - factoring	127.023	76.438
Descobertos em depósitos à ordem	5.171	1.986
Outros créditos	471	2.684
. Particulares		
Habitação	1.935.432	1.711.063
Outros créditos	169.130	176.732
Crédito ao exterior	546.382	523.049
	-----	-----
	4.951.778	4.737.587
	-----	-----
Crédito titulado:		
Papel comercial	436.300	636.525
Desconto e outros créditos	68.484	67.968
Dívida não subordinada	254.522	60.000
	-----	-----
	759.306	764.493
	-----	-----
	5.711.084	5.502.080
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 8)	6.957	6.982
	-----	-----
	5.718.041	5.509.062
	-----	-----
Juros a receber:		
Crédito não titulado	5.647	16.030
Juros recebidos:		
Crédito titulado	1.301	3.087
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	8.917	7.611
Receitas com rendimento diferido	(11.202)	(11.417)
	-----	-----
	4.663	15.311
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	52.415	34.184
	-----	-----
	5.775.119	5.558.557
	-----	-----
Provisões (Nota 21):		
. Para crédito e juros vencidos	(34.262)	(18.968)
. Para créditos de cobrança duvidosa	(10.803)	(5.179)
. Para risco-país	(30)	(4)
	-----	-----
	(45.095)	(24.151)
	-----	-----
	5.730.024	5.534.406
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2009 e 2008 nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país é apresentado na Nota 21.

Adicionalmente, para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco dispõe em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 39.951 mEuros e 37.820 mEuros, respectivamente, registada na rubrica "Provisões" do passivo (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito a clientes e as garantias prestadas (Nota 24) incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 920.754 mEuros e 457.680 mEuros, respectivamente (1.023.115 mEuros e 524.415 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2008).

Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	1.537.991	1.733.963
De três meses a um ano	627.528	703.143
De um a dois anos	160.335	236.727
Mais de dois anos	3.385.230	2.828.247
	-----	-----
	5.711.084	5.502.080
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido, é a seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Agricultura	39.238	25.034
Alimentos, bebidas e tabaco	67.326	62.312
Comércio	288.860	304.374
Construção	443.045	528.119
Engenharia	479.900	292.525
Madeira e cortiça	14.512	16.479
Serviços	1.055.825	999.536
Têxtil	33.129	31.426
Transportes e comunicações	166.486	232.309
Particulares:		
- Habitação	2.110.518	1.834.747
- Consumo	78.339	90.289
Outros	933.906	1.084.930
	-----	-----
	5.711.084	5.502.080
	=====	=====

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui viaturas e equipamentos retomados pelo Banco no vencimento de operações de leasing. A expectativa do Banco é de que os mesmos sejam vendidos num prazo inferior a um ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2008			Alienações e Abates		Transferências						31-12-2009					
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	De outros activos (Nota 17)		Entre activos fixos			Amortizações	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor		
	Bruto	Acumuladas		Bruto	Acumuladas	Valor	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	do	Bruto	Acumuladas		Bruto	Acumuladas	líquido
(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	Aquisições	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	exercício	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)	(Nota 21)		
Imóveis -																	
. De serviço próprio	69.053	(19.682)	(2.490)	297	-	-	-	(2.768)	698	1.132	(1.114)	1.358	66.582	(20.098)	-	46.484	
. Despesas em edifícios arrendados	10.674	(9.174)	-	45	(219)	159	-	158	-	-	(255)	-	10.658	(9.270)	-	1.388	
Activos tangíveis em curso																	
. Imóveis de serviço próprio	9	-	-	180	-	-	-	(189)	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<u>79.736</u>	<u>(28.856)</u>	<u>(2.490)</u>	<u>522</u>	<u>(219)</u>	<u>159</u>	<u>-</u>	<u>(2.799)</u>	<u>698</u>	<u>1.132</u>	<u>(1.369)</u>	<u>1.358</u>	<u>77.240</u>	<u>(29.368)</u>	<u>-</u>	<u>47.872</u>	
Equipamento																	
. Mobiliário e material	8.626	(8.017)	-	184	-	-	-	22	-	-	(189)	-	8.832	(8.206)	-	626	
. Máquinas e ferramentas	6.378	(5.533)	-	445	(1)	2	-	-	-	-	(278)	-	6.822	(5.809)	-	1.013	
. Equipamento informático	20.199	(19.617)	-	275	-	-	-	2	-	-	(432)	-	20.476	(20.049)	-	427	
. Instalações interiores	14.065	(11.932)	-	751	-	-	-	-	-	-	(455)	-	14.816	(12.387)	-	2.429	
. Material de transporte	1.371	(395)	-	814	(224)	88	-	-	-	-	(388)	-	1.961	(695)	-	1.266	
. Equipamento de segurança	4.267	(3.749)	-	52	-	-	-	7	-	-	(146)	-	4.326	(3.895)	-	431	
Activos tangíveis em curso																	
. Equipamento	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	
	<u>54.906</u>	<u>(49.243)</u>	<u>-</u>	<u>2.523</u>	<u>(225)</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.888)</u>	<u>-</u>	<u>57.235</u>	<u>(51.041)</u>	<u>-</u>	<u>6.194</u>	
Outros activos tangíveis -																	
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77	
. Outros activos tangíveis	-	-	-	-	(2.487)	-	3.451	(1.436)	2.070	-	(1.132)	1.137	3.034	-	(1.431)	1.603	
	<u>134.719</u>	<u>(78.099)</u>	<u>(2.490)</u>	<u>3.045</u>	<u>(2.931)</u>	<u>249</u>	<u>3.451</u>	<u>(1.436)</u>	<u>(698)</u>	<u>698</u>	<u>-</u>	<u>(3.257)</u>	<u>2.495</u>	<u>137.586</u>	<u>(80.409)</u>	<u>(1.431)</u>	<u>55.746</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2007			Alienações e Abates		Transferências			Amortizações			31-12-2008			Valor líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Para outros activos (Nota 17)	Entre activos fixos	do exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)		
				Aquisições		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade								
Imóveis -																
. De serviço próprio	72.602	(19.624)	(1.504)	450	-	-	(4.515)	1.064	1.360	516	(1.122)	(2.346)	69.053	(19.682)	(2.490)	46.881
. Despesas em edifícios arrendados	9.986	(8.864)	-	470	-	-	-	-	-	218	(310)	-	10.674	(9.174)	-	1.500
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	218	-	-	562	-	-	-	-	-	(771)	-	-	9	-	-	9
	82.806	(28.488)	(1.504)	1.482	-	-	(4.515)	1.064	1.360	(37)	(1.432)	(2.346)	79.736	(28.856)	(2.490)	48.390
Equipamento -																
. Mobiliário e material	8.359	(7.835)	-	250	-	-	-	-	-	17	(182)	-	8.626	(8.017)	-	609
. Máquinas e ferramentas	5.975	(5.344)	-	405	(20)	20	-	-	-	18	(209)	-	6.378	(5.533)	-	845
. Equipamento informático	19.880	(18.616)	-	317	-	-	-	-	-	2	(1.001)	-	20.199	(19.617)	-	582
. Instalações interiores	13.605	(11.509)	-	460	-	-	-	-	-	-	(423)	-	14.065	(11.932)	-	2.133
. Material de transporte	1.199	(428)	-	818	(646)	296	-	-	-	-	(263)	-	1.371	(395)	-	976
. Equipamento de segurança	4.186	(3.579)	-	81	-	-	-	-	-	-	(170)	-	4.267	(3.749)	-	518
	53.204	(47.311)	-	2.331	(666)	316	-	-	-	37	(2.248)	-	54.906	(49.243)	-	5.663
Outros activos tangíveis -																
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-	77
	136.087	(75.799)	(1.504)	3.813	(666)	316	(4.515)	1.064	1.360	-	(3.680)	(2.346)	134.719	(78.099)	(2.490)	54.130

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Imóveis de serviço próprio” inclui imóveis não afectos à actividade do Banco nos montantes de 5.422 mEuros, aos quais estão associadas perdas por imparidade no montante de 2.490 mEuros. Em 2009 os imóveis não afectos à actividade do Banco, no montante de 3.034 mEuros, foram reclassificados para a rubrica de “Outros activos tangíveis” tendo associadas perdas por imparidade no montante de 1.431 mEuros.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2008			Transferências	Regularizações	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2009		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	1.748	(749)	-	797	-	(402)	2.545	(1.151)	1.394
Activos intangíveis em curso	1.196	-	1.813	(797)	(66)	-	2.146	-	2.146
	<u>2.944</u>	<u>(749)</u>	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>(402)</u>	<u>4.691</u>	<u>(1.151)</u>	<u>3.540</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2007			Transferências	Amortizações do exercício	31 de Dezembro de 2008		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	908	(441)	-	840	(308)	1.748	(749)	999
Activos intangíveis em curso	678	-	1.358	(840)	-	1.196	-	1.196
	<u>1.586</u>	<u>(441)</u>	<u>1.358</u>	<u>-</u>	<u>(308)</u>	<u>2.944</u>	<u>(749)</u>	<u>2.195</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Activos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a software adquirido a empresas externas, o qual ainda não se encontra em funcionamento.

15. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “investimentos em filiais” tem a seguinte composição:

Sector de actividade / Empresa	Sede	2009			2008	
		Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 21)	Valor de balanço	Valor de balanço
<u>Locação financeira</u>						
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Lisboa	100%	11.576	-	11.576	11.576
<u>Gestão de fundos de pensões</u>						
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100%	998	-	998	998
<u>Gestão de fundos de investimento</u>						
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	100%	998	-	998	998
<u>Outros</u>						
Invesco Management nº 1, S.A.	Luxemburgo	100%	16.211	6.355	9.856	10.015
			<u>29.783</u>	<u>6.355</u>	<u>23.428</u>	<u>23.587</u>

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,99% na sociedade Invesco Management nº 1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 96,876% na sociedade Invesco Management nº 2, S.A.. Em 2008 o Banco adquiriu o remanescente, passando a deter 100% da participação nesta Sociedade. Tendo em conta a situação líquida desta Sociedade, o Banco reconheceu imparidade relativamente a esta participação, a qual ascende em 31 de Dezembro de 2009 a 6.355 mEuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	31-12-2009			31-12-2008		
	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	35.172	10.422	89	42.862	10.333	111
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	7.040	6.448	1.645	5.483	4.954	1.636
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	6.956	6.834	526	6.842	6.320	1.354
Invesco Management nº 1, S.A.	10.365	9.825	(159)	10.479	9.984	(960)
Invesco Management nº 2, S.A.	10.378	(8.564)	(877)	11.515	(7.687)	(1.579)

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	28.396	24.156
· Por prejuízos fiscais reportáveis	-	1.022
	-----	-----
	28.396	25.178
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(388)	(482)
	-----	-----
	28.008	24.696
	=====	=====
Activos por impostos correntes		
· Pagamentos por conta	351	310
· Outros	57	57
	-----	-----
	408	367
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	(3.489)	(282)
	-----	-----
	(3.081)	85
	=====	==

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2007	Variação em resultados	Variação em Situação Líquida	Saldo em 31-12-2008	Variação em resultados	Variação em Situação Líquida	Saldo em 31-12-2009
. Prémio de antiguidade	425	29	-	454	83	-	537
. Subsídio por morte	999	30	-	1.029	(27)	-	1.002
. Provisões não aceites fiscalmente:							
Provisões para créditos com garantia hipotecária							
Para cobrança duvidosa	659	568	-	1.227	1.463	-	2.690
Para crédito vencido	1.521	996	-	2.517	2.535	-	5.052
Provisões para riscos gerais de crédito	5.093	603	-	5.696	588	-	6.284
Provisões para aplicações financeiras	144	-	-	144	(65)	-	79
Provisões para imóveis	398	622	-	1.020	(1.020)	-	-
Provisões para outras aplicações	71	(71)	-	-	59	-	59
Provisões para outros riscos e encargos	60	(28)	-	32	9	-	41
. Pensões							
Reformas antecipadas	12.430	(1.965)	753	11.218	588	376	12.182
Outros custos relativos a pensões	(196)	(2.659)	2.724	(131)	(1.329)	1.363	(97)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(168)	52	-	(116)	3	-	(113)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	246	(82)	-	164	(82)	-	82
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.932	(910)	-	1.022	(1.022)	-	-
. Comissões	830	(277)	-	553	(277)	-	276
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	(200)	67	-	(133)	67	-	(66)
. Valorização dos activos disponíveis para venda	127	(1)	(126)	-	-	-	-
. Arredondamentos	-	71	-	-	2	-	-
	<u>24.371</u>	<u>(2.955)</u>	<u>3.351</u>	<u>24.696</u>	<u>1.575</u>	<u>1.739</u>	<u>28.008</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Impostos correntes</u>	(1.232)	(359)
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	2.597	(2.045)
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.022)	(910)
	-----	-----
	1.575	(2.955)
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	343	(3.314)
	=====	=====
Resultado antes de impostos	4.248	20.634
	-----	-----
Carga fiscal	(8,07%)	16,07%
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		4.248		20.634
Imposto apurado com base na taxa nominal de 12,5%	0,05%	2		
Imposto apurado com base na taxa nominal de 26,5%	26,41%	1.122	26,50%	5.468
Constituição de impostos diferidos activos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores	0,00%	-	-4,42%	(911)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis para os quais não estava reconhecido imposto diferido	-43,97%	(1.868)	-2,34%	(483)
Activos financeiros disponíveis para venda	0,00%	-	-7,50%	(1.547)
Benefícios fiscais				
Dividendos	-2,68%	(114)	-0,24%	(49)
Sucursal Financeira Exterior	-0,40%	(17)	-0,16%	(33)
Custos não aceites fiscalmente:				
Provisões não aceites	8,26%	351	2,99%	617
Utilização dos coeficientes de desvalorização monetária na venda de imóveis	-8,78%	(373)	-0,21%	(44)
Reintegrações	1,20%	51	0,11%	22
Seguros	1,29%	55	0,26%	54
Multas e outras penalidades	0,14%	6	0,01%	2
Tributação autónoma e derrama	11,13%	473	1,74%	359
Outros	-0,73%	(31)	-0,68%	(141)
	<u>-8,07%</u>	<u>(343)</u>	<u>16,07%</u>	<u>3.314</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 o BBVA Portugal não tinha reconhecidos impostos diferidos activos sobre a totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis por não existir um elevado grau de certeza quanto à existência de lucros tributáveis futuros que possibilitassem a respectiva utilização. Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco efectuou a utilização da totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis no montante de 11.561 mEuros, cujo imposto ascende a 2.890 mEuros, dos quais apenas 1.022 mEuros estavam reconhecidos como impostos diferidos activos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal dos sujeitos passivos de IRC durante um período de quatro anos, excepto nos casos (como o do Banco) de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o referido prazo de quatro anos se conta a partir do exercício em que tais prejuízos fiscais são utilizados, ou seja, e tendo em conta o prazo de seis anos de reporte de prejuízos fiscais, tal prazo poderá chegar aos 10 anos.

O Banco foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2007 (inclusivé).

Como resultado das referidas inspecções, o Banco foi alvo de correcções, em sede de IRC, aos prejuízos fiscais reportáveis por si inicialmente apurados, tendo sido, por via das liquidações adicionais emitidas em resultado dessas correcções, apurada matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004.

As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos contabilísticos não dedutíveis para efeitos fiscais, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira, entre outras.

De referir que grande parte dessas correcções foi objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial, encontrando-se estes processos em fase de apreciação por parte das autoridades competentes. Dado que os valores liquidados adicionalmente e que resultaram no apuramento de matéria colectável relativamente aos exercícios de 2003 e de 2004 não foram objecto de pagamento, foram prestadas as necessárias garantias bancárias. Durante o exercício de 2009, o BBVA Portugal procedeu ao levantamento das garantias prestadas com fundamento na sua caducidade.

Neste âmbito, foram igualmente emitidas liquidações adicionais de IRC referentes a tributação autónoma, as quais, apesar de terem sido integralmente pagas, foram objecto de reclamação graciosa/impugnação judicial.

Relativamente aos exercícios de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, foram apresentadas reclamações de autoliquidação de IRC por parte do Banco relacionadas com diversas matérias de índole fiscal, incluindo contribuições efectuadas para o fundo de pensões, provisões para riscos gerais de crédito e custos com reformas antecipadas, entre outras. As reclamações entregues encontram-se ainda a ser analisadas por parte das autoridades fiscais.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento, às reclamações de autoliquidação de IRC e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 estas provisões ascendiam a 2.688 mEuros e 2.258 mEuros, respectivamente.

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Activos recebidos em dação em pagamento:		
. Imóveis	24.350	21.063
. Outros	834	834
Imóveis de serviço próprio para venda	-	3.451
	-----	-----
	25.184	25.348
	-----	-----
<u>Outras disponibilidades</u>	10	23
	---	---
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	16	18
	---	---
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	9.677	1.482
Sector Público Administrativo		
. IVA a recuperar	769	1.801
Bonificações a receber	121	18
Outros devedores diversos	9.858	6.177
	-----	-----
	20.425	9.478
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	3.733	3.316
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Fundo de Pensões (Nota 18)	19.682	26.243
Seguros	118	30
Outras	654	621
	-----	-----
	20.454	26.894
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 18)</u>		
. Corredor	31.802	28.228
. Corredor do Aviso nº 12/2005	11.150	14.191
. Excesso face ao corredor	12.222	705
	-----	-----
	55.174	43.124
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	8	12
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	539
Operações activas a regularizar	118	475
	-----	-----
	126	1.026
	-----	-----
	125.122	109.227
<u>Imparidade – Outros activos (Nota 21)</u>		
Outros devedores diversos	(3.464)	(3.311)
Activos recebidos em dação em pagamento	(2.625)	(1.393)
Imóveis de serviço próprio para venda	-	(1.436)
	-----	-----
	119.033	103.087
	=====	=====

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	5,35%	5,9%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,1%	4,8%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	-	MSSL a 50%
Idade de reforma	65	65
Percentagem de casados	Real	85%
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	

A base para a taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2009 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano. Neste sentido, a alteração na taxa de desconto entre anos resultou da redução das referidas taxas em 2009.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, o índice iBoxx para obrigações em Euros com qualidade de crédito AA (Iboxx Corporate AA).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empregados no activo	777	838
Reformados e pensionistas	783	768
	-----	-----
	1.560	1.606
	=====	=====

As responsabilidades com pensões de reforma, assistência médica e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2009 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	69.576	58.417	58.282	65.183	79.339
. Reformados e pensionistas	225.365	203.232	214.556	212.257	166.791
	<u>294.941</u>	<u>261.649</u>	<u>272.838</u>	<u>277.440</u>	<u>246.130</u>
- Assistência médica					
. Empregados no activo	4.494	3.767	3.788	4.237	5.199
. Reformados e pensionistas	14.608	13.174	13.946	13.797	10.824
	<u>19.102</u>	<u>16.941</u>	<u>17.734</u>	<u>18.034</u>	<u>16.023</u>
- Subsídio por morte	3.977	3.696	3.769	-	-
	<u>318.020</u>	<u>282.286</u>	<u>294.341</u>	<u>295.474</u>	<u>262.153</u>
Cobertura das responsabilidades					
- Valor patrimonial dos Fundos	311.337	275.551	286.841	247.445	212.295
- Contratos de rendas vitalícias	6.683	6.735	7.500	8.314	9.081
- Contribuições a entregar	-	-	-	39.715	40.777
	<u>318.020</u>	<u>282.286</u>	<u>294.341</u>	<u>295.474</u>	<u>262.153</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Desvios actuariais e financeiros:					
- Alteração de pressupostos	21.903	(18.239)	(23.747)	(11.836)	34.727
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos) / Perdas actuariais	(377)	2.317	4.186	5.995	2.938
. (Ganhos) / Perdas financeiras	(9.449)	17.186	17.681	6.581	620
	<u>12.077</u>	<u>1.264</u>	<u>(1.880)</u>	<u>740</u>	<u>38.285</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Responsabilidades no início do exercício	282.286	294.341
Reformas antecipadas efectuadas no período (Nota 37)	9.327	-
Subsídio por morte	42	115
Custo do serviço corrente	3.464	3.581
Custo dos juros	16.549	15.020
Perdas actuariais	(376)	2.317
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.500)	(15.172)
Alteração de pressupostos:		
· Taxa de desconto	21.903	(18.239)
Contribuição dos colaboradores	325	323
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	318.020	282.286
	=====	=====

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo inicial:		
· Valor patrimonial dos Fundos	275.551	286.841
· Contratos de rendas vitalícias	6.735	7.500
	-----	-----
	282.286	294.341
	-----	-----
Contribuições efectuadas pelo Banco	27.988	6.939
Contribuições dos colaboradores	325	323
Rendimento esperado dos fundos de pensões	13.472	13.087
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(15.500)	(15.172)
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	9.449	(17.232)
	-----	-----
Saldo final	318.020	282.286
	=====	=====

Em 2009 e 2008 foram efectuadas contribuições em numerário no montante global de 27.988 mEuros e 6.939 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Obrigações	8.145	7.941
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	-	12.262
	-----	-----
	8.145	20.203
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de custos diferidos e de desvios actuariais diferidos relacionados com a introdução das NCA durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Custos diferidos NCA	Corredor	Corredor do Aviso nº 12/2005	Excesso face ao Corredor	Total
SalDOS em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 17)	39.364	24.628	17.232	-	81.224
Amortização efectuada por contrapartida de resultados transitados	(13.122)	-	-	-	(13.122)
Amortização efectuada por contrapartida de corredor	-	3.041	(3.041)	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:					
- financeiras	-	17.186	-	-	17.186
- actuariais	-	2.317	-	-	2.317
Impacto da alteração da taxa de desconto Arrendamentos	-	(18.239)	-	-	(18.239)
	1	-	-	-	1
Excesso face ao corredor	-	(705)	-	705	-
SalDOS em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 17)	26.243	28.228	14.191	705	69.367
Amortização efectuada por contrapartida de resultados transitados	(6.561)	-	-	-	(6.561)
Amortização efectuada por contrapartida de corredor	-	3.041	(3.041)	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:					
- financeiras	-	(9.449)	-	-	(9.449)
- actuariais	-	(377)	-	-	(377)
Impacto da alteração da taxa de desconto	-	21.903	-	-	21.903
Excesso face ao corredor	-	(11.544)	-	11.544	-
Amortização do excesso do corredor	-	-	-	(27)	(27)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	19.682	31.802	11.150	12.222	74.856

Em 2009 os ganhos financeiros e actuariais ascenderam a 9.826 mEuros, dos quais 9.449 mEuros são relativos a ganhos financeiros nos activos do Fundo de Pensões. Em 2008 as perdas financeiras e actuariais ascenderam a 19.503 mEuros, dos quais 17.186 mEuros são relativos a perdas financeiras nos activos do Fundo de Pensões.

Em 2006, o Banco reconheceu em resultados a amortização do “Corredor do Aviso nº 12/2005” no montante de 1.014 mEuros. Em 2009 e 2008, de acordo com as instruções recebidas do Banco de Portugal, o Banco transferiu 3.041 mEuros do “Corredor do Aviso nº 12/2005” para o “Corredor”.

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde corresponde essencialmente ao custo do serviço corrente, ao custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades, aos custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	2009	2008
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	9.327	-
Custo do serviço corrente	3.506	3.696
Custo dos juros	16.549	15.020
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(13.472)	(13.042)
Custo do exercício (Nota 37)	15.910	5.674

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
· Instituições de crédito no país	5.529	7.469
· Instituições de crédito no estrangeiro	45.932	45.065
	-----	-----
	51.461	52.534
	-----	-----
Depósitos a prazo e outros recursos		
· Instituições de crédito no estrangeiro	3.084.462	3.017.150
	-----	-----
	3.135.923	3.069.684
	-----	-----
Juros a pagar		
· Recursos de instituições de crédito no país	-	44
· Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	3.414	16.799
	-----	-----
	3.414	16.843
	-----	-----
	3.139.337	3.086.527
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	362.614	276.304
De três meses a um ano	466.385	243.054
De um a cinco anos	1.528.849	1.668.257
A mais de cinco anos	778.075	882.069
	-----	-----
	3.135.923	3.069.684
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro eram remunerados à taxa de juro média anual de 1,70% e 4,69%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos		
· À ordem	983.872	842.572
· A prazo	2.051.437	2.236.899
· De poupança	7.633	9.753
Outros recursos de clientes		
· Cheques e ordens a pagar	2.528	3.694
· Outros	283	202
	-----	-----
	3.045.753	3.093.120
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 8)	1.446	(2.967)
	-----	-----
	3.047.199	3.090.153
	-----	-----
Encargos a pagar		
· Juros de recursos de clientes	3.359	13.348
· Juros de empréstimos	36	-
	-----	-----
	3.395	13.348
Despesas com encargo diferido		
· Juros de recursos de clientes	(82)	(91)
	-----	-----
	3.050.512	3.103.410
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	2.570.883	2.616.515
De três meses a um ano	296.825	346.693
De um a cinco anos	177.988	129.912
A mais de cinco anos	57	-
	-----	-----
	3.045.753	3.093.120
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a taxa anual média de remuneração dos depósitos de clientes era de 0,977% e 2,55%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2008	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2009
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:						
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	5.179	15.870	(10.247)	-	1	10.803
- Crédito e juros vencidos (Nota 11)	18.968	31.142	(13.665)	(2.183)	-	34.262
- Risco-país de crédito a clientes (Nota 11)	4	46	(20)	-	-	30
- Risco-país de aplicações (Nota 10)	-	1	-	-	-	1
	<u>24.151</u>	<u>47.059</u>	<u>(23.932)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>1</u>	<u>45.096</u>
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito (Nota 11)	37.820	5.098	(2.967)	-	-	39.951
- Outros riscos e encargos	3.585	1.043	-	(159)	(1)	4.468
	<u>41.405</u>	<u>6.141</u>	<u>(2.967)</u>	<u>(159)</u>	<u>(1)</u>	<u>44.419</u>
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	631	-	-	-	-	631
- Imparidade de outros activos:						
Outros activos tangíveis (Nota 13)	2.490	1.330	(3.825)	-	1.436	1.431
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	6.196	159	-	-	-	6.355
Activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	1.393	1.549	(317)	-	-	2.625
Imóveis de serviço próprio para venda (Nota 17)	1.436	-	-	-	(1.436)	-
Outros devedores diversos (Nota 17)	3.311	204	(47)	(4)	-	3.464
	<u>14.826</u>	<u>3.242</u>	<u>(4.189)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>13.875</u>
	<u>81.013</u>	<u>56.442</u>	<u>(31.088)</u>	<u>(2.346)</u>	<u>-</u>	<u>104.021</u>
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:						
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	2.692	6.054	(3.641)	(31)	105	5.179
- Crédito e juros vencidos (Nota 11)	12.753	14.430	(6.338)	(1.877)	-	18.968
- Risco-país (Nota 11)	34	13	(42)	-	(1)	4
	<u>15.479</u>	<u>20.497</u>	<u>(10.021)</u>	<u>(1.908)</u>	<u>104</u>	<u>24.151</u>
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito (Nota 11)	35.346	5.849	(3.375)	-	-	37.820
- Outros riscos e encargos	3.025	1.423	-	(355)	(508)	3.585
	<u>38.371</u>	<u>7.272</u>	<u>(3.375)</u>	<u>(355)</u>	<u>(508)</u>	<u>41.405</u>
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	630	1	-	-	-	631
- Imparidade de outros activos:						
Outros activos tangíveis (Nota 13)	1.504	2.375	(29)	-	(1.360)	2.490
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	5.236	960	-	-	-	6.196
Activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	1.400	278	(285)	-	-	1.393
Imóveis de serviço próprio para venda (Nota 17)	-	76	-	-	1.360	1.436
Outros devedores diversos (Nota 17)	3.521	75	(29)	(660)	404	3.311
	<u>11.661</u>	<u>3.764</u>	<u>(343)</u>	<u>(660)</u>	<u>404</u>	<u>14.826</u>
	<u>66.141</u>	<u>31.534</u>	<u>(13.739)</u>	<u>(2.923)</u>	<u>-</u>	<u>81.013</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” diz respeito essencialmente a provisões constituídas para contingências fiscais, legais e fraudes diversas.

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Empréstimos subordinados:		
. Concedido em Março de 2007	95.000	95.000
. Concedido em Junho de 2006	75.000	75.000
	-----	-----
	170.000	170.000
	-----	-----
Encargos a pagar		
. Juros de empréstimos subordinados	19	46
	-----	-----
	170.019	170.046
	=====	=====

Em 30 de Março de 2007 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 95.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2017 e vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 0,65 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Maio de 2007, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos números 6º e 7º do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro.

Em 29 de Junho de 2006 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso – total ou parcial – do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 1,25 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Junho de 2006, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos números 6º e 7º do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro.

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	9.192	1.343
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	2.626	2.818
. Contribuições para a Segurança Social	290	276
. Imposto sobre Valor Acrescentado	437	419
Cobranças por conta de terceiros	19	19
Contribuições para outros sistemas de saúde	142	142
Credores diversos		
. Fornecedores de Leasing	3.122	1.803
. Credores por contrato de factoring	225	408
. Outros fornecedores	1.012	558
. Operações sobre valores mobiliários a regularizar	8	-
. Outros credores	1.200	636
	-----	-----
	18.273	8.422
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
. Remunerações variáveis	6.050	5.619
. Provisão para férias e subsídio de férias	4.502	4.500
. Prémio de antiguidade	4.203	3.889
. Outros	61	68
Por gastos gerais administrativos	3.016	957
Outros	1.770	1.423
	-----	-----
	19.602	16.456
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	323	329
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Posição cambial	8	12
Outras operações a regularizar	7.649	5.524
	-----	-----
	7.657	5.536
	-----	-----
	45.855	30.743
	=====	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	747.255	821.819
Aceites e endossos	3.034	4.051
Créditos documentários abertos	10.979	7.268
Outros passivos eventuais	20	1.331
	-----	-----
	761.288	834.469
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	70.613	-
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	429.694	294.736
Compromissos revogáveis	1.342.067	1.927.248
Por subscrição de títulos	409.650	82.200
Outros compromissos irrevogáveis	3.307	-
Responsabilidades a prazo de contribuições para		
o Fundo de Garantia de Depósitos	680	680
Responsabilidade potencial para com		
o Sistema de Indemnização aos Investidores	747	747
	-----	-----
	2.256.758	2.305.611
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.415.933	4.626.892
Valores recebidos para cobrança	48.366	52.856
Valores administrados pela instituição	55.836	59.470
Outras	119.161	96.557
	-----	-----
	4.639.296	4.835.775
	=====	=====

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 36). Em 2009 e 2008, o BBVA Portugal efectuou o pagamento das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos nos montantes de 572 mEuros e 519 mEuros, respectivamente. Em 2007, o BBVA Portugal utilizou a faculdade de não realizar o pagamento de 15% do valor das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue. Neste âmbito, foram dadas em penhor 10.146.794 Obrigações do Tesouro.

O saldo da rubrica “Sistema de indemnização aos investidores” corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele Sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)25. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista é a seguinte:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>N ° de</u> <u>Accções</u>	<u>%</u>	<u>N ° de</u> <u>Accções</u>	<u>%</u>
Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	199.046.899	90,48%	199.046.899	90,48%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	20.952.951	9,52%	20.952.951	9,52%
Outros	150	0,00%	150	0,00%
	-----	-----	-----	-----
	220.000.000	100,00%	220.000.000	100,00%
	=====	=====	=====	=====

Durante o exercício de 2006, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 22 de Dezembro de 2006, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 60.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 9 de Fevereiro de 2005, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 35.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(209)	(6.297)
. Reservas de reavaliação do imobilizado	1.826	1.897
	-----	-----
	1.617	(4.400)
	-----	-----
Reserva legal	14.132	12.398
Outras reservas	12.486	12.486
Resultados transitados	(13.182)	(24.017)
	-----	-----
	13.436	867
	-----	-----
Resultado líquido do exercício	4.591	17.320
	-----	-----
	19.644	13.787
	=====	=====

Reservas de reavaliação

Reservas de reavaliação do imobilizado

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2009, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	2.905	(1.079)	1.826
	=====	=====	=====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de disponibilidades	824	2.096
Juros de aplicações em instituições de crédito	7.778	26.518
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	142.636	264.199
. Crédito ao exterior	13.362	35.827
Juros de crédito vencido	1.620	1.645
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
. Instrumentos financeiros derivados	57.799	93.498
Juros de activos financeiros disponíveis para venda		
. Títulos	5.243	11.370
Juros de derivados de cobertura	10.020	10.546
Juros de devedores e outras aplicações	-	1
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado		
. Operações de crédito	1.385	2.625
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	1.507	1.989
	-----	-----
	242.174	450.314
	=====	=====

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de recursos de Bancos Centrais	25	43
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. No país	659	2.669
. No estrangeiro	51.670	177.367
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	30.727	68.732
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Instrumentos financeiros derivados	64.169	95.207
Juros de derivados de cobertura	8.574	14.668
Juros de passivos subordinados	4.307	10.020
Outras comissões pagas:		
. Operações de crédito	708	560
	-----	-----
	160.839	369.266
	=====	=====

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	365	284
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	125	82
. Finangest – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	5	-
	----	----
	495	366
	====	====

30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Por garantias prestadas	4.549	5.128
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.742	1.399
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	58	65
Por serviços prestados		
· Administração de valores	8.231	6.970
· Depósito e guarda de valores	2.883	3.983
· Gestão de cartões	5.943	5.427
· Operações de crédito	1.255	1.371
· Cobrança de valores	870	913
· Montagem de operações	202	132
· Transferência de valores	55	99
· Outros serviços prestados	2.598	1.324
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.280	2.220
Outras comissões recebidas	3.029	2.271
	-----	-----
	32.695	31.302
	=====	=====

Em 2009 e 2008, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 2.399 mEuros e 3.505 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2009 e 2008, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 7.375 mEuros e 4.933 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2009 e 2008, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 1.648 mEuros e 1.484 mEuros, respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A..

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Por garantias recebidas	5.042	5.234
Por compromissos assumidos por terceiros	280	69
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Depósito e guarda de valores	266	361
· Operações de crédito	9	19
· Cobrança de valores	8	8
· Administração de valores	-	3
· Outros	595	605
Por operações realizadas por terceiros	2.222	2.039
Outras comissões pagas	10	1
	-----	-----
	8.432	8.339
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Títulos						
. Emitidos por residentes	4.208	(978)	3.230	2.269	(5.224)	(2.955)
. Emitidos por não residentes	2.391	(431)	1.960	284	(2.073)	(1.789)
Instrumentos financeiros derivados						
. Swaps						
Swaps de divisas	1.240	-	1.240	33.019	-	33.019
Swaps de taxa de juro	127.142	(124.508)	2.634	132.474	(131.954)	520
Equity swaps	-	(3.318)	(3.318)	-	(33.395)	(33.395)
. Futuros						
Sobre taxas de juro	-	-	-	-	(1)	(1)
Sobre cotações	8.118	(9.357)	(1.239)	31.286	(26.182)	5.104
. Opções						
Sobre taxas de juro	1.392	(738)	654	1.786	(1.870)	(84)
Sobre cotações	12.538	(12.442)	96	12.536	(13.379)	(843)
	<u>157.029</u>	<u>(151.772)</u>	<u>5.257</u>	<u>213.654</u>	<u>(214.078)</u>	<u>(424)</u>
Derivados de cobertura:						
. Swaps						
Swaps de taxa de juro	5.378	(5.640)	(262)	7.406	(9.639)	(2.233)
Equity swaps	6.147	(2.113)	4.034	5.848	(3.578)	2.270
. Opções						
Sobre taxas de juro	-	(798)	(798)	-	-	-
	<u>11.525</u>	<u>(8.551)</u>	<u>2.974</u>	<u>13.254</u>	<u>(13.217)</u>	<u>37</u>
Correcções de valor de activos/passivos de operações de cobertura objecto	8.404	(12.857)	(4.453)	12.648	(12.305)	343
	<u>176.958</u>	<u>(173.180)</u>	<u>3.778</u>	<u>239.556</u>	<u>(239.600)</u>	<u>(44)</u>

33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	141	(39)
. Títulos emitidos por não residentes	220	222
	----	----
	361	183
	====	==

34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Reavaliação da posição cambial à vista	1.061	884
Reavaliação da posição cambial a prazo	(4)	5
	-----	-----
	1.057	889
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultados em activos não financeiros		
. Outros activos tangíveis	(322)	(1)
	==	===

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	6.854	5.888
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.953	3.777
. Recuperação de créditos incobráveis	479	1.043
. Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	151	1.568
. Rendas de locação operacional	28	30
. Mais-valias na alienação de outros activos	142	113
. Outros	267	192
	-----	-----
	11.874	12.611
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	1.935	1.036
. Impostos indirectos	609	354
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	120	124
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	572	519
. Outros encargos e gastos operacionais:		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	326	386
Menos-valias na alienação de outros activos	1.528	385
Outros	267	354
	-----	-----
	5.357	3.158
	-----	-----
Outros resultados de exploração	6.517	9.453
	=====	=====

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	45	194
. Empregados	34.651	34.889
	-----	-----
	34.696	35.083
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos com Pensões (Nota 18)	6.541	5.559
. Encargos com Reformas antecipadas (Nota 18)	9.327	-
. Encargos relativos a remunerações:		
Caixa de Abono de Família	2.697	2.733
SAMS	1.442	1.464
Segurança Social	346	303
Outros	131	135
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
Subsídio por morte (Nota 18)	42	115
Outros	140	98
. Outros	207	201
	-----	-----
	20.873	10.608
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	135	182
	-----	-----
Outros custos com pessoal:		
. Indemnizações contratuais	980	544
. Outros	194	213
	-----	-----
	1.174	757
	-----	-----
	56.878	46.630
	=====	=====

O número médio de colaboradores do BBVA Portugal em 2009 e 2008 apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Direcção	39	43
Chefias e gerência	156	170
Quadros técnicos	446	392
Administrativos	173	220
	-----	-----
	814	825
	=====	=====

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Com fornecimentos	1.699	1.875
Com serviços		
. Comunicações	3.335	3.714
. Publicidade e edição de publicações	2.780	1.451
. Rendas e alugueres	3.133	3.442
. Deslocações, estadas e despesas de representação	1.041	1.271
. Conservação e reparação	715	759
. Seguros	381	388
. Transportes	147	202
. Serviços especializados:		
Informática	1.358	1.623
Avenças e honorários	697	965
Mão de obra eventual	490	430
Judiciais, contencioso e notariado	331	335
Segurança e vigilância	354	321
Bancos de dados	105	67
Informações	27	15
Outros serviços especializados	3.830	4.214
. Outros serviços de terceiros	6.922	4.738
	-----	-----
	27.345	25.810
	=====	=====

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as entidades pertencentes ao Grupo BBVA e os órgãos de gestão do Banco.

Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os principais saldos com empresas do Grupo BBVA são os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	10.380	4.646
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	114.730	87.767
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	240.143	511.819
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	23.600	31.291
Anidaport Investim. Imobil.	67	-
Crédito a clientes		
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	40.598	44.162
Anidaport Investim. Imobil.	24.031	-
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	23.428	27.101
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Invesco Management Nº 1, S.A.	9.857	10.016
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	11.576	11.576
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	998	998
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	998	998
Outros Activos		
BBVA Seguros, S.A.	1.665	1.468
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	142	140
BBVA Gestion, S.A.	27	28
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	164.023	133.625
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.068.454	3.058.442
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	14	-
Recursos de clientes		
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	6.598	6.431
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	6.822	5.288
Invesco Management Nº 2, S.A.	7.072	6.445
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	1.732	811
BBVA Seguros, S.A.	4.267	2.396
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.122	-
BBVA Luxinvest	1.123.316	1.106.448
Financ. Do Comércio Exterior	32	34
Anidaport Investim. Imobil.	1.152	-
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	31.913	36.255
Outros passivos subordinados		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	170.019	170.046
Extrapatrimoniais (garantias recebidas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.174.959	1.844.221
Extrapatrimoniais (garantias prestadas)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	23.448	23.448
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	699	626
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	1.298	1.298
Extrapatrimoniais (compromissos irrevogáveis)		
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	20.000	20.000
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	4.400	2.709
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.321.970	4.516.255

Transacções com empresas do Grupo

Nos exercícios de 2009 e 2008, os principais saldos da demonstração de resultados com empresas do Grupo BBVA são os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Margem Financeira		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(52.106)	(175.113)
BBVA Luxinvest	(10.023)	(21.277)
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda.	640	1.930
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	308	1.624
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	(79)	(223)
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	(69)	(161)
Invesco Management N° 2, S.A.	(44)	(131)
BBVA Global Finance, Ltd.	-	38
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	29	216
Anidaport Investim. Imobil.	191	-
Comissões Líquidas		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.420	(266)
BBVA Seguros, S.A.	1.648	1.484
BBVA Gestion, S.A.	23	28
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	197
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	(280)	(69)
Resultados em operações financeiras		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(28.775)	(46.528)
Outros resultados de exploração		
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	299	301
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	263	-

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

A política de gestão do risco no BBVA Portugal tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Neste sentido, o Grupo BBVA tem vindo a dotar-se dos elementos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários.

O Grupo BBVA dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

Durante 2008, foi criado o Comité Geral de Gestão de Risco (CGGR), que se trata de um órgão independente responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, que tem como principais objectivos o acompanhamento e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos, o aconselhamento do Conselho de Administração em matéria de Risco e a elaboração de um relatório anual de gestão de riscos. Este comité é responsável pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Cumprimento e Sistemas de Informação. Em 2009 a Função Gestão de Riscos foi reestruturada de acordo com os requisitos do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, tendo sido nomeada uma pessoa singular como responsável pela Função Gestão de Riscos. O Banco manteve no entanto o Comité Geral de Gestão de Riscos, na qualidade de Órgão colegial, com funções de apoio à Função Gestão de Riscos, de forma a assegurar o funcionamento efectivo do Sistema de Gestão de Riscos.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

No BBVA Portugal, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Área de Mercados, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas, o “Stop Loss” e o Value at Risk (VaR) para este tipo de risco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009					
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Dólares Canadianos	Outras	Total
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.149	271	28	14	126	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	41.777	6.533	1.095	112	2.193	51.710
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	20.420	-	-	-	-	20.420
- Instrumentos financeiros derivados	272.668	343	-	255	-	273.266
Activos financeiros disponíveis para venda	164.674	-	-	-	-	164.674
Aplicações em instituições de crédito	394.123	32.042	2.252	-	822	429.239
Crédito a clientes	5.665.953	57.280	850	4.170	1.771	5.730.024
Derivados de cobertura	25.610	71	-	-	-	25.681
	<u>6.663.374</u>	<u>96.540</u>	<u>4.225</u>	<u>4.551</u>	<u>4.912</u>	<u>6.773.602</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	270.992	343	-	254	-	271.589
Recursos de outras instituições de crédito	3.085.178	47.997	-	4.171	1.991	3.139.337
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.999.132	46.933	3.251	44	1.152	3.050.512
Derivados de cobertura	31.830	68	-	-	-	31.898
Outros passivos subordinados	170.019	-	-	-	-	170.019
	<u>6.557.151</u>	<u>95.341</u>	<u>3.251</u>	<u>4.469</u>	<u>3.143</u>	<u>6.663.355</u>
Exposição Líquida		<u>1.199</u>	<u>974</u>	<u>82</u>	<u>1.769</u>	

	2008					
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Coroa Norueguesa	Outras	Total
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.227	174	29	12	117	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	36.099	3.878	501	73	1.463	42.014
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	24.702	-	-	-	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados	211.398	236	-	-	-	211.634
Activos financeiros disponíveis para venda	121.718	-	-	-	-	121.718
Aplicações em instituições de crédito	636.086	33.569	2.700	1.012	705	674.072
Crédito a clientes	5.476.323	54.018	-	3.873	192	5.534.406
Derivados de cobertura	30.440	102	-	-	-	30.542
	<u>6.615.993</u>	<u>91.977</u>	<u>3.230</u>	<u>4.970</u>	<u>2.477</u>	<u>6.718.647</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	216.978	236	-	-	-	217.214
Recursos de outras instituições de crédito	3.031.365	50.534	-	3.875	753	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.056.483	41.028	3.233	1.033	1.633	3.103.410
Derivados de cobertura	36.177	110	-	-	-	36.287
Outros passivos subordinados	170.046	-	-	-	-	170.046
	<u>6.511.049</u>	<u>91.908</u>	<u>3.233</u>	<u>4.908</u>	<u>2.386</u>	<u>6.613.484</u>
Exposição Líquida		<u>69</u>	<u>(3)</u>	<u>62</u>	<u>91</u>	

Tal como é visível nos quadros acima, o BBVA Portugal apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

No BBVA Portugal cabe ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

O Banco baseia a gestão do Risco de Liquidez em dois indicadores: o rácio de Liquidez e a evolução do fluxo de financiamento do Grupo. O BBVA Portugal utiliza ainda como modelo base de análise de risco de liquidez, o que consta em Instrução nº 1/2000, alterado por Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal.

Em relação ao rácio de liquidez, é usada a metodologia de identificação para cumprimento dos requisitos de informação do Banco de Portugal para risco de liquidez, e recorre-se à informação da Base de Dados Financeira. Adicionalmente, a área de mercados disponibiliza a informação na Base de Dados Financeira para análise das tomadas do Grupo.

A identificação e análise da evolução do fluxo de financiamento do Grupo é realizada semanalmente pelo Grupo Técnico de Liquidez, sendo elaborado um mapa de liquidez numa base mensal para reporte ao Banco de Portugal.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem e as Contas Correntes Caucionadas registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos, às acções, unidades de participação e ao crédito vencido de clientes; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2009.
- Foram incluídos os fluxos de juros calculados para todas as operações de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos cash flows contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2009						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.588	-	-	-	-	-	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.710	-	-	-	-	-	51.710
Activos financeiros detidos para negociação	9.722	18.573	620.517	1.265.854	414.158	11.571	2.340.395
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.301	51.642	116.917	-	6.159	176.019
Aplicações em instituições de crédito	284.320	42.824	48.371	55.998	-	(3)	431.510
Crédito a clientes	1.275.799	407.830	807.373	1.304.125	2.595.543	6.073	6.396.743
Derivados de cobertura	1.034	7.818	70.040	233.606	68.150	2.027	382.675
	<u>1.701.173</u>	<u>478.346</u>	<u>1.597.943</u>	<u>2.976.500</u>	<u>3.077.851</u>	<u>25.827</u>	<u>9.857.640</u>
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	9.665	18.467	618.442	1.253.160	412.377	5.761	2.317.872
Recursos de outras instituições de crédito	157.181	184.674	532.684	1.585.086	770.218	-	3.229.843
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.447.464	142.494	380.797	80.956	4.175	(82)	3.055.804
Derivados de cobertura	1.028	7.275	70.183	236.897	71.478	2.566	389.427
Outros passivos subordinados	-	689	2.118	84.014	97.959	-	184.780
	<u>2.615.338</u>	<u>353.599</u>	<u>1.604.224</u>	<u>3.240.113</u>	<u>1.356.207</u>	<u>8.245</u>	<u>9.177.726</u>
Gap de liquidez	<u>(914.165)</u>	<u>124.747</u>	<u>(6.281)</u>	<u>(263.613)</u>	<u>1.721.644</u>	<u>17.582</u>	<u>679.914</u>
2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.559	-	-	-	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.014	-	-	-	-	-	42.014
Activos financeiros detidos para negociação	993	405.488	288.179	1.520.796	300.258	29.595	2.545.309
Activos financeiros disponíveis para venda	-	16.292	3.878	108.197	520	7.018	135.905
Aplicações em instituições de crédito	46.319	558.330	44.065	30.314	-	-	679.028
Crédito a clientes	780.375	1.055.510	935.603	1.370.227	2.834.107	30.378	7.006.200
Derivados de cobertura	-	34.043	64.108	98.921	71.275	3.408	271.755
	<u>949.260</u>	<u>2.069.663</u>	<u>1.335.833</u>	<u>3.128.455</u>	<u>3.206.160</u>	<u>70.399</u>	<u>10.759.770</u>
Passivos							
Passivos financeiros detidos para negociação	982	405.538	288.419	1.521.287	300.231	4.813	2.521.270
Recursos de outras instituições de crédito	52.634	258.803	415.984	2.316.449	1.041.863	-	4.085.733
Recursos de clientes e outros empréstimos	846.423	1.777.026	357.931	132.676	-	(91)	3.113.965
Derivados de cobertura	-	36.076	64.980	101.420	74.924	4.447	281.847
Outros passivos subordinados	-	1.674	11.152	130.971	121.055	-	264.852
	<u>900.039</u>	<u>2.479.117</u>	<u>1.138.466</u>	<u>4.202.803</u>	<u>1.538.073</u>	<u>9.169</u>	<u>10.267.667</u>
Gap de liquidez	<u>49.221</u>	<u>(409.454)</u>	<u>197.367</u>	<u>(1.074.348)</u>	<u>1.668.087</u>	<u>61.230</u>	<u>492.103</u>

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Todos os "gaps" incorporam os juros calculados para todas as operações de balanço, tal como exigido pelos IFRS.

Considerando o acima exposto, e a fonte de recursos a que o BBVA Portugal tem acesso, poder-se-á concluir por um risco de liquidez praticamente inexpressivo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A exposição do Banco a movimentos nas taxas de juro constitui um risco inerente ao desenvolvimento da actividade bancária, sendo em simultâneo uma oportunidade para a criação de valor económico. Neste sentido, o risco de taxa de juro deve ser gerido de modo a não ser excessivo face aos Fundos Próprios do Banco, e mantendo uma relação estável em relação ao resultado esperado.

No BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2009				Total
	Exposição a:		Não sujeito a		
	Taxa fixa	Taxa variável	taxa de juro	Derivados	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	78.588	-	-	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	51.710	-	-	51.710
Activos financeiros detidos para negociação	1.041	13.891	5.488	273.266	293.686
Activos financeiros disponíveis para venda	22.107	136.215	6.352	-	164.674
Aplicações em instituições de crédito	5.500	423.739	-	-	429.239
Crédito a clientes	252.753	5.425.514	51.757	-	5.730.024
Derivados de cobertura	-	-	-	25.681	25.681
	<u>281.401</u>	<u>6.129.657</u>	<u>63.597</u>	<u>298.947</u>	<u>6.773.602</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	271.589	271.589
Recursos de outras instituições de crédito	7.159	3.132.178	-	-	3.139.337
Recursos de clientes e outros empréstimos	179.492	2.871.020	-	-	3.050.512
Passivos subordinados	-	170.019	-	-	170.019
Derivados de cobertura	-	-	-	31.898	31.898
	<u>186.651</u>	<u>6.173.217</u>	<u>-</u>	<u>303.487</u>	<u>6.663.355</u>
Exposição líquida	<u>94.750</u>	<u>(43.560)</u>	<u>63.597</u>	<u>(4.540)</u>	<u>110.247</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2008				
	Exposição a:		Não sujeito a taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	79.559	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	42.014	-	-	42.014
Activos financeiros detidos para negociação	2.732	18.043	3.927	211.634	236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	20.386	94.280	7.052	-	121.718
Aplicações em instituições de crédito	7.000	667.072	-	-	674.072
Crédito a clientes	198.545	5.301.740	34.121	-	5.534.406
Derivados de cobertura	-	-	-	30.542	30.542
	<u>228.663</u>	<u>6.202.708</u>	<u>45.100</u>	<u>242.176</u>	<u>6.718.647</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	217.214	217.214
Recursos de outras instituições de crédito	11.332	3.075.195	-	-	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	129.914	2.973.496	-	-	3.103.410
Passivos subordinados	-	170.046	-	-	170.046
Derivados de cobertura	-	-	-	36.287	36.287
	<u>141.246</u>	<u>6.218.737</u>	<u>-</u>	<u>253.501</u>	<u>6.613.484</u>
Exposição líquida	<u>87.417</u>	<u>(16.029)</u>	<u>45.100</u>	<u>(11.325)</u>	<u>105.163</u>

Os montantes apresentados relativamente a instrumentos financeiros derivados, de negociação e de cobertura, correspondem ao somatório dos montantes nominais relativos a swaps de taxa de juro.

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Como se pode verificar pela análise do quadro acima, o risco de taxa de juro para operações a taxa fixa é inexpressivo. No que diz respeito à exposição verificada em taxa variável, contribuiu essencialmente a desmobilização de Produtos Estruturados sem equivalente ajustamento das respectivas Estruturas de Cobertura, atendendo a se tratarem de valores residuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2009							Total
	A vista Até 1 mês	De 2 meses a 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	78.588	-	-	-	-	-	-	78.588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.710	-	-	-	-	-	-	51.710
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	20.420	-	20.420
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	714.823	388.176	195.293	549.989	228.418	-	-	2.076.699
Activos financeiros disponíveis para venda	-	47.369	91.116	22.106	-	6.352	(2.269)	164.674
Aplicações em instituições de crédito	38.621	377.491	7.026	5.500	-	-	601	429.239
Crédito a clientes	754.060	3.979.000	733.937	178.412	74.341	51.757	(41.483)	5.730.024
Derivados de cobertura (nacionais)	10.452	54.969	122.838	175.815	4.175	-	-	368.249
	1.648.254	4.847.005	1.150.210	931.822	306.934	78.529	(43.151)	8.919.603
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	677.877	385.822	206.970	566.038	239.992	-	-	2.076.699
Recursos de outras instituições de crédito	51.462	2.709.141	368.146	6.633	526	-	3.429	3.139.337
Recursos de clientes e outros empréstimos	984.117	1.583.472	297.588	175.318	4.175	-	5.842	3.050.512
Passivos subordinados	-	170.000	-	-	-	-	19	170.019
Derivados de cobertura (nacionais)	19.185	82.645	173.113	43.564	49.742	-	-	368.249
	1.732.641	4.931.080	1.045.817	791.553	294.435	-	9.290	8.804.816
Exposição líquida	(84.387)	(84.075)	104.393	140.269	12.499	78.529	(52.441)	114.787
2008								
	A vista Até 1 mês	De 2 meses a 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	79.559	-	-	-	-	-	-	79.559
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.014	-	-	-	-	-	-	42.014
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	24.702	-	24.702
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	660.687	762.450	414.833	466.329	184.780	-	-	2.489.079
Activos financeiros disponíveis para venda	-	23.281	69.478	19.887	499	7.052	1.521	121.718
Aplicações em instituições de crédito	46.318	583.591	32.276	7.000	-	-	4.887	674.072
Crédito a clientes	758.368	3.811.961	716.100	123.336	75.209	34.121	15.311	5.534.406
Derivados de cobertura (nacionais)	17.065	59.491	108.072	62.556	-	-	-	247.184
	1.604.011	5.240.774	1.340.759	679.108	260.488	65.875	21.719	9.212.734
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	647.983	741.988	421.706	489.828	188.279	-	-	2.489.784
Recursos de outras instituições de crédito	52.533	2.874.438	131.280	10.541	791	-	16.944	3.086.527
Recursos de clientes e outros empréstimos	842.735	1.766.837	346.973	129.914	-	-	16.951	3.103.410
Passivos subordinados	170.000	-	-	-	-	-	46	170.046
Derivados de cobertura (nacionais)	17.322	58.313	90.750	22.842	57.957	-	-	247.184
	1.730.573	5.441.576	990.709	653.125	247.027	-	33.941	9.096.951
Exposição líquida	(126.562)	(200.802)	350.050	25.983	13.461	65.875	(12.222)	115.783

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazo superior a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o quadro acima evidencia uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo nos créditos a médio e longo prazo, e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso por exemplo dos depósitos a prazo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do BBVA Portugal, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2009			2008		
	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido
<u>Patrimoniais:</u>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51.710	-	51.710	42.014	-	42.014
Activos financeiros detidos para negociação	293.686	-	293.686	236.336	-	236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	165.305	(631)	164.674	122.348	(630)	121.718
Aplicações em instituições de crédito	429.240	(1)	429.239	674.072	-	674.072
Crédito a clientes	5.775.119	(45.095)	5.730.024	5.558.557	(24.151)	5.534.406
	<u>6.715.060</u>	<u>(45.727)</u>	<u>6.669.333</u>	<u>6.633.327</u>	<u>(24.781)</u>	<u>6.608.546</u>
<u>Extrapatrimoniais:</u>						
Garantias prestadas	761.287	-	761.287	834.469	-	834.469
Compromissos irrevogáveis	433.001	-	433.001	294.736	-	294.736
	<u>1.194.288</u>	<u>-</u>	<u>1.194.288</u>	<u>1.129.205</u>	<u>-</u>	<u>1.129.205</u>
	<u>7.909.348</u>	<u>(45.727)</u>	<u>7.863.621</u>	<u>7.762.532</u>	<u>(24.781)</u>	<u>7.737.751</u>

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentosCrédito a clientes – empresas

O Banco dispõe de um sistema de rating interno dos clientes nas seguintes categorias:

- . AA
- . A
- . BBB
- . B
- . CCC

O cálculo do Rating é produzido para o negócio de empresas tendo em conta a sua dimensão em termos de volume de vendas (Corporativa, Empresas e Pmes) e, por outro lado, o próprio segmento de negócio (Instituições Públicas, Instituições Financeiras, Promotor Imobiliário, etc).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O algoritmo de classificação que incorpora o sistema de rating compreende variáveis quantitativas (balanço e conta exploração), variáveis qualitativas (segmentos, sector, posição competitiva, accionistas, qualidade da gestão e da informação e flexibilidade financeira) e variáveis de contraste, consistência e alertas, bem como dados complementares obtidos junto de Agências Externas Especializadas.

A pontuação obtida está traduzida em termos de Probabilidade de Incumprimento, validada por Bases de Dados Históricas, e é transposta para uma Escala de Rating de AAA a CCC.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito a empresas classificado de acordo com o sistema de rating interno pode ser resumido como segue:

Classe de activo	2009						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	-	18.022	29.542	330.686	237.366	-	615.616
Banca Corporativa	288.692	885	479.877	705.972	216.836	7.448	1.699.710
Banca Institucional (SPA)	-	46.205	112.015	25.650	32.448	-	216.318
Instituições Financeiras e Participadas	237.876	50.000	63.500	-	-	-	351.376
Banca Hipotecária	-	-	-	25.649	12.923	-	38.572
Leasing	-	-	6.891	41.218	19.594	2.250	69.953
	<u>526.568</u>	<u>115.112</u>	<u>691.825</u>	<u>1.129.175</u>	<u>519.167</u>	<u>9.698</u>	<u>2.991.545</u>

Classe de activo	2008						Total
	AA	A	BBB	BB	B	C	
Empresas							
Banca Comercial	103	577	70.518	348.761	124.958	151	545.068
Banca Corporativa	386.600	9.528	684.275	774.220	85.795	125	1.940.543
Banca Institucional (SPA)	-	33.037	57.301	23.044	50.000	-	163.382
Instituições Financeiras e Participadas	507.870	20.000	57.500	-	-	-	585.370
Banca Hipotecária	-	-	-	40.399	12.684	-	53.083
Leasing	107	510	17.477	36.457	10.138	184	64.873
	<u>894.680</u>	<u>63.652</u>	<u>887.071</u>	<u>1.222.881</u>	<u>283.575</u>	<u>460</u>	<u>3.352.319</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as operações de crédito para as quais o Banco não dispõe de rating atribuído podem ser decompostas conforme segue:

	2009	2008
Empresas		
Banca Hipotecária	418.776	447.151
Banca Comercial	233.570	182.339
Instituições Financeiras e Participadas	68.709	114.717
Corporativa	126.637	34.032
Banca Institucional (SPA)	281	1.659
Leasing	75.678	50.393
	<u>923.651</u>	<u>830.291</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)*Crédito a clientes – particulares*

Ao nível do crédito a clientes particulares, o Banco tem vindo a focalizar-se essencialmente na concessão de crédito à habitação.

No que diz respeito ao crédito à habitação, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2009		2008	
	Crédito vivo	%	Crédito vivo	%
<=75%	1.188.856	56,22%	1.017.008	55,41%
entre 75 e 90%	619.282	29,29%	523.306	28,51%
Mais de 90%	306.372	14,49%	295.262	16,08%
	<u>2.114.510</u>	<u>100%</u>	<u>1.835.576</u>	<u>100%</u>

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2009, as operações de crédito vencidas apresentam os seguintes colaterais:

	2009			
	Crédito vencido	Crédito vincendo	Total	Colaterais
Até 3 meses	7.277	123.530	130.807	229.179
De 3 a 6 meses	1.642	24.201	25.843	40.325
De 6 a 12 meses	6.971	35.706	42.677	64.479
De 1 ano a 3 anos	24.260	53.256	77.516	106.355
De 3 anos a 5 anos	11.731	-	11.731	27.560
Juros vencidos	534	46.003	46.537	33.330
	<u>52.415</u>	<u>282.696</u>	<u>335.111</u>	<u>501.228</u>

Créditos reestruturados

O BBVA Portugal tem vindo a identificar as operações de crédito reestruturado nas aplicações informáticas centrais, não tendo sido possível até à data, a identificação da totalidade destas operações. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as operações de crédito reestruturado identificadas nas aplicações centrais do Banco ascendem a 11.568 mEuros e 2.455 mEuros, respectivamente.

Títulos em carteira

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a decomposição dos títulos em carteira por rating pode ser resumida como segue:

Classe de Activo	2009							Total
	Rating Externo			Rating Interno			Sem Rating	
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB -		
Activos financeiros detidos para negociação	5.421	7.323	3.360	-	12	1.450	2.854	20.420
Activos financeiros disponíveis para venda	16.196	-	21.043	-	87.626	34.000	5.809	164.674
	<u>21.617</u>	<u>7.323</u>	<u>24.403</u>	<u>-</u>	<u>87.638</u>	<u>35.450</u>	<u>8.663</u>	<u>185.094</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Classe de Activo	2008							Sem Rating	Total
	Rating Externo			Rating Interno					
	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	BBB / BBB-	A / A-	BB / BB-	BBB+ / BBB / BBB -			
Activos financeiros detidos para negociação	10.733	9.596	2.845	543	26	231	728	24.702	
Activos financeiros disponíveis para venda	16.220	-	19.973	25.059	-	53.958	6.508	121.718	
	<u>26.953</u>	<u>9.596</u>	<u>22.818</u>	<u>25.602</u>	<u>26</u>	<u>54.189</u>	<u>7.236</u>	<u>146.420</u>	

De referir que ao nível dos títulos registados na categoria de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”, o rating apresentado corresponde ao mais baixo dos ratings divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody’s e Standard & Poors. Nos restantes títulos, o rating apresentado corresponde ao rating interno desenvolvido pelo Banco, na medida em que os mesmos são equiparados a operações de crédito.

Risco de mercado

A actividade do Banco realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- Value-at-Risk” (VaR) relativamente à carteira de “trading”, a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de “trading”

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%. De referir que são consideradas as observações relativas a um ano, sendo atribuído igual peso a todas as observações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No Grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções, a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas “at the money” de caps, floors e swaps.

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
VaR máximo	354	453
VaR médio	202	168
VaR mínimo	72	57
VaR em 31 de Dezembro	165	289

A decomposição do VaR a 31 de Dezembro de 2009 por tipo de risco é apresentada de seguida:

Taxa de Juro	221
Cambial	7
Renda Variável	78
Efeito de diversificação	<u>(141)</u>
VaR total	<u><u>165</u></u>

Carteira de “non-trading”

A análise de sensibilidade relativamente à carteira “non trading” foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Situação Líquida e na Margem Financeira do Banco no exercício de 2009 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 200 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial na Margem financeira projectada para 2010 de uma variação das taxas de juro de referência em 200 basis points será de 1.610 mEuros negativos.

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor dos activos e passivos financeiros é o seguinte:

Instrumentos financeiros	2009					
	Saldos analisados			Saldos não analisados		Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Saldos com vencimento anterior a 31-12-2010		
Activos						
Aplicações em instituições de crédito	71.545	71.005	(540)	357.694	429.239	
Crédito a clientes	3.199.881	3.180.338	(19.543)	2.530.143	5.730.024	
	<u>3.271.426</u>	<u>3.251.343</u>	<u>(20.083)</u>	<u>2.887.837</u>	<u>6.159.263</u>	
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	(2.306.912)	(2.300.435)	6.477	(832.425)	(3.139.337)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	(14.165)	(14.231)	(66)	(3.036.347)	(3.050.512)	
Outros passivos subordinados	(170.000)	(147.593)	22.407	(19)	(170.019)	
	<u>(2.491.077)</u>	<u>(2.462.259)</u>	<u>28.818</u>	<u>(3.868.791)</u>	<u>(6.359.868)</u>	
Instrumentos financeiros	2008					
	Saldos analisados			Saldos não analisados		Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Saldos com vencimento anterior a 31-12-2009		
Activos						
Aplicações em instituições de crédito	32.000	31.469	(531)	642.072	674.072	
Crédito a clientes	2.909.535	2.918.210	8.675	2.624.871	5.534.406	
	<u>2.941.535</u>	<u>2.949.679</u>	<u>8.144</u>	<u>3.266.943</u>	<u>6.208.478</u>	
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	(2.550.326)	(2.554.005)	(3.679)	(536.201)	(3.086.527)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	(70.094)	(70.255)	(161)	(3.033.316)	(3.103.410)	
Outros passivos subordinados	(170.000)	(132.207)	37.793	(46)	(170.046)	
	<u>(2.790.420)</u>	<u>(2.756.467)</u>	<u>33.953</u>	<u>(3.569.563)</u>	<u>(6.359.983)</u>	

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor são os seguintes:

- Para cálculo do justo valor, o BBVA dividiu a sua carteira em operações com vencimento inferior/superior a 31 de Dezembro de 2010.
- Para operações com vencimento inferior ou igual a 31 de Dezembro de 2010 foi considerado que, dado o seu curto prazo, o valor contabilístico é um razoável indicador do seu justo valor.
- A parte da carteira com vencimento superior a um ano foi agrupada em classes homogéneas segundo características comuns a cada classe, nomeadamente produto, família de produto, subtipo de produto, moeda, rating, taxa de juro fixa/variável.
- Para operações negociadas no último mês do ano foram calculadas, para cada classe homogénea, taxas médias (se operações a taxa fixa) ou *spreads* médios (se operações a taxa variável), ambos ponderados pelo montante.

O cálculo do justo valor foi efectuada operação a operação, sendo numa primeira fase feita uma projecção do *cash-flow* com base nas condições contratuais e no valor dos indexantes a 31 de Dezembro de 2009, seguindo-se uma actualização dos *cash-flows* à taxa média (se fixa) ou indexante em 31 de Dezembro acrescida do *spread* médio (se variável), das operações realizadas em Dezembro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para algumas operações com características singulares (empréstimos subordinados), a taxa de actualização ou *spread* resulta de consultas ao mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumento financeiro	2009				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível I)	Técnicas de valorização baseadas em: Dados de mercado (Nível II)	Outros (Nível III)	
<i>Activos</i>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	20.420	245.496	27.770	293.686
Activos financeiros disponíveis para venda	19.384	9.318	135.972	-	164.674
Derivados de cobertura	-	-	25.681	-	25.681
	<u>19.384</u>	<u>29.738</u>	<u>407.149</u>	<u>27.770</u>	<u>484.041</u>
<i>Passivos</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(243.819)	(27.770)	(271.589)
Derivados de cobertura	-	-	(31.898)	-	(31.898)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(275.717)</u>	<u>(27.770)</u>	<u>(303.487)</u>
Tipo de instrumento financeiro	2008				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível I)	Técnicas de valorização baseadas em: Dados de mercado (Nível II)	Outros (Nível III)	
<i>Activos</i>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.702	169.226	42.408	236.336
Activos financeiros disponíveis para venda	19.430	9.450	92.838	-	121.718
Derivados de cobertura	-	-	30.542	-	30.542
	<u>19.430</u>	<u>34.152</u>	<u>292.606</u>	<u>42.408</u>	<u>388.596</u>
<i>Passivos</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(174.872)	(42.342)	(217.214)
Derivados de cobertura	-	-	(36.287)	-	(36.287)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(211.159)</u>	<u>(42.342)</u>	<u>(253.501)</u>

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Nível I: Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital e dívida cotados em Bolsa;
- Nível II: A valorização dos instrumentos financeiros derivados, à excepção das opções, é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado. Os títulos em carteira valorizados com base em cotações associadas a transacções também são apresentados na coluna "Técnicas de valorização – dados de mercado";
- Nível III: Os restantes títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores ou a modelos de valorização internos desenvolvidos são apresentados em "Técnicas de valorização – outras".

Em 2009, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização não baseadas em dados de mercado são os seguintes:

Instrumentos financeiros	2009	
	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.306	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	8.348
Crédito a clientes	(24)	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	2.974	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.430)	-
	<u>(174)</u>	<u>8.348</u>

41. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos fundos próprios do BBVA Portugal apresenta-se de seguida:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundos próprios de base	223.891	220.544
Fundos próprios complementares	174.965	175.874
Deduções	(517)	(694)
	-----	-----
Fundos próprios totais	398.339	395.724
	=====	=====
Requisitos de Fundos Próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transacções incompletas	344.457	354.513
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias	557	997
Requisitos de Fundos Próprios para risco operacional	18.603	17.522
	-----	-----
Requisitos de Fundos Próprios	363.617	373.032
	=====	=====
Rácio TIER I	4,9%	4,7%
Rácio TIER II	3,8%	3,8%
Rácio de solvabilidade	8,8%	8,5%

O BBVA Portugal procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios de base (rácio *Tier I*). O mínimo legal estabelecido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal é 8%.

Em 2009 o Banco solicitou ao Banco de Portugal autorização para a implementação de um plano que prevê duas alterações no cálculo do rácio do BBVA Portugal, de forma a permitir a elegibilidade em Tier I de dois empréstimos subordinados concedidos pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (BBVA Espanha) no valor de 75.000.000 Euros cada um, um assinado em 2006 e outro para contratar durante 2010. Adicionalmente, os accionistas maioritários do BBVA Portugal já manifestaram intenção de proceder a um aumento do capital social do Banco em mais 50.000.000 Euros, a ser subscrito em dinheiro.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de mercado	Imparidade	Valor líquido de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO										
Títulos										
Instrumentos de Capital										
Emitidos por Residentes										
Acções										
ALTRI	10.530	0,25	4,00	26	-	42	-	42	n.a.	n.a.
BCP	1.078.398	1,00	0,85	847	-	911	-	911	n.a.	n.a.
BES	115.993	3,00	4,57	432	-	530	-	530	n.a.	n.a.
BPI - SGPS SA	62.669	1,00	2,12	127	-	133	-	133	n.a.	n.a.
BRISA PRIV SHR	53.717	1,00	7,18	353	-	386	-	386	n.a.	n.a.
CIMPOR SGPS	33.425	1,00	6,43	153	-	215	-	215	n.a.	n.a.
CORT AMORIM	16.464	1,00	0,94	30	-	15	-	15	n.a.	n.a.
EDP	190.967	1,00	3,11	528	-	594	-	594	n.a.	n.a.
ENGIL SGPS	14.250	1,00	3,94	47	-	56	-	56	n.a.	n.a.
GALP	49.494	1,00	12,08	557	-	598	-	598	n.a.	n.a.
JERONIMO MARTINS SGPS	43.820	1,00	6,99	225	-	306	-	306	n.a.	n.a.
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REG	92.787	0,03	8,52	670	-	791	-	791	n.a.	n.a.
PORTUCEL	38.817	1,00	1,98	66	-	77	-	77	n.a.	n.a.
REN	43.890	1,00	3,00	131	-	132	-	132	n.a.	n.a.
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO SGPS	1.525	1,00	7,76	11	-	12	-	12	n.a.	n.a.
SONAE COM SGPS SA	14.573	1,00	1,93	28	-	28	-	28	n.a.	n.a.
SONAE INDUSTRIA SGPS	12.936	5,00	2,58	42	-	33	-	33	n.a.	n.a.
SONAE SGPS	159.162	1,00	0,87	113	-	138	-	138	n.a.	n.a.
TEIXEIRA DUARTE	29.246	0,50	1,05	25	-	31	-	31	n.a.	n.a.
ZON MULTIMÉDIA	39.976	0,01	4,34	169	-	173	-	173	n.a.	n.a.
Emitidos por Não Residentes										
Acções										
EDP RENOVAVEIS	43.387	5,00	6,63	282	-	287	-	287	n.a.	n.a.
				<u>4.862</u>	<u>-</u>	<u>5.488</u>	<u>-</u>	<u>5.488</u>		
Instrumentos de Dívida										
Emitidos por Residentes										
Obrigações										
PORTUCEL	650	1.000	1,00	633	3	650	-	653	27-10-2012	2,12%
Emitidos por Não Residentes										
Obrigações										
BCP FINANCE	40	50.000	0,99	1.938	3	1.972	-	1.975	06-02-2012	0,84%
CAIXANOVA	20	50.000	1,01	997	34	1.007	-	1.041	04-06-2011	6,00%
CXGD 2	55	10.000	1,03	603	-	567	-	567	30-07-2012	0,00%
GE CAPITAL	60	50.000	0,95	2.880	7	2.857	-	2.864	03-04-2014	0,89%
HBO5	2.000	1.000	1,00	1.996	4	2.002	-	2.006	18-12-2010	1,71%
MONTEP2	1.000	1.000	0,97	957	2	974	-	976	03-05-2012	0,97%
MONTEPIO	20	50.000	0,99	970	-	994	-	994	19-09-2011	0,96%
MORGAN STANLEY	2.000	1.000	0,93	1.802	2	1.864	-	1.866	29-11-2013	1,02%
SANTANDER	40	50.000	0,99	1.943	3	1.987	-	1.990	30-01-2012	0,84%
				<u>14.719</u>	<u>58</u>	<u>14.874</u>	<u>-</u>	<u>14.932</u>		
				<u>19.581</u>	<u>58</u>	<u>20.362</u>	<u>-</u>	<u>20.420</u>		

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em mEuros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Cotação unitária ¹	Valor de aquisição	Juros corridos	Valor de mercado	Imparidade	Valor líquido de balanço	Data de vencimento	Taxa de juro (%)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
Títulos										
Emitidos por Residentes										
Instrumentos de Dívida										
Dívida Pública Portuguesa										
BILHETES DO TESOURO	15.250.000	1,00	0,10	15.250	(80)	15.250	-	15.170	23-01-2009	n.a.
O.T. - 16 JUNHO 2014	48.000.000	0,01	0,00	491	11	508	-	519	16-06-2014	4,38%
O.T. - 15 Abril 2011	15.000.000	0,01	0,00	147	4	153	-	157	15-04-2011	3,20%
				<u>15.888</u>	<u>(65)</u>	<u>15.911</u>	<u>-</u>	<u>15.846</u>		
Outros Títulos										
Emitidos por Residentes										
Dívida não Subordinada										
MODELO CONTINENTE 2005/2010	35.000	245	1,00	8.575	67	8.575	-	8.642	03-08-2010	1,85%
OBRIGAÇÕES PORTUCEL 2005/2010 - II	25.000	1.000	1,01	25.000	5	25.353	-	25.358	18-12-2010	1,94%
JERON MARTINS 2012	1.000	50.000	1,00	50.000	209	50.080	-	50.289	11-12-2012	1,62%
JERON MARTINS 2014	700.000	50	1,06	35.000	369	36.969	-	37.338	02-04-2014	4,22%
				<u>118.575</u>	<u>650</u>	<u>120.977</u>	<u>-</u>	<u>121.627</u>		
Emitidos por Não Residentes										
Dívida não Subordinada										
PORT TELECOM INT FIN 260312	20.000	1.000	1,02	19.290	577	20.466	-	21.043	26-03-2012	3,75%
BNP	35	10.000	1,00	299	-	349	-	349	15-03-2010	n.a.
				<u>19.589</u>	<u>577</u>	<u>20.815</u>	<u>-</u>	<u>21.392</u>		
Instrumentos de capital										
Unidades de Participação										
SIBS	287.307	5,00	0,00	3.831	-	-	-	3.831	n.a.	n.a.
UNICRE	15.588	5,00	0,00	305	-	-	-	305	n.a.	n.a.
FINANGESTE	5.050	4,99	0,00	622	-	-	(544)	78	n.a.	n.a.
Outros ao custo histórico				87	-	-	(87)	-	n.a.	n.a.
				<u>4.845</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(631)</u>	<u>4.214</u>		
Partes de capital em empresas coligadas										
UNID. PARTICIPAÇÃO EUC	300.000	5,00	5,32	1.500	-	1.595	-	1.595	n.a.	n.a.
				<u>1.500</u>	<u>-</u>	<u>1.595</u>	<u>-</u>	<u>1.595</u>		
				<u>160.397</u>	<u>1.162</u>	<u>159.298</u>	<u>(631)</u>	<u>164.674</u>		
CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER										
Outros Títulos										
Emitidos por Residentes										
Dívida não Subordinada										
SONAE DISTRIBUIÇÃO	6.000.000	10	1,00	60.000	302	60.000	-	60.302	10-09-2015	1,61%
PEBBLE A	1.932	48.950	5,000	94.571	120	94.571	-	94.691	15-06-2025	2,70%
PEBBLE B	714	48.950	5,000	34.950	66	34.950	-	35.016	15-06-2025	4,00%
GALP SGPS	1.300	50.000	5,000	65.000	345	65.000	-	65.345	20-05-2013	4,61%
				<u>254.521</u>	<u>833</u>	<u>254.521</u>	<u>-</u>	<u>255.354</u>		

¹ Montantes expressos em percentagem do valor nominal para as obrigações e outros títulos de rendimento fixo e em Euros para as acções e outros títulos de rendimento variável.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (“Banco”), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 7.004.158 mEuros e capitais próprios de 246.652 mEuros, incluindo um resultado líquido de 4.591 mEuros, as demonstrações individuais do rendimento integral, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o rendimento integral e os resultados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

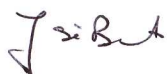
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o rendimento integral e os resultados individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfase

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta igualmente contas consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2009 consistem numa redução do activo, do passivo e dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) nos montantes de 63.110 mEuros, 60.334 mEuros e 5.514 mEuros, respectivamente, e no aumento do resultado do exercício em 2.738 mEuros.

Lisboa, 19 de Março de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas individuais do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

RELATÓRIO

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

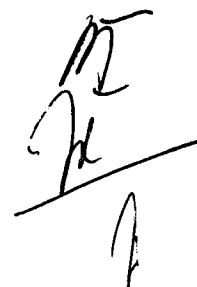
Após o encerramento das contas e no âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações individuais do rendimento integral, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2009, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação dos resultados nele incluída.

Apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que, as Demonstrações Financeiras individuais supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas:



BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

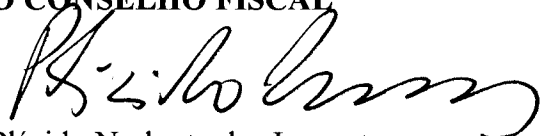
Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa

- a) O Relatório de Gestão e as Contas individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no referido Relatório de Gestão.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 19 de Março de 2010

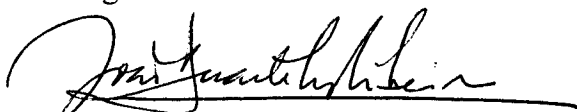
O CONSELHO FISCAL



Plácido Norberto dos Inocentes
Presidente



Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira
Vogal



João Duarte Lopes Ribeiro
Vogal

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º3 DO ARTIGO 2.º
DA LEI N.º 28/2009 DE 19 DE JUNHO**

**Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
(Portugal), S.A.**

**Política de Remuneração
dos Membros dos órgãos
de Administração e de
Fiscalização**

Índice

Secção 1 : Introdução.....	1
Secção 2 : Princípios gerais da política de remuneração.....	2
Secção 3 : Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização.....	5

Secção 1: Introdução

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., adiante identificado como BBVA, está consciente da importância que tem para as grandes instituições contar com um Sistema de Governo Corporativo que estabeleça os parâmetros que orientem a estrutura e o funcionamento dos seus órgãos sociais, acautelando os interesses da Sociedade e dos seus accionistas. Um dos principais objectivos do BBVA é a criação de valor a longo prazo e uma das principais premissas para alcançar a realização desse objectivo é a existência de um sistema de governo corporativo adequado.

A Lei nº28/2009, de 19 de Junho, veio impor que entidades de interesse público enumeradas no Decreto Lei nº225/2008, submetam anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

De acordo com os Estatutos Sociais do BBVA, a forma e montante da remuneração dos órgãos sociais são propostos pelo Conselho de Administração e aprovados anualmente pela Assembleia Geral.

Seguindo uma política de transparência o BBVA apresenta aos seus accionistas, a remuneração auferida por cada um dos membros do Conselho de Administração de forma individualizada.

Este documento pretende dar cumprimento ao estabelecido na referida Lei, descrevendo a política de remunerações que se encontra estabelecida no BBVA e que é a base de determinação dos valores apresentados anualmente pelo Conselho de Administração à aprovação na Assembleia Geral do BBVA.

Secção 2: Princípios gerais da política de remuneração

O BBVA considera a política de compensação como um elemento chave para a criação de valor. Para tal, conta com um sistema retributivo avançado, baseado na criação recíproca de valor para os colaboradores e para o Grupo e alinhado com os interesses dos accionistas. Este sistema reúne as normas e princípios das melhores práticas nacionais e internacionais geralmente aceites como boa prática em matéria de governo de sociedades, os quais foram convenientemente adaptados à natureza, estrutura e evolução do banco.

A política de remuneração tem em conta os seguintes princípios:

- Criação de valor a longo prazo.
- Recompensar pelos objectivos atingidos, baseados numa gestão prudente e responsável de riscos.
- Atrair e reter os melhores profissionais.
- Recompensar o nível de responsabilidade e o percurso profissional.
- Zelar pela equidade interna e pela competitividade externa.
- Contar com referências de mercado através de análises realizadas por empresas de reconhecido prestígio, líderes em consultoria na área da compensação.
- Assegurar a transparência na sua política de remunerações.
- A estrutura da política de remunerações no Grupo é definida tendo em consideração a conjuntura e os seus resultados, incorporando, entre outros, os seguintes elementos:
- Uma remuneração fixa baseada no nível de responsabilidade que constitui uma parte relevante da remuneração total.
- Uma remuneração variável anual vinculada à realização de objectivos previamente estabelecidos e a uma gestão prudente de riscos.
- Uma remuneração variável plurianual que promove a criação de valor a médio e longo prazo para o Grupo e que se encontra alinhada com os interesses dos accionistas.

A combinação destes elementos forma um sistema de remuneração equilibrado e coerente com a estratégia do grupo e com os seus valores, assim como com os interesses dos accionistas.

Remuneração Fixa

A remuneração fixa no BBVA é estabelecida tendo em consideração o nível de responsabilidade e o percurso profissional no Grupo, fixando-se uma referência salarial para cada função que reflecta o seu valor para a Organização. Esta referência salarial é definida mediante a análise da equidade interna e a comparação com o mercado através da assessoria de empresas especializadas líderes em matéria de compensação.

Segundo os parâmetros estabelecidos nos Estatutos Sociais do BBVA, o Conselho de Administração propõe anualmente à Assembleia-Geral o montante da remuneração fixa, tendo por base estudos e análises efectuados de forma a identificar compensações adequadas. Considerando ainda outros factores, como os aumentos médios dos membros de Direcção e as características específicas de cada função, assim como a informação contida nos estudos efectuadas pelas principais empresas de consultoria, relativas a remunerações de quadros directivos.

Remuneração Variável

A remuneração variável no BBVA é composta por dois elementos, remuneração variável anual e remuneração variável plurianual, cuja combinação promove a criação de valor a médio e longo prazo e se vincula à realização de objectivos, à gestão prudente de risco e ao custo de capital associado à gestão, concretizando-se através do pagamento em numerário ou em acções do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A..

Remuneração Variável Anual

O modelo de retribuição variável anual vigente no BBVA baseia-se no estabelecimento de indicadores de criação de valor para cada Unidade. O cumprimento destes indicadores gera o montante de remuneração variável a repartir pelos que integram a referida Unidade, sendo a distribuição dessa remuneração baseada na *performance* individual.

Estes objectivos anuais da Unidade são de dois tipos: indicadores financeiros (de Grupo e de Unidade) e indicadores não financeiros.

O modelo de remuneração variável anual aplicável aos membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração, contém os elementos do sistema estabelecido com carácter geral para toda a direcção do grupo, mas tendo em conta as características específicas destes. Assim, define-se um esquema próprio através da identificação de objectivos e uma avaliação individual de cada um dos membros.

Considerando a política do Grupo a remuneração variável anual poderá também ser parcialmente constituída pela atribuição de acções do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A..

Os objectivos encontram-se vinculados aos resultados do Grupo, ao seu rácio de eficiência e a indicadores próprios.

Remuneração Variável Plurianual

O BBVA dispõe, como um elemento fundamental para incentivar a criação de valor a médio e longo prazo para o Grupo, de uma política de retribuição variável plurianual, baseada na entrega de acções do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. aos membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração.

Esta política estabelece-se mediante programas anuais sobrepostos a médio e longo prazo, que consistem na atribuição individual de acções teóricas que poderão dar lugar, aquando da finalização de cada um dos programas, à entrega de acções do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.. Estas são atribuídas em função de uma escala definida para indicadores associados à criação de valor para o accionista do BBVA e sempre que se alcançarem os níveis estabelecidos de rendimento individual do beneficiário durante a vigência do programa.

O número de acções a atribuir a cada beneficiário será equivalente ao resultado de multiplicar o número de unidades por um coeficiente entre 0 e 2 que se definirá em função da evolução do *Total Shareholder Return* (TSR) do banco, durante o período de vigência do programa por comparação com a mesma evolução do referido indicador para outros 18 bancos de referência.

Secção 3: Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização

O sistema de remuneração descrito anteriormente aplica-se a todos os colaboradores do BBVA, adaptando-se em função dos níveis de responsabilidade e evolução profissional. Para os membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração também se aplica o mesmo sistema contemplando as características que lhes são próprias.

Desta forma, a política de remunerações do BBVA para os membros do seu Conselho de Administração diferencia o sistema retributivo dos membros com funções de gestão corrente dos membros sem funções de gestão corrente.

Considerando a política de remunerações do Grupo, os membros sem funções de gestão corrente do Conselho de Administração, que sejam empregados do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. com sede em Espanha, não auferem qualquer remuneração, porquanto, o respectivo salário contempla funções de representação, participação em Seminários, Congressos e responsabilidades inerentes a membros do Conselho de Administração e outros Órgãos Sociais em empresas do Grupo BBVA.

O Conselho de Administração do BBVA é composto da seguinte forma:

- Membros sem funções de gestão corrente do Conselho de Administração

José Eduardo Vera Cruz Jardim - Presidente

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos - Vogal

Gerardo Bergé Sobrevals - Vogal

Álvaro Aresti Aldasoro - Vogal

Javier Bernal Dionis - Vogal

- Membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração

Alberto Charro Pastor – Administrador Delegado, data de início de funções em 2 de Março de 2009

Luís Filipe da Silva Figueiredo – Vogal, data de início de funções em 15 de Abril de 2009

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro – Vogal, data de início de funções em 15 de Abril de 2009

Manuel Henriques Gonçalves Ferreira – Vogal, data de início de funções em 15 de Junho de 2009

Remuneração dos membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração

Para os membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração estabeleceu-se um sistema de remuneração que premeia a sua condição, aplicando os conceitos retributivos utilizados universalmente pelas grandes empresas internacionais cotadas para remunerar os seus Administradores.

A política de remuneração dos membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração encontra-se alinhada com a política retributiva geral do Grupo, tendo em conta simultaneamente as práticas do mercado onde se insere e considera, entre outros, os seguintes elementos:

- Uma remuneração anual fixa que tem em conta o nível de responsabilidade das suas funções, assegurando que seja competitiva e alinhada com a aplicada a funções equivalentes no conjunto das principais instituições financeiras internacionais dos principais países europeus e nos Estados Unidos
- Uma remuneração anual variável directamente associada aos resultados do Grupo, cujo montante se encontra sujeito ao cumprimento de metas específicas, quantificáveis e directamente alinhado com os interesses dos accionistas
- Uma retribuição variável plurianual associada a objectivos de criação de valor para o Grupo a médio e longo prazo.

A remuneração dos membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração, respeitantes ao ano de 2009, foi aprovada na Assembleia-Geral de 20 de Julho de 2009.

Considerando a política de remuneração do Grupo, os membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração do BBVA não auferem qualquer remuneração associada a funções de administração que possam desempenhar em outras sociedades do Grupo.

As remunerações auferidas em 2009, enquanto membros com funções de gestão corrente do Conselho de Administração, foram as seguintes:

	Remuneração
Alberto Charro Pastor	211.714,32
Luís Filipe da Silva Figueiredo	110.899,14
Susana Nereu de Oliveira Ribeiro	44.812,49
Manuel Henriques Gonçalves Ferreira	82.785,55
Total	450.211,05

(valores em Euros)

Em 2009 não foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores.

Remuneração do órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é efectuada através de senhas de presença por cada reunião em que estejam presentes. Em 2009, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, no seu conjunto ascendeu a 12.250,00 Euros.

O quadro seguinte apresenta a repartição do montante individual de remuneração dos membros do conselho fiscal:

	Senhas de Presença
Plácido Norberto dos Inocentes (Presidente)	5.250,00
Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira (Vogal)	5.250,00
João Duarte Lopes Ribeiro (Vogal)	1.750,00
Total	12.250,00

(valores em Euros)

A Deloitte & Associados, SROC, S.A., tem a incumbência de efectuar a auditoria externa, independente das empresas que integram o Grupo BBVA, e proceder à revisão oficial de contas.

O Conselho de Administração,